



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS
CAMPUS V – MINISTRO ALCIDES CARNEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

FERNANDA PATRÍCIA SILVA ALBUQUERQUE

**A POLÍTICA ENERGÉTICA RUSSA NO GOVERNO PUTIN-MEDVEDEV (2000-
2018)**

JOÃO PESSOA-PB

2019

FERNANDA PATRÍCIA SILVA ALBUQUERQUE

A POLÍTICA ENERGÉTICA RUSSA NO GOVERNO PUTIN-MEDVEDEV (2000-2018)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

Área de concentração: Política Externa e Segurança.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª. Cristina Carvalho Pacheco

Coorientador: Prof. Dr. Alexandre César Cunha Leite

JOÃO PESSOA-PB

2019

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

A345p Albuquerque, Fernanda Patricia Silva.
A política energética russa no Governo Putin-Medvedev (2000-2018) [manuscrito] / Fernanda Patricia Silva Albuquerque. - 2019.
123 p. : il. colorido.
Digitado.
Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, 2019.
"Orientação : Profa. Dra. Cristina Carvalho Pacheco, Coordenação do Curso de Relações Internacionais - CCBSA."
"Coorientação: Prof. Dr. Alexandre César Cunha Leite, Coordenação do Curso de Relações Internacionais - CCBSA."
1. Rússia. 2. Política energética. 3. Política externa. 4. Putin. I. Título

21. ed. CDD 330.9

Fernanda Patricia Silva Albuquerque

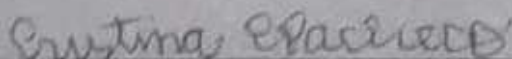
A POLÍTICA ENERGÉTICA RUSSA NO GOVERNO PUTIN-MEDVEDEV (2000-2018)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

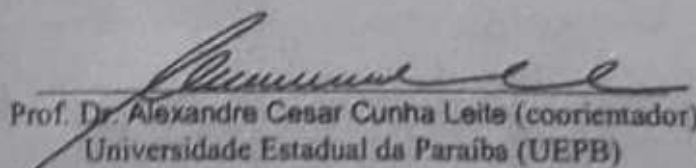
Área de concentração: Política Externa e Segurança

Aprovado em: 26/06/2019

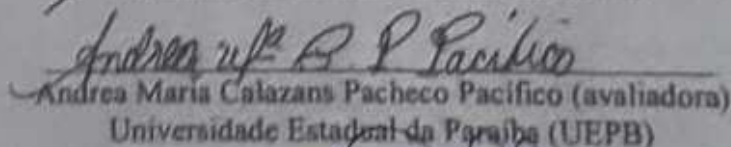
BANCA EXAMINADORA



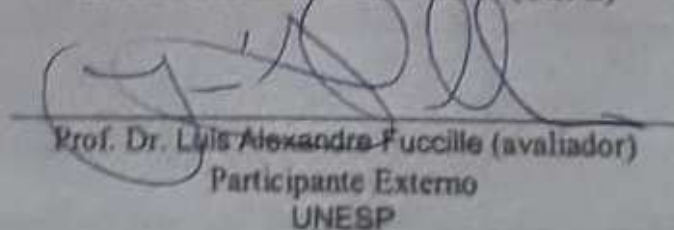
Prof.ª Dr.ª Cristina Carvalho Pacheco (orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. Alexandre Cesar Cunha Leite (coorientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Andrea Maria Calazans Pacheco Pacifico (avaliadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. Luis Alexandre Fuccille (avaliador)
Participante Externo
UNESP

Aos meu pais, Gilberto e Patrícia, por todo amor.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meu pais, Patrícia e Gilberto, por todo amor e apoio.

Agradeço ao meu irmão, José Noberto, por sempre trazer amor, alegria e leveza aos meus dias.

Agradeço ao meu namorado, João Paulo Cordeiro, por todo amor, paciência e companheirismo.

Agradeço a todos os professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da UEPB pela dedicação e empenho.

Agradeço aos professores Luis Alexandre Fuccille e Andrea Maria Calazans Pacheco Pacífico por aceitarem o convite para compor a Banca de Defesa da Dissertação.

Agradeço ao meu co-orientador, Alexandre César Cunha Leite, por toda atenção, dedicação e paciência para produção desse trabalho.

Por fim, agradeço à minha orientadora, Cristina Carvalho Pacheco, por toda dedicação, paciência, atenção e incentivos desde o meu tempo da graduação.

RESUMO

Após o colapso da União Soviética, em 1991, o governo de Boris Yeltsin (1991-1999) transitou, ao mesmo tempo, para um regime político democrático e uma economia capitalista liberal. Essas transformações provocaram uma instabilidade política e uma crise econômica que durou toda a década de 1990. Em 2000, Vladimir Putin assume a presidência com a missão de recuperar a economia e reinserir o país como potência no cenário internacional. Por considerar a indústria energética o setor estratégico da economia russa, em razão da abundância de recursos naturais e da presença de uma infraestrutura energética já relativamente desenvolvida, Putin implementa uma política energética voltada para superação dos problemas internos e externos. Assim, essa pesquisa tem o objetivo central de investigar se a política energética, implementada a partir dos anos 2000 por Vladimir Putin, foi um dos elementos que fortaleceu e contribuiu para reinserção da Rússia no cenário internacional. Com o propósito de aprofundar o objetivo anterior, dedica-se também ao estudo de caso em que se analisa a relevância da China na política energética russa, posto que após a Crise da Ucrânia (2014), que resultou na anexação da Crimeia pela Rússia e nas sanções impostas por potências ocidentais, Moscou tem intensificado seu redirecionamento para Ásia. Essa dissertação – de caráter qualitativo, documental e descritivo – está dividida em três capítulos: o primeiro, apresenta o cenário doméstico e a política externa russa no período 2000-2018; o segundo, analisa a política energética; e o terceiro, examina a cooperação energética sino-russa. Conclui-se, que a política energética implementada por Putin foi bem sucedida, dado a recuperação econômica do país, seu maior protagonismo no cenário internacional (em oposição à década de 1990), e a parceria construída com a China, que foi essencial para garantir capital e diversificar a demanda russa após as sanções introduzidas em 2014.

Palavras-chave: Rússia. Política Energética. Política Externa. Putin.

ABSTRACT

After the collapse of the Soviet Union, in 1991, the government of Boris Yeltsin (1991-1999) moved, at the same time, to a democratic political regime and a liberal capitalist economy. These transformations provoked political instability and an economic crisis that lasted throughout the 1990s. In 2000, Vladimir Putin assumed the presidency with the mission to recover the economy and reinsert the country as a power in the international scenario. Putin considers the energy industry the strategic sector of the Russian economy, because of the abundance of natural resources and the presence of an already well-developed energy infrastructure. So, Putin implements an energy policy aimed at overcoming internal and external problems. Thus, this research has the central objective of investigating whether the energy policy, implemented by Vladimir Putin in the years 2000, was one of the elements that strengthened and contributed to the reintegration of Russia in the international scenario. With the purpose of deepening the previous objective, it is also dedicated to the case study in which China's relevance in Russia's energy policy is analyzed, because since after the Crisis of Ukraine (2014), which resulted in the annexation of Crimea by Russia and in sanctions imposed by Western powers, Moscow has intensified its redirection to Asia. This dissertation - of a qualitative, documentary and descriptive character - is divided into three chapters: the first, presents the domestic scenario and Russian foreign policy in the period 2000-2018; the second, examines energy policy; and the third, examines Sino-Russian energy cooperation. It is concluded that Putin's energy policy was successful, given the country's economic recovery, its major role in the international arena (as opposed to the 1990s), and the partnership built with China, which was essential to ensure capital and diversify Russian demand after the sanctions imposed in 2014.

Keywords: Russia. Energy Policy. Foreign Policy. Putin.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 - Evolução do PIB russo em %.....	21
Gráfico 2 - Evolução do Preço do Gás Natural em US\$/milhões de btu (1990-2016).....	22
Gráfico 3 - Evolução do Preço do Barril de Petróleo em US\$ (1990-2016).....	22
Gráfico 4 - Evolução do PIB em % de Crescimento (2000-2016).....	38
Gráfico 5 - Evolução do PIB em trilhões de US\$ (2000-2016).....	39
Gráfico 6 - Entrada de IED na Rússia entre 1992-2017, milhões US\$.....	56
Gráfico 7 - Destino das Exportações Russas de Petróleo (bruto e condensado) em 2016.....	67
Gráfico 8 - Destino das Exportações Russas de Gás Natural em 2016.....	68
Gráfico 9 - Destino das Exportações Russas de Carvão em 2016.....	68
Gráfico 10 - Origem das importações de petróleo bruto da União Europeia em 2016.....	70
Gráfico 11 - Origem das importações de Gás Natural da União Europeia em 2016.....	70
Gráfico 12 - Origem das Importações de Combustíveis Sólidos (Carvão) da União Europeia em 2016.....	71
Gráfico 13 - Evolução do PIB da Rússia e China (1990-2000) em %.....	78
Gráfico 14 - Origem do petróleo bruto importado pela China em 2017.....	85
Gráfico 15 - Comércio de Petróleo em milhares de barris por dia (1993-2016).....	85
Gráfico 16 - Origem das importações chinesas de Gás Natural (em bmc) via gasoduto em 2017.....	87
Gráfico 17 - Origem das importações chinesas de Gás Natural Liquefeito (GNL, em bmc) em 2017.....	88
Gráfico 18 – Investimento chinês na Rússia (2003-2018).....	98
Tabela 1 - IED na Rússia, entre 2010-2017, por atividade econômica, milhões US\$.....	57
Tabela 2 - Origem e destino dos fluxos de IED da Rússia entre 2007-2017, milhões US\$.....	57
Tabela 3 - Principais Oleodutos (em operação) da Rússia.....	60
Tabela 4 - Principais Gasodutos da Rússia.....	61
Tabela 5 - Acordos energéticos entre Rússia e China (2000-2018).....	92
Mapa 1 – Gasoduto TurkStream.....	63
Mapa 2 – Gasoduto Nord Stream.....	69
Mapa 3 – Rotas de Fornecimento do Projeto Yamal LNG.....	91
Mapa 4 – Gasoduto Power of Siberia (Rota Oriental).....	92
Quadro 1 - Manipulação de Preço ou Fornecimento Energético com Motivações políticas pela Rússia.....	66

LISTA DE SIGLAS

CDB	<i>China Development Bank</i>
CEI	Comunidade dos Estados Independentes
CNPC	<i>China National Petroleum Corporation</i>
ESPO	<i>Eastern Siberia–Pacific Ocean oil pipeline</i>
EUA	Estados Unidos da América
FDI	<i>Foreign Direct Investment</i>
FEC	<i>Fuel and Energy Complex</i>
GNL	Gás Natural Liquefeito
IED	Investimento Estrangeiro Direto
LNG	<i>Liquified Natural Gas</i>
MFA	<i>Ministry of Foreign Affairs</i>
ONU	Organização das Nações Unidas
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PIB	Produto Interno Bruto
UNCTAD	<i>United Nations Conference on Trade and Development</i>
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	12
1. GOVERNO PUTIN-MEDVEDEV (2000-2018)	17
1.1 Cenário Doméstico	17
1.2 Política Externa Russa	28
2. POLÍTICA ENERGÉTICA RUSSA	45
2.1 Por Que Energia?	45
2.2 Política Energética Russa	49
2.2.1 Renacionalização do Setor Energético	51
2.2.2 Desenvolvimento do Setor Energético	54
2.3 Setor Energético Como Instrumento de Política Externa	64
CONSIDERAÇÕES PARCIAIS	75
3. CHINA NA POLÍTICA ENERGÉTICA RUSSA	76
3.1 Relacionamento Sino-Russo	77
3.2 Cooperação Energética Sino-Russa	81
3.2.1 Petróleo	84
3.2.2 Gás Natural	87
3.3 Transbordamento da Cooperação Sino-Russa	94
CONSIDERAÇÕES FINAIS	103
REFERÊNCIAS	109

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Após o colapso da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), em 1991, o governo de Boris Yeltsin (1991-1999) transitou para um regime político democrático, uma economia capitalista liberal, e ainda realizou uma série de privatizações – as quais Chenoy e Kumar (2017, p. 113) qualificaram como “dissolução brutal” das instituições do período soviético. Essas mudanças simultâneas – a transição para um governo democrático; e a implementação pelo Kremlin da “terapia de choque”¹, cujas reformas foram realizadas sob a direção do FMI e do Banco Mundial para instaurar uma economia de mercado com o objetivo de liberalizar e privatizar – provocaram crise econômica, instabilidade política e tensões sociais no país (CHENOY, KUMAR; 2017, p. 154-155; KACZMARSKI, 2015, p. 10-11; RUKAVISHNIKOV, 2014, p. 36-37).

A recuperação da economia russa se inicia em 1999, com a elevação da demanda e dos preços do petróleo e do gás natural (BP STATISTICAL REVIEW OF WORLD ENERGY, 2018, p. 20, 33), posto que mais da metade das exportações russas são de recursos energéticos (59%, de acordo com o *Russia Economic Report* do Banco Mundial (2018, p. V)), sobretudo petróleo e gás natural (CHENOY, KUMAR, 2017, p. 87; GOLDMAN, 2008, p. 96). Ademais, devido ao aumento tanto nos preços como na demanda, Moscou ampliou sua produção de petróleo a partir de 1999, e tornou-se o principal fornecedor mundial da *commoditie* (HILL, 2004, p. 29). Atualmente, a Rússia é o maior exportador mundial de petróleo (12,7%) e gás natural via gasoduto (29%) (BP STATISTICAL REVIEW OF WORLD ENERGY, 2018, p. 24, 34). A concentração das exportações russas nos recursos energéticos deve-se à abundância de reservas² desses recursos, ao desenvolvimento do setor energético durante a URSS, e ao investimento significativo que Moscou tem realizado nesse ramo (HILL, 2004, p. 47).

Contudo, vale salientar que, além da contribuição dos fatores externos (aumento da demanda e dos preços), o governo Putin adotou uma política energética que também favoreceu a recuperação econômica e reinserção do país no cenário internacional.

¹ Terapia de choque, segundo Chenoy e Kumar (2017, p. 184), é um termo empregado às reformas econômicas que abrangem “prudência fiscal, reforma da estrutura tributária, redução dos gastos e subsídios do governo, livre comércio, conversibilidade de capital e privatização. O termo choque adquiriu seu significado por causa do ritmo acelerado da reforma”.

² A Rússia possui a maior reserva mundial de gás natural (18,1%), a segunda maior reserva mundial de carvão (15,5%), atrás dos EUA (24,2%); e a 6º maior reserva mundial de petróleo (6,3%), atrás da Venezuela (17,9%), Arábia Saudita (15,7%), Canadá (10%), Irã (9,3%) e Iraque (8,8%) (BP STATISTICAL REVIEW OF WORLD ENERGY, 2018, p. 12, 26, 36).

Em 2000, quando Putin ascendeu ao poder, várias reformas realizadas por Yeltsin sofreram alteração, em maior ou menor grau. Para o presidente, democracia e capitalismo devem ser instalados de acordo com a realidade e as condições da Rússia, o país deve optar por construções alternativas ao invés de, simplesmente, copiar os padrões ocidentais (CHENOY, KUMAR, 2017, p. 81). Assim, na Administração Putin (2000-2008, 2012-) é estabelecida a “Democracia soberana” – contrária à concepção liberal ocidental, que destaca as particularidades do país, seus valores específicos³ e a legitimidade de seu regime político (LANKINA, NIEMCZYK, 2015, p. 102) – e o capitalismo estatal⁴, modelo econômico em que o Estado tem a função de regulamentar e intervir, fortemente, na economia, inclusive como acionista e coproprietário de companhias que operam em setores considerados estratégicos, como o energético (CHENOY, KUMAR, 2017, p. 82-89).

O Complexo de Combustível e Energia da Rússia é uma das indústrias mais cruciais do mercado energético global, visto que a Rússia é um dos maiores produtores⁵, exportadores e consumidores⁶ de energia, e a combinação desses fatores atribui a Rússia uma grande relevância no xadrez internacional (KUZNETSOVA, N.; KUZNETSOVA, E., 2015, p. 161-166).

Dentre os principais objetivos de política externa russa, no século XXI, estão reestabelecer e consolidar a Rússia como potência (alcançar uma “posição de prestígio, autoridade e influência na comunidade internacional”) e proporcionar condições favoráveis para o desenvolvimento econômico e modernização tecnológica (MFA, 2000, 2008, 2013, 2016; MCNABB, 2016, p. 58; RUKAVISHNIKOV, 2014, p. 35, 39), ambos propósitos são perseguidos, de certa forma, através da política energética. O emprego da política energética, pela Rússia, com a finalidade de recuperar e desenvolver sua economia e alcançar seus interesses nacionais, é possível em razão da abundância de recursos naturais, da infraestrutura

³ Trenin (2015, p. 37-38) afirma que os valores russos incluem a centralidade do Estado entre as instituições sociais e políticas, o patriotismo, e a santidade da família como união de homem e mulher. Os Eslavófilos, grupo nacionalista russo – e apoiadores de Putin (SEGRILLO *apud* PEQUENO, 2008), defendem a incompatibilidade entre os valores ocidentais e a sociedade russa. Para eles, a essência da Rússia é o coletivismo, enquanto no Ocidente predomina o individualismo (LEICHTOVA, 2014, p. 31).

⁴ A China também adota o capitalismo estatal. No Estado chinês, empresas estatais monopolizam os setores bases da economia (aqueles que são integrados a quase todas as áreas de produção, como energia) enquanto as indústrias derivadas (como as de manufatura de bens de consumo) são liberalizadas e abertas a competição privada (LI, LIU, WANG, 2015, p. 03).

⁵ Conforme a *BP Statistical Review of World Energy June* (2018, p. 14-38), a Rússia é o terceiro produtor mundial de petróleo (12,2%), atrás dos EUA (14,1%) e Arábia Saudita (12,9%); segundo produtor mundial de gás natural (17,3%), atrás do EUA (20%); e sexto produtor mundial de carvão (5,5%), atrás da China (46,4%), EUA (9,9%), Austrália (7,9%), Índia (7,8%), e Indonésia (7,2%).

⁶ Em 2017, a Rússia foi o sexto país que mais consumiu petróleo no mundo (3,3%); o segundo que mais consumiu gás natural (11,6% atrás apenas dos EUA com 20,1%); o quinto que mais consumiu carvão (2,5%); o quarto que mais utilizou energia nuclear (7,7%); e o quinto que mais usou hidroeletricidade (4,5%) (BP STATISICAL REVIEW OF WORLD ENERGY, 2018, p. 15, 29, 39-42).

energética já relativamente desenvolvida, da predominância dos recursos energéticos nas exportações do país, da importância russa como um dos principais produtores e exportadores de energia no mundo, e sobretudo, da relevância da questão energética para todos os países – visto que, segundo Baumann (2008, p. 04) todas as esferas da economia de um Estado (residências, indústrias, repartições governamentais, serviços) são altamente dependentes de energia, e a estabilidade no seu fornecimento é fundamental para a subsistência e o desenvolvimento de qualquer país.

De acordo com Cesnakas (2016, p. 13), os recursos energéticos são ferramentas que permitem transformar poder energético em outros tipos de poder e assim aumentar o poder relativo do Estado no sistema internacional. Portanto, para atingir seus objetivos a Rússia tem utilizado recursos energéticos como instrumento de política externa, porém o método de emprego dessa ferramenta varia de acordo com o país que a Rússia interage⁷.

O principal destino das exportações russas de energia são China e Europa (EIA, 2017, p. 11, 21, 28). A China lidera o ranking com 18% do destino das vendas de petróleo, seguida pela Holanda (13%) e Alemanha (12%), a lista continua com a liderança de vários países europeus (EIA, 2017, p. 11). Em relação ao gás natural, a Europa representa 75% da demanda russa (EIA, 2017, p. 21). E quanto ao carvão, a China (10%) é o segundo destino das exportações russas, atrás apenas da Coreia do Sul (13%) (EIA, 2017, p. 28).

Desde 2000, a Rússia inicia seu redirecionamento para o Oriente (“*Turn to the East*”) em razão, sobretudo, do crescimento econômico da região asiática, sem deixar, contudo, de manter parcerias com o Ocidente (LUKIN, Artyom; 2019, p. 01-02). Segundo Trenin (2015, p. 33), esse redirecionamento intensifica-se com a Crise Financeira Global de 2008, visto que a economia russa foi afetada, precisava ser reequilibrada e o Ocidente passava por uma fase de escassez de liquidez, o que também encareceu a aquisição de crédito (SUSSEX, 2014, p. 215). Entretanto, conforme alguns autores, o “*Turn to the East*” da Rússia é acentuado com a Crise da Ucrânia (2014)⁸ e as sanções impostas pelo EUA e a União Europeia⁹, visto que o

⁷ Para maiores detalhes sobre a questão sugere-se a leitura de: SIDDI, Marco. *Identities and Vulnerabilities: The Ukraine Crisis and The Securitisation of the EU-Russia Gas Trade*. In.: SZULECKI, Kacper (ED.). **Energy Security in Europe: Divergent Perceptions and Policy Challenges**. Palgrave Macmillan. 2018, p. 251-273; e MOHAPTRA, Nalin Kumar. **Energy Security and Russia's Foreign Policy**. *Centre for Rising Powers: Department of Politics and International Studies - University of Cambridge*. 2013, p. 01-36.

⁸ Essa crise abrangeu uma série de protestos, supostamente incentivados pelo EUA e União Europeia, contra a decisão do presidente ucraniano Viktor Yanukovich de não assinar um Acordo Comercial com a União Europeia. O desfecho da Crise envolveu a destituição de Yanukovich da presidência e a anexação da Crimeia pela Rússia (EL MUNDO, 2014; AHMED, 2014; MELLO, 2014).

⁹ As sanções, aplicadas contra os supostos responsáveis pela intervenção russa na crise ucraniana e pessoas íntimas de Putin, abrangem desde proibições de viagens até o congelamento de bens e ativos que estejam sob jurisdição

relacionamento com o Ocidente foi abalado e Moscou precisava anular as perdas econômicas e financeiras resultantes do embargo (LUKIN, Artyom; 2019, p. 01-02; MAKAROV, MOROZKINA, 2015, p. 45; GABUEV, 2015, p. 03; YILMAZ, DAKSUEVA, 2017, p. 09).

Ao voltar suas estratégias de comércio e investimento para a Ásia, a Rússia concentrou-se na China (LUKIN, Artyom; 2019, p. 01-02). O foco em Pequim deve-se ao poder econômico do país – segunda maior economia do mundo (FUNAG; PORTILO, 2018), ao alto nível de consumo e importações energéticas¹⁰, e ao excedente de capital chinês (BOLT, 2014, p. 50-52). A combinação desses fatores fez de Pequim o parceiro ideal para Moscou que precisava assegurar demanda energética e recursos financeiros para desenvolver sua economia (SALIN, 2011, p. 72).

O exposto até o momento permite lançar algumas perguntas que se pretende responder nesta pesquisa: a política energética russa, implementada a partir dos anos 2000 por Vladimir Putin, foi um dos elementos que fortaleceu (contribuiu para reinserção da) a Rússia no cenário internacional? A China é relevante na política energética russa?

As hipóteses aqui trabalhadas são duas: a primeira defende que a política energética implementada pelo presidente Vladimir Putin contribuiu significativamente para o fortalecimento e reinserção da Rússia no ambiente internacional, através da renacionalização, do desenvolvimento do setor energético e da utilização desses recursos naturais como ferramenta de política externa. A segunda hipótese pressupõe que a cooperação energética sino-russa é essencial para a economia do país, principalmente, após a Crise da Ucrânia de 2014 e as subsequentes sanções internacionais aplicadas à Rússia, visto que proporcionou demanda energética e capital para investimento. Ademais, presume-se que a cooperação energética entre Pequim e Moscou foi fundamental para aprofundar o relacionamento entre os dois países e produzir/desencadear uma parceria estratégica também nas questões políticas e de segurança.

Isto posto, os objetivos dessa pesquisa compreendem: 1) apresentar o cenário doméstico (cuja importância deve-se ao fato de repercutir nas atividades externas do país) e a política externa russa no período 2000-2018; 2) analisar a política energética como uma das estratégias empregadas pelo presidente para fortalecer e reinserir a Rússia como potência; e por fim, 3)

dos EUA e da União Europeia (BBC, 2014; OFFICIAL JOURNAL OF THE EUROPEAN UNION, 2014; ESTADÃO, 2018). Esse tema será tratado com mais detalhes no capítulo 1.

¹⁰ A China é o maior consumidor mundial de carvão (responsável por 50,7% da parcela mundial em 2017), hidroeleticidade (28,5%) e outros renováveis (eólica, solar, geotérmica, biomassa – 21,9%); segundo maior consumidor de petróleo (13%); e terceiro maior consumidor de gás natural (6,6 %) e energia nuclear (9,4%). Além disso, a China é o maior importador mundial de petróleo (15,2%) (BP STATISTICAL REVIEW OF WORLD ENERGY, 2018, p. 15-44).

examinar a cooperação energética sino-russa para avaliar a importância da China na política energética russa.

A metodologia empregada na pesquisa tem caráter qualitativo, dedutivo, documental, bibliográfico, exploratório e descritivo (SILVEIRA, CÓRDOVA, 2009, p. 31-39; GERHARDT, SOUZA, 2009, p. 26-27). Utiliza-se o método dedutivo para analisar a pressuposição de que a política energética é um dos elementos fortalecedor da Rússia no cenário internacional e em seguida restringe-se ao estudo de caso que avalia a relevância da China na política energética russa. O procedimento para coleta de dados é documental e bibliográfico, visto que recorre ao uso de fontes primárias (documentos oficiais do governo russo, como o Conceito de Política Externa Russa (2000, 2008, 2013, 2016) e o *Energy Strategy* (2003; 2010; 2014), tabelas estatísticas da UNCTAD, *World Bank*, Eurostat, *BP Statistical Review of World Energy*) e secundárias (livros, artigos científicos). A pesquisa é exploratória e descritiva pois objetiva proporcionar maior familiaridade com a política externa russa do século XXI, a partir da descrição da política energética adotada pelo governo Putin-Medvedev e da cooperação energética com a China.

1. GOVERNO PUTIN-MEDVEDEV (2000-2018)

A mudança simultânea para um regime democrático e para uma economia capitalista de livre mercado foi uma tarefa complexa para Rússia nos anos 1990 que desencadeou muitas tensões sociais devido à crise econômica e instabilidade política que provocou (RUKAVISHNIKOV, 2014, p. 36-37). Entre 1990 e 1998, com a terapia de choque em andamento, o PIB russo caiu cerca de 40 a 50%, e mais de 1/3 da população vivia abaixo da linha de pobreza, enquanto a elite comprava empresas estatais por um preço muito inferior ao valor de mercado (GOLDMAN, 2008, p. 107). A administração de Boris Yeltsin, segundo Chenoy e Kumar (2017, p. 113), está associada a “dissolução violenta” das instituições do período soviético. Yeltsin substituiu o monopólio estatal soviético pelo monopólio de uma pequena elite financeira que usurpou as empresas por meio da manipulação do sistema (CHENOY, KUMAR, 2017, p. 113-114).

Apesar disso, Yeltsin conseguiu eleger seu candidato, Vladimir Vladimirovitch Putin, nas eleições presidenciais de 2000. A vitória de Putin contra o líder do Partido Comunista, Gennadi A. Zyuganov, é associada a Segunda Guerra na Chechênia (1999-2009), na qual Putin, ainda como Primeiro Ministro de Yeltsin, ordenou a invasão a República para “destruir os terroristas chechenos” acusados de serem os autores dos bombardeios em zonas residenciais de Moscou que matou 243 pessoas e feriu outras 1742 (MYERS, 2003) provocando forte indignação no país (FERREIRA, HANNES, 2015, p. 183-186; MCFAUL, 2000). Conforme McFaul (2000), tais acontecimentos somado à cobertura midiática favorável à Guerra (devido ao alto controle estatal) elevaram a popularidade de Putin e possibilitaram sua chegada à presidência.

1.1 Cenário Doméstico

Diferente de Yeltsin que manteve uma relação conflituosa com o parlamento russo, Putin desenvolveu um relacionamento amigável com a Duma e construiu vínculos com o principal partido da oposição: o Partido Comunista da Rússia, que passou apoiar as políticas e leis propostas pelo presidente (CHENOY, KUMAR, 2017, p. 84).

Ao assumir a presidência, Putin estabeleceu uma estrutura vertical do poder executivo – na qual centralizou o poder político em suas mãos, com a formação de um poder executivo extremamente forte frente ao legislativo e ao judiciário (RUKAVISHNIKOV, 2014, p. 38) – e instituiu a hierarquia normativa na qual todas as Constituições e leis regionais são obrigadas a estar em conformidade com a lei federal (CHENOY, KUMAR, 2017, p. 85). Embora já fosse

algo cristalizado no modelo jurídico político liberal ocidental, Chenoy e Kumar (2017, p 85) afirmam que aproximadamente 50 das 89 Constituições locais contrariavam a constituição federal russa.

Na Rússia há uma divisão entre os “Ocidentalizadores e os Eslavófilos”, os primeiros defendem que a Rússia não deve só adotar as instituições ocidentais, mas também incorporar os valores do Ocidente. Já o segundo grupo acredita que há uma incompatibilidade entre os valores ocidentais e a sociedade russa, principalmente o individualismo e racionalismo (LEICHTOVA, 2014, p. 31). Os Eslavófilos enxergam a Rússia como solidária e detentora de uma identidade de grupo ligada ao Estado, por isso acredita-se que o individualismo ocidental colocaria em perigo a solidariedade e disposição do povo russo de sacrificar-se em prol de um bem maior (LEICHTOVA, 2014, p. 31). Ambos grupos sofreram fragmentações, os Ocidentalizadores dividiram-se entre defensores do liberalismo e defensores do socialismo enquanto os Eslavófilos segmentaram-se em Pan-eslavismo, Asianismo e Eurasianismo, este último obteve mais força na Rússia nesses últimos anos (LEICHTOVA, 2014, p. 31).

Com a chegada de Putin à presidência em 2000, os “Ocidentalizadores” (“*westernizers*”) que influenciaram a política russa na administração de Boris Yeltsin foram afastados das decisões governamentais e substituídos pelos “Eslavófilos” – grupo nacionalista russo (RUKAVISHNIKOV, 2014, p. 37).

O projeto de Putin desde os anos 2000 foi instaurar democracia, capitalismo e economia de mercado compatíveis às condições russas, administrados por uma classe política à sombra do presidente, com a predominância de políticas Estadocêntricas (CHENOY, KUMAR, 2017, p. 81). Esse programa ilustra o pensamento do presidente Putin de que a Rússia deve encontrar seu próprio caminho – optar por construções alternativas – ao invés de adotar modelos ocidentais (CHENOY, KUMAR, 2017, p. 81). A maioria da população russa, segundo Chenoy e Kumar (2017, p. 84), coaduna com a visão de Putin e enxerga as políticas adotadas por ele como uma versão russa da democracia.

Assim, no governo Putin é desenvolvido o conceito de “Democracia soberana” que se opõe a percepção de democracia liberal ocidental e ressalta a singularidade da Rússia, seus valores distintos e a legitimidade de seu modelo político, estes dois princípios formam o alicerce da nova ideologia nacional (LANKINA, NIEMCZYK, 2015, p. 102).

Entretanto, Gel'man (2014, p. 504-505) sustenta que o regime político da Rússia está longe de ser uma democracia. Desse modo, classifica-o como “autoritarismo eleitoral” devido a presença de uma série de características que prejudicam a democracia, a saber: eleições fraudulentas e injustas; acesso desigual dos candidatos à recursos financeiros e à mídia; abuso

de poder pelo uso do aparato estatal para angariar votos para o partido do governo; mídia altamente censurada; judiciário subordinado politicamente; uso arbitrário do poder econômico estatal; e corrupção generalizada. Além disso, Gel'man (2014, p. 509-510) argumenta que o equilíbrio do autoritarismo da Rússia fundamenta-se em três pontos: 1) mentiras – o controle da mídia permite ao governo realizar muitas propagandas e divulgar apenas informações convenientes; 2) medo – por parte da população de sofrer repressão governamental, de perder os benefícios que possuem; e 3) prosperidade econômica – o alto crescimento econômico dos anos 2000 conferiu apoio popular ao governo em razão dos benefícios materiais conquistados pela população. Ademais, há vários casos de opositores políticos de Putin que foram presos, exilados ou até mesmo assassinados (ALVAREZ, 2018; FILIPOV, 2017; G1, 2018).

Levitski e Way (2007, p. 03-04) também defendem que a Rússia não é uma democracia, e classificam o regime vigente como “autoritarismo competitivo” – regimes civis nos quais instituições democráticas formais são vistas como o meio principal de ganhar poder, mas no qual fraude, violações das liberdades civis, e abuso dos recursos estatais e midiáticos enviesam o campo de ação. Segundo Levitski e Way (2007, p. 16-20), a Rússia faz parte da onda de “hibridização” – regimes com características democráticas e autoritárias – que ocorreu nos anos 1990 com a mudança na política externa ocidental em favor da promoção da democracia, na qual governos ocidentais condicionaram a concessão de empréstimos e assistência econômica à realização de eleições e respeito aos direitos humanos. No entanto, devido a pressão internacional superficial – o foco era apenas na realização de eleições multipartidárias enquanto questões como violação das liberdades civis e campo de ação razoavelmente igualitário (acesso à mídia e recursos) eram negligenciadas – o que era para ser uma “onda de democratização” transformou-se em uma “onda de hibridização” (LEVITSKI, WAY, 2007, p. 18-20).

Na Rússia, o orgulho do indivíduo deriva do orgulho do grupo que ele integra, logo se o bem estar do grupo é garantido pela competência de um governo autoritário então este último encontra-se acima das liberdades e democracia; pois para os russos quando todo o Estado está prosperando os direitos individuais são mantidos (LEICHTOVA, 2014, p. 28). Essa diferença ideológica das sociedades ocidentais – que são mais voltadas ao indivíduo como base da sociedade – mantém-se até hoje na Rússia (LEICHTOVA, 2014, p. 28). De acordo com Leichtova (2014, p. 27-29), o nacionalismo russo foi criado de forma hierárquica, de “cima pra baixo”, através de mecanismos da monarquia absolutista e quase sem nenhuma participação das classes sociais mais baixas, o que desencadeou um fraco enraizamento dos direitos e liberdades do indivíduo no nacionalismo russo e um papel mais ativo do Estado.

De acordo com Chenoy e Kumar (2017, p. 154-155), a economia pós soviética russa passou por três fases consecutivas: 1) neoliberalismo triunfante e o capitalismo predatório (1991-1998); 2) recuperação econômica e uma reversão em direção ao capitalismo de estado (1999-2012); e 3) desaceleração econômica e sanções (2013-2016). Na primeira fase, sob a direção do FMI e do Banco Mundial, foi implementada a “terapia de choque”, na qual reformas foram realizadas para implantar uma economia de mercado em uma velocidade extremamente rápida com o objetivo de liberalizar e privatizar, o resultado foi desastroso para a economia e população russa. O segundo estágio sob o governo de Putin é marcado por uma rápida recuperação econômica (ver Gráfico 1) devido, sobretudo, a alta nos preços do petróleo e gás (com exceção dos anos 2008-2009 devido à crise financeira mundial). Além disso Putin aumentou a intervenção estatal na economia possibilitando a ascensão do “capitalismo de Estado” (CHENOY, KUMAR, 2017, p. 154).

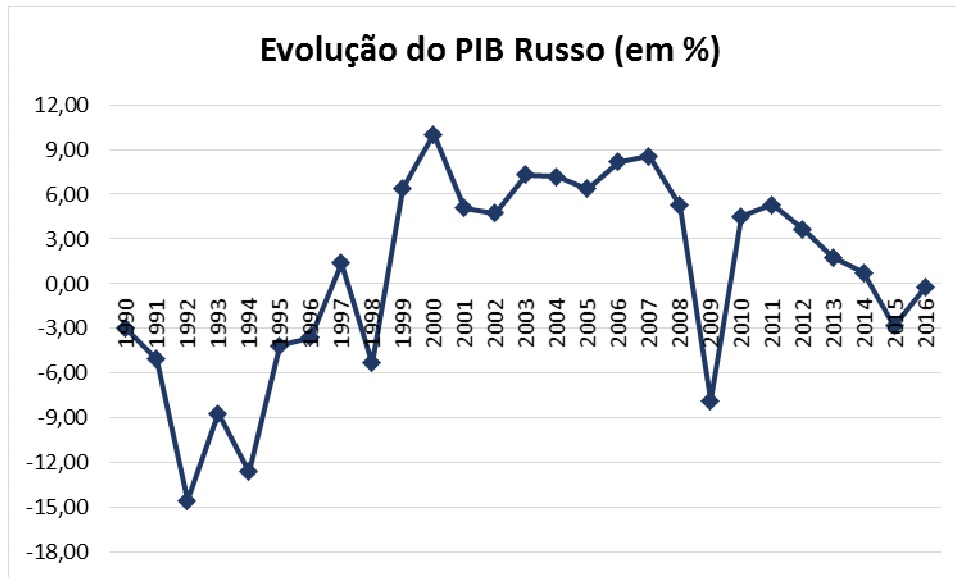
De acordo com Smith e Ripplinger (2016), os principais motivos que provocaram a alta do preço do petróleo em 1999 compreendem: 1) o aumento da demanda em razão do crescimento da economia estadunidense e asiática; e 2) o corte na produção de petróleo orquestrado pela OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo), Noruega, Rússia, México e Omã (iniciado em abril de 1999 com duração de um ano (IBRAHIM, 1999)) com a finalidade de reduzir a oferta e alavancar o preço da *commoditie*. Em 2001, segundo Left (2001), em virtude dos ataques terroristas de 11 de setembro, o preço do barril de petróleo sofreu outra queda, logo, a OPEP se reuniu, mais uma vez, com a Noruega, Rússia e México e acordaram a realização de novos cortes na produção de petróleo durante seis meses.

Na última fase, a economia russa declinou devido à queda brusca nos preços do petróleo e gás no mercado internacional e às sanções impostas por alguns países ocidentais em resposta a anexação da Criméia por parte da Rússia (CHENOY, KUMAR, 2017, p. 154-155).

DePersio (2019) explica essa queda a partir de 2013 em quatro pontos: 1) a economia chinesa que havia passado por uma expansão e rápido crescimento nos anos 2000, desacelerou a partir de 2010, conseqüentemente demandou menos petróleo; 2) EUA começou a produzir óleo de xisto na Dakota do Norte, e Canadá iniciou a produção de petróleo bruto na província de Alberta, em razão da produção interna ambos diminuíram suas importações de petróleo; 3) mesmo com a queda no preço do petróleo, a Arábia Saudita preferiu manter sua produção estável (ao invés de cortar a produção para forçar os preços a subirem) e suportar os preços baixos com o fim de tornar inviável a produção de petróleo em países cujos métodos de extração

são altamente custosos, como nos EUA que utiliza o faturamento hidráulico (*fracturing*)¹¹ e no Brasil com o pré-sal. Lioudis (2018) ainda acrescenta a baixa demanda europeia; e a decisão da OPEP de manter a produção estável ao invés de realizar cortes como fez em 1999, 2001.

Gráfico 1 - Evolução do PIB russo em %

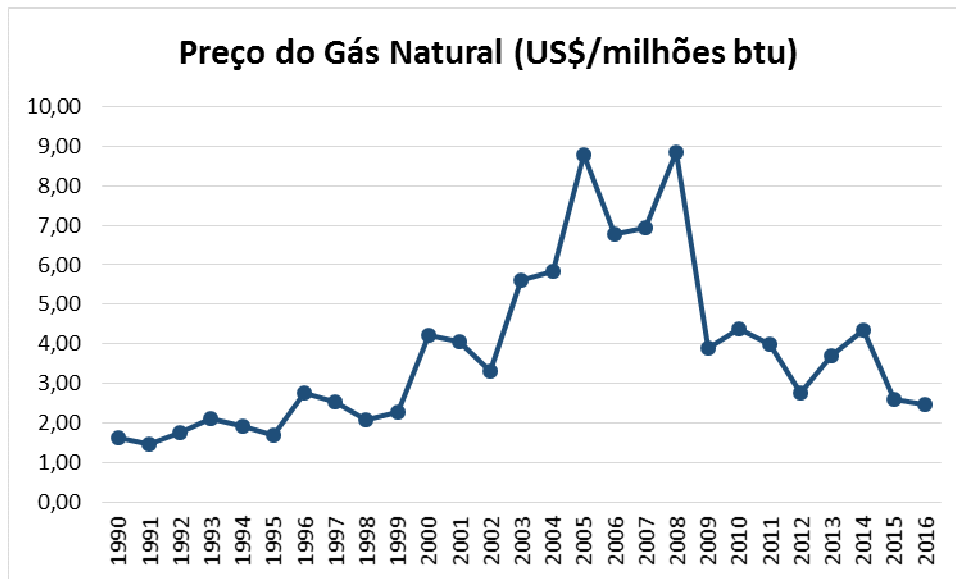


Fonte: Elaboração própria a partir de dados do *World Bank*.

O gráfico 1 ilustra as três fases da economia russa, nos anos 1990 a evolução do PIB é negativa devido às reformas; nos anos 2000 visualiza-se a recuperação econômica em razão da alta no preço dos recursos energéticos, com exceção do ano de 2009 quando houve uma queda brusca no PIB por causa da crise de 2008, entretanto no ano seguinte a economia toma um novo fôlego e volta a crescer. Finalmente, há um declínio a partir de 2013 relacionado à redução do preço do petróleo e gás no mercado internacional. Observe nos gráficos abaixo (Gráfico 2 e 3) a evolução do preço do gás natural e do petróleo no mesmo período.

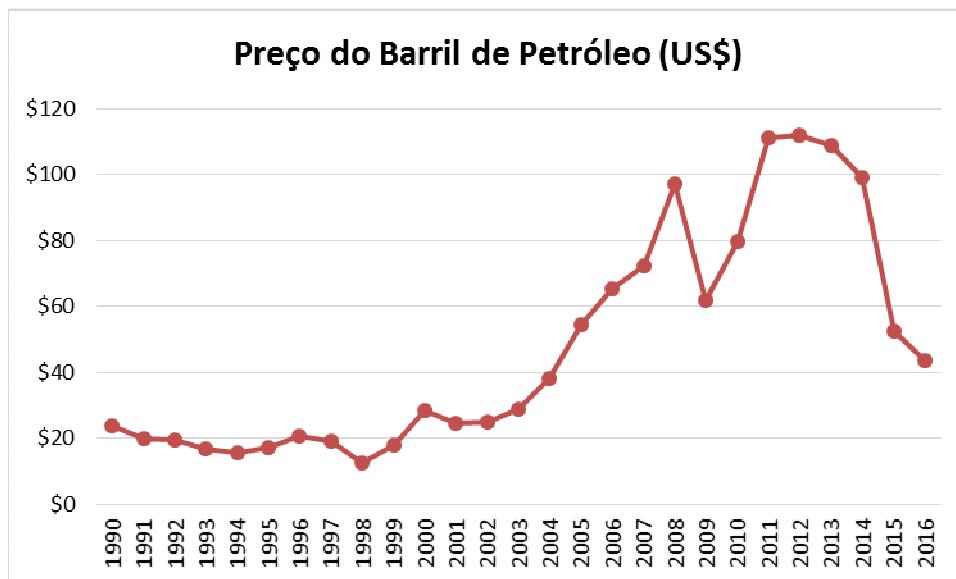
¹¹ Fraturamento hidráulico é uma tecnologia empregada para extração de combustíveis líquidos e gasosos do subsolo. O procedimento consiste na perfuração profunda do solo, onde se insere uma tubulação que penetra o lençol freático até a rocha. Essa tubulação injeta, em alta pressão, uma mistura de água, areia e substâncias químicas para provocar a ruptura da rocha, mantê-la aberta e originar uma saída dos fluxos para a superfície (OLIVEIRA, 2015).

Gráfico 2 - Evolução do Preço do Gás Natural em US\$/milhões de btu (1990-2016)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do *BP Statistical Review of World Energy June 2017*

Gráfico 3 - Evolução do Preço do Barril de Petróleo em US\$ (1990-2016)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do *BP Statistical Review of World Energy June 2017*

Os gráficos 1, 2 e 3 ilustram o argumento de Chenoy e Kumar de que no período de 1999-2016 a economia russa cresce quando os preços dos recursos energéticos sobem, e cai quando os preços despencam. Portanto, visto que no século XXI a curva do PIB russo acompanha a alta e a queda do preço do petróleo e do gás natural no mercado, torna-se essencial entender a importância dos recursos energéticos na economia russa já nesse primeiro momento.

Atualmente, de acordo com o ranking do Banco Mundial (2018), a Rússia é a 11º maior economia do mundo. O setor predominante na economia russa é o de serviços que representa

62% no PIB e emprega 66% da população; a indústria ocupa o segundo lugar, contribui com 32% no PIB e emprega quase 27% dos cidadãos russos; por fim, a agricultura gera apenas 4,7% do PIB (devido às duras condições climáticas que dificultam o cultivo) e utiliza 6,7% da mão de obra russa (NORDEA TRADE). Os principais serviços são transporte, comunicação, turismo, e serviços de TI (BAJPAI, 2017). No setor industrial merecem destaque: o químico, petroquímico, fabricação de máquinas, mineração, metalúrgico, construção, manufatura, defesa, aviação, automotivo; e o Complexo de Energia e Combustível (FEC – *Fuel and Energy Complex*) que abrange múltiplos setores da economia e é responsável por boa parte das exportações russas (BAJPAI, 2017).

Em 2017, segundo o Banco Mundial, a exportação de bens e serviços representou 26% do PIB russo, entretanto esta categoria, com algumas oscilações, vem diminuindo sua relevância na economia russa desde seu ápice em 2000 quando atingiu 44% do PIB (*WORLD BANK*). Conforme o *Russia Economic Report* do *World Bank* (2018, p. V), os 26% do PIB provenientes de exportação, em 2017, são assim estratificados: 59% de recursos energéticos; 11% de metais e produtos metálicos; 8% de máquinas, equipamentos e veículos; 7% de produtos químicos e borracha; 6% de alimentos e produtos agrícolas; e os 9% restantes correspondem a madeira, pedras preciosas, tecidos, energia elétrica e couro.

Portanto, as exportações russas são concentradas em recursos energéticos (embora o percentual esteja diminuindo, visto que em 2013, esse número correspondia a 70% (*WORLD BANK*, 2018, p. V)), sobretudo petróleo e gás natural, tal concentração resulta das abundantes reservas de gás e petróleo¹² em seu território, do alto desenvolvimento do ramo energético durante a União Soviética, e do investimento estatal considerável que a Rússia tem realizado nesse setor (HILL, 2004, p. 47).

Com a elevação dos preços, a Rússia aumentou sua produção de petróleo a partir de 1999 tornando-se o maior fornecedor mundial de petróleo, atrás de OPEP, Oriente Médio e Golfo Pérsico. Esta condição, somada à postura russa de não aderir a decisão da OPEP de reduzir a exportação de petróleo em 2001, transformou a Rússia em uma alternativa ao suprimento de petróleo do Oriente Médio e do Golfo Pérsico (HILL, 2004, p. 29). Apesar do controle estatal no ramo energético, Moscou ainda parece ser um fornecedor de petróleo mais

12 As maiores reservas mundiais de petróleo encontram-se na: 1° Venezuela, 2° Arábia Saudita, 3° Canadá, 4° Irã, 5° Iraque, 6° Rússia, 7° Kuwait, 8° Emirado dos Árabes Unidos (UAE) (ANALYTICAL CENTER FOR THE GOVERNMENT OF THE RUSSIAN FEDERATION, 2016, p. 14). E as maiores reservas mundiais de gás natural encontram-se, por ordem, no: Irã, Rússia, Qatar, Turcomenistão, EUA, Arábia Saudita, Emirado dos Árabes Unidos (UAE), Venezuela e Nigéria (ANALYTICAL CENTER FOR THE GOVERNMENT OF THE RUSSIAN FEDERATION, 2016, p. 30).

confiável do que o Oriente Médio devido à instabilidade política que essa região enfrenta (HILL, 2004, p. 31).

Assim, quando Putin assumiu a presidência já havia estabilidade relativa do mercado, estruturas financeiras iniciavam seu desenvolvimento, e a economia começava a se recuperar em razão, sobretudo, da elevação no preço e na demanda por minerais e commodities, especialmente o petróleo (CHENOY, KUMAR, 2017, p. 87; GOLDMAN, 2008, p. 96).

Goldman (2008, p. 96-97) defende que devido à essa alta no preço do petróleo, a recuperação econômica russa teria feito qualquer um que estivesse no cargo parecer um “gênio econômico”, embora reconheça que Putin adotou medidas que auxiliaram o reestabelecimento da economia, a saber: 1) colocou funcionários competentes na chefia da economia, como German Gref e Alexei Kudrin; 2) estabeleceu uma taxa fixa de 13% de imposto de renda (a taxa anterior chegava a 30% e poucos russos pagavam, porém com uma taxa menor a população tinha menos incentivo para burlar); 3) propôs um programa para simplificar a abertura de novos negócios e reduzir a burocracia enfrentada pelos empresários; e 4) estabeleceu uma meta de 7% no crescimento do PIB ao ano, marca que manteve-se próximo nos anos 2000.

Ademais, Putin ressaltou a singularidade da Rússia dentro do mundo capitalista e implementou um capitalismo estatal, fomentou reformas de economia de mercado, porém colocou o Estado novamente como agente regulador, coproprietário e acionista de recursos e capitais (CHENOY, KUMAR, 2017, p. 82-87). Putin também estabilizou o rublo; controlou a inflação através de intervenção estatal e controle de preço; limitou as privatizações (que favoreceram poucos e foram reconhecidas como um assalto ao Estado russo) por meio de regulações estatais; e pagou a enorme dívida externa (CHENOY, KUMAR, 2017, p. 87).

Putin estabeleceu controle estatal do petróleo, da indústria de defesa, do setor de maquinaria pesada, do ramo de telecomunicação, dentre outros empreendimentos que foram renacionalizados ou tiveram grandes investimentos estatais (GOLDMAN, 2008, p. 134). Putin estimulou a recuperação econômica por meio dos altos gastos governamentais e pela renacionalização dos principais ativos (CHENOY, KUMAR, 2017, p. 89).

Portanto, a política econômica da administração Putin consistiu em: 1) equilibrar o orçamento; 2) pagar a dívida externa; 3) controlar os oligarcas – identificados como ladrões do Estado russo; 4) projetar uma política fiscal ampla e uniforme; 5) potencializar o petróleo e outros recursos para reconstruir a economia e sociedade russa; 6) recuperar o complexo militar industrial; 7) criar projetos de desenvolvimento de infraestrutura; 8) implementar um capitalismo estatal que defende a regulamentação e intervenção do Estado na economia (CHENOY, KUMAR, 2017, p. 87-89).

Putin expulsou muitos oligarcas do cenário político e econômico russo. A demissão de Chernomyrdin e Vyakhirev da Gazprom e Gerashchenko da presidência do Banco Central da Rússia – todos funcionários do Estado que começaram suas carreiras ainda na União Soviética, tornaram-se membros da elite soviética, e enriqueceram às custas do Estado – representou os esforços de Putin de parar o “banditismo” (dos oligarcas), punir a má administração e acabar com o saque pessoal dos ativos estatais (GOLDMAN, 2008, p. 105).

Entretanto, na Rússia, ainda prevalece o terceiro estágio – intensivo em recursos - do desenvolvimento econômico, fase que os países mais avançados viveram nos anos 1970; contudo, há também o quarto estágio – tecnológico, que envolve a transição para tecnologia de economia de recursos - representado apenas nas produções do Complexo Militar Industrial (MIC, em inglês) (PUTIN, 1999, p. 53).

Esse desenvolvimento superior do setor militar, deve-se tanto a herança da União Soviética – visto que após a dissolução do bloco, a Rússia herdou o arsenal militar; quanto ao grande investimento que Putin tem realizado nesse ramo. Para Rukavishnikov (2014, p. 40), a Rússia vive uma nova corrida armamentista assim como o resto do mundo, o governo Putin tem realizado reformas nas suas Forças Armadas, renovações no seu complexo militar industrial e estoque nuclear, e tem produzido inclusive as chamadas “armas inteligentes” (“*smart weapons*”) e submarinos com mísseis intercontinentais. Putin defende e enfatiza a necessidade de aumentar ainda mais os gastos com o setor militar (RUKAVISHNIKOV, 2014, p. 41), entretanto vários estudiosos argumentam que a Rússia não tem condições de arcar com esses aumentos sucessivos no orçamento militar do país (GOLDMAN, 2008, p. 97; MCNABB, 2016, p. 70).

Kudrin e Mau (2018, p. 19-21) afirmam que a Rússia tem mantido, durante 200 anos, um atraso econômico de 50 anos em relação aos países mais desenvolvidos, como França e Alemanha. Três características são destacadas em relação a esse atraso: 1) o desenvolvimento russo é inconsistente entre os setores do Estado – a história russa mostra que Moscou conseguir desenvolver bastante o setor militar do país, no entanto ainda há *gaps*; 2) as conquistas de modernização russa são instáveis – ou seja, logo após um avanço em um setor, o país sofre uma regressão, porque não consegue acompanhar o nível tecnológico de outros países; e 3) este atraso se manteve independentemente da estrutura política e caráter do governo russo – quer seja czarista, comunista ou capitalista (KUDRIN, MAU, 2018, p. 19-21).

De acordo com Kudrin e Mau (2018, p. 25), Moscou precisa abordar alguns problemas para atingir um crescimento econômico, como diversificar a economia – mais especificamente suas exportações que são compostas, sobretudo, por recursos naturais; e abrir a economia russa

– uma vez que tem-se mostrado incapaz de fornecer competitividade e demanda. Putin (1999, p. 53) defende também que, para a Rússia avançar de estágio, é necessário facilitar a transferência de tecnologia de ponta para o setor civil e a esfera econômica.

Na questão de segurança, Rukavishnikov (2014, p. 40) afirma que analistas ocidentais apontam como principais ameaças externas a Rússia: 1) conflitos no espaço pós soviético que podem transbordar na Rússia; 2) conflito militar com EUA e Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN); e 3) confronto militar com a China (RUKAVISHNIKOV, 2014, p. 40). Porém, a preocupação primordial em matéria de segurança na Rússia, segundo Rukavishnikov (2014, p. 44), são as ameaças internas provocadas pelo crescimento da xenofobia, desigualdade de renda, ações terroristas, e o declínio demográfico que o país vivencia, ao invés de ameaça militar externa (RUKAVISHNIKOV, 2014, p. 44).

Desde os anos 1990, a Rússia passa por um declínio demográfico. Atualmente, o Estado russo possui uma população de 146,8 milhões, segundo a Rosstat (2017, p. 79), e ocupa o posto de 9º país mais populoso do mundo, embora possua a maior extensão territorial entre os 193 países (*WORLD POPULATION REVIEW*). Dito isto, nos anos 2000, o governo adotou programas de fomento à natalidade que incluem pagamentos de incentivo para famílias que tiverem o segundo filho, e campanhas governamentais (como a da imagem de uma mulher jovem com três filhos acompanhada da frase “O amor pela sua nação começa com o amor pela família”) (SPUTNIK, 2010). Em 2016, a taxa de filho por mulher era de 1,83, mesmo representando um crescimento em relação ao ano anterior (2015 era 1,77) ainda não é suficiente, é necessário que a média de crianças por mulher atinja 2.2 para manutenção da população atual, menos que isso representará uma contração demográfica (LOSSAN, 2016).

Por outro lado, a Rússia é o segundo maior receptor de migrantes do mundo – ao lado da Arábia Saudita e Alemanha, cada um com cerca de 12 milhões de migrantes internacionais – atrás apenas do EUA que recebeu 50 milhões de migrantes em 2017 (ONU, 2017). Os migrantes são, em sua maioria, oriundos das ex repúblicas soviéticas com destaque para Cazaquistão, Uzbequistão, Tadjiquistão, Armênia e Quirguistão (ROSSTAT, 2017, p. 84), eles trabalham, sobretudo, em atividades de baixa qualificação como na construção civil e nos serviços de limpeza (SINELSHIKOVA, 2017). A Rússia torna-se um destino atrativo para os imigrantes por possuir um desempenho econômico superior em comparação aos países que compõem a CEI (Comunidade dos Estados Independentes, ou CIS – *Commonwealth of Independent States*)¹³, pela isenção de visto entre os membros dessa Comunidade, e pelo fato

¹³ Criada em dezembro de 1991, a CEI é uma organização composta por onze ex repúblicas da União Soviética, a saber: Armênia, Azerbaijão, Bielorrússia, Cazaquistão, Quirguistão, Moldávia, Rússia, Tadjiquistão,

do russo ser a língua comum da região (LANKINA, NIEMCZYK, 2015, p. 108). Mesmo com a crise demográfica e alta demanda por trabalhadores imigrantes, os russos são hostis aos recém chegados sob justificativas de baixo nível de educação dos imigrantes e barreiras culturais (SINELSCHIKOVA, 2017).

Em 2008, Putin completou seu segundo mandato e, de acordo com a legislação russa, não poderia candidatar-se novamente. Portanto, Putin decidiu apoiar Dmitri Medvedev que vence as eleições e nomeia-o como primeiro ministro do seu governo. Mesmo não ocupando a presidência entre 2008-2012, Trenin (2015, p. 35) afirma, em várias passagens, que Putin “deixou” Medvedev assumir a presidência da Rússia, “permitiu” que Medvedev realizasse uma política externa liberal, essas declarações refletem o senso comum de que Putin sempre esteve no poder, ainda que não formalmente.

Karczmarski (2015, p. 16) defende que o retorno de Putin à presidência russa em 2012 – depois de ter sobrevivido aos protestos políticos em massa após as eleições de 2011 – representou a transição do sistema político russo em um “presidencialismo patronal”: um sistema que se baseia em um homem, com uma separação de poderes tendenciosa, deterioração da participação do Parlamento russo – Duma, e a utilização do Partido da Rússia Unida como uma ferramenta do Kremlin ao invés de um intermediário dos interesses do povo com o governo.

Apesar das críticas, a popularidade de Putin entre os russos é alta – 83% (TRENIN, 2015, p. 40). Nalbandov (2016, p. 05) argumenta que em menos de dez anos Putin tornou-se o “alfa e o ômega” da política russa. A popularidade do presidente russo decorre, sobretudo, do crescimento do PIB russo e conseqüentemente da melhoria da situação econômica da população desde o início do século XXI, melhoria esta que ocorreu logo após a traumatizante depressão dos anos 1990 (GOLDMAN, 2008, p. 97; RUKAVISHNIKOV, 2014, p. 42). Segundo Nalbandov (2016, p. 05), Putin ainda devolveu à população russa o sentimento de superioridade moral sobre os outros e a crença de que todos invejavam o poder militar e os valores morais russos. Além disso, para Lankina e Niemczyk (2015, p. 105), Putin projeta a imagem de um líder de posicionamento forte que busca restaurar a lei e a ordem, assegurar a prosperidade econômica russa, e afastar (travar uma batalha com) os oligarcas da esfera política e dos setores estratégicos da economia.

Para Chenoy e Kumar (2017, p. 82) a popularidade de Putin se traduz nas eleições parlamentares de 2016, na qual o Partido Rússia Unida ganhou com a maior margem (54%

Turcomenistão, Ucrânia e Uzbequistão. A Geórgia também fazia parte da organização, porém decidiu se retirar em 2009 (ROBINSON, SHCHEDROV, 2009).

(SINELSCHIKOVA, EGOROV, 2016)) na Duma desde 1991. Apesar de ter apoio popular, entre 2008-2011 houve protestos contra o governo Putin-Medvedev de sindicatos, sociedade civil liberal e outros insatisfeitos com a tendência centralizadora, com os assassinatos de jornalistas ignorados e com as violações de direitos (CHENOY, KUMAR, 2017, p. 82).

Em março de 2018, Putin foi reeleito com 76% dos votos (SANT'ANNA, 2018). Contudo houve denúncias de mais de mil irregularidades na eleição presidencial apresentadas pela oposição russa e pela ONG Golos (EXAME, 2018). A agência de notícias russa Sputnik (2018a) defende que houve apenas “incidentes pontuais e tentativas de fraude”, porém que as eleições prosseguiram “sem grandes transtornos”. Em setembro de 2018 aconteceram também as eleições regionais, que resultaram na vitória da maioria dos candidatos do Partido do presidente Putin – Rússia Unida. As poucas derrotas são atribuídas à desaprovação popular – marcada por uma série de protestos – ao projeto de reforma previdenciária defendido por Putin, que eleva a idade mínima de aposentadoria em 5 anos para homens e mulheres (THE MOSCOW TIMES, 2018; FERNÁNDEZ, 2018). Em outubro, apesar das manifestações contrárias e da queda de popularidade, Putin sancionou a reforma da previdência (FOLHA DE SÃO PAULO, 2018).

Apresentado o cenário doméstico da Rússia, o próximo tópico pretende familiarizar o leitor com a política externa do país. Para isso, são abordadas questões como os objetivos da política externa russa, as táticas empregadas para alcançá-los, as relações com o Ocidente, a expansão da OTAN e a Crise da Ucrânia (2014).

1.2 Política Externa Russa

A política externa representa os interesses e objetivos do Estado no ambiente internacional formulada a partir de uma prévia análise das necessidades internas e do contexto internacional, sendo necessário uma “compatibilização das realidades internas com as possibilidades externas” no processo de sua composição (OLIVEIRA, 2005, p. 13-14). Política Externa corresponde ao “conjunto de objetivos, estratégias e instrumentos que decisores dotados de autoridade escolhem e aplicam a entidades externas à sua jurisdição política (...)” (FREIRE, VINHA; 2011; p. 18).

Isto posto, os objetivos da política externa russa compreendem: 1) garantir a segurança nacional, integridade territorial e soberania; 2) consolidar o país como um “centro de influência mundial” (superpotência); 3) criar condições favoráveis para o desenvolvimento econômico e modernização tecnológica; 4) garantir a estabilidade regional através da eliminação e prevenção

de conflitos nas regiões próximas à Rússia; 5) proteger os direitos e interesses dos cidadãos e compatriotas russos no exterior; 6) promover a imagem, língua e cultura russa nos países estrangeiros; e 7) promover a paz, segurança e estabilidade internacional por meio da coordenação da Organização das Nações Unidas (ONU) na decisão coletiva e igualitária das questões internacionais (MFA, 2000, 2008, 2013, 2016).

Nos documentos de política externa, a Rússia defende um sistema de relações internacionais baseado nos princípios de igualdade, respeito mútuo, cooperação igualitária, segurança indivisível, bem como observância aos princípios da carta da ONU e das leis internacionais (MFA, 2000, 2008, 2013, 2016). A Federação Russa defende ainda a manutenção e fortalecimento da ONU em sua função de regular e coordenar as relações internacionais, através principalmente da observância às normas e princípios da Carta da ONU. Moscou também advoga pela realização de reforma na ONU com o propósito de torná-la mais representativa (expandir a quantidade de membros no Conselho de Segurança, porém preservando os cinco membros permanentes atuais) e melhorar a eficiência do trabalho da Organização (MFA, 2000, 2008, 2013, 2016).

Em assuntos externos e questões de segurança nacional, a legislação russa afirma que as decisões devem ser do presidente, logo, essas decisões são baseadas na interpretação do presidente do interesse nacional do país, da visão deste dos assuntos internacionais e da sua percepção do lugar e função da Rússia no mundo (TRENIN, 2015, p. 34). Leichtova (2014, p. 26) corrobora essa perspectiva ao afirmar que a forma que a elite russa enxerga a Rússia e seu lugar nas relações internacionais define as prioridades e o comportamento russo no sistema internacional, e acrescenta que, da mesma forma, a maneira que os Estados vizinhos da Rússia interpretam o comportamento russo determinam como eles reagem a Moscou.

O Eurasianismo representa o fundamento físico da percepção russa de si mesma e do seu lugar no mundo. Esta interpretação da posição russa no sistema internacional implica que Moscou não deve aceitar influência dos Estados vizinhos, pelo contrário, deve exercer influência sobre eles (LEICHTOVA, 2014, p. 32). A ideia de que a Rússia deve ser uma superpotência nas relações internacionais deriva da imensidão do território russo; da sua singularidade cultural, política, mental e religiosa; e da própria localização geográfica russa que se estende por dois continentes o que torna os problemas da Europa, Ásia, Oriente Médio, Pacífico e Ártico dentro do campo de visão das fronteiras russas e atingem a segurança e interesses econômicos russos (LEICHTOVA, 2014, p. 18, 32).

Essa corrente reflete sobre os problemas enfrentados para proteger um Estado com tamanha vastidão territorial, esse argumento é ilustrado com a Guerra Russo-japonesa em 1905

e a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), assim ao evidenciar conflito em ambos os extremos, o Eurasianismo destaca que a sobrevivência da Rússia depende da mesma construir sua posição entre a Europa e a Ásia, ao invés de se voltar apenas para um dos polos (LEICHTOVA, 2014, p. 31-32). Através desses fatores pode-se deduzir que os interesses nacionais de Moscou são estabelecidos em um grande escopo geográfico (LEICHTOVA, 2014, p. 20).

As relações com o Ocidente têm um grande peso na formulação de política externa e identidade nacional russa, “o Ocidente é o principal critério de sucesso e falha” da política externa de Moscou, bem como “é o grande Outro com o qual a Rússia se compara” e determina sua singularidade; além disso as relações com outras regiões são classificadas em termos de se fortalecem ou enfraquecem a posição russa frente ao Ocidente (LEICHTOVA, 2014, p. 25-29).

McNabb (2016, p. 67) defende que sob o governo de Gorbachev e Yeltsin havia a busca por uma reaproximação com o Ocidente, especialmente os EUA. Em contrapartida, na administração Putin a Rússia está mais “anti-Ocidente”, o que McNabb (2016, p. 67) descreve como um país que só coopera com o Ocidente quando é de seu interesse, e que não se submete aos “ditames do Ocidente”. Em outras palavras, apenas a prática do pleno exercício da soberania de um Estado que deseja tomar suas decisões livremente sem interferência ou ingerência externa.

Enquanto McNabb (2016, p. 67) afirma que o governo Putin é anti-Ocidente, Nalbandov (2016, p. 07), por outro lado, sustenta que há uma oscilação entre aproximação e distanciamento com o polo. Assim, Nalbandov (2016, p. 07) destaca que, no início da administração Putin, a Rússia priorizava as relações com a União Europeia e estava mais aberta à negociações com o EUA. Além disso, a conduta russa de buscar uma aliança com os EUA – antes e principalmente após o ataque terrorista de 11 de setembro, tentar entrar na OTAN, e esforçar-se para integrar a Rússia com a Europa revelam que Putin iniciou seu governo com o intuito de restaurar as relações com o Ocidente (TRENIN, 2015, p. 34).

Trenin (2015, p. 35) atribui a posterior mudança de abordagem (afastamento) com o Ocidente ao ataque terrorista de 2004, em uma escola, na cidade de Beslan, no qual 30 separatistas chechenos deixaram mais de 300 pessoas mortas, dentre elas 186 crianças (EURONEWS, 2014). O massacre na escola de Beslan contribuiu com o distanciamento russo do Ocidente porque enquanto o Kremlin havia encontrado ligações entre os separatistas chechenos e círculos terroristas internacionais, inclusive com o próprio Osama Bin Laden (RUKAVISHNIKOV, 2006), Washington ignorava essas ligações entre al-Qaeda e os terroristas chechenos, o que possibilitou a concessão de asilo político àqueles afiliados com

esses terroristas – vistos pelos Estados Unidos apenas como opositores do governo (TSYGANKOV, 2009, p. 06).

Para Nalbandov (2016, p. 06-08), a causa do afastamento russo com Ocidente deve-se a recuperação russa, visto que depois que a Rússia recuperou-se da crise sofrida nos anos 1990, Putin abriu a “caixa de Pandora do ressentimento”, e o Ocidente tornou-se, novamente, seu “arqui-inimigo”.

A expansão da OTAN para o leste é um dos temas que provoca hostilidades entre a Rússia e o Ocidente. A OTAN, criada em 1949, é uma organização político-militar liderada pelo EUA com o propósito de garantir a segurança coletiva dos países ocidentais e capitalistas que a compõem¹⁴ e de conter o avanço do bloco socialista. Em contraposição à OTAN, fundou-se em 1955, o Pacto de Varsóvia. Composto pela União Soviética e mais sete de seus Estados satélites (Albânia, Bulgária, Tchecoslováquia, Alemanha Oriental, Hungria, Polônia e Romênia), o Pacto de Varsóvia foi dissolvido, em 1991, em razão do colapso da URSS¹⁵ (OTAN). Com a extinção de seu oponente, a OTAN estabelece novos objetivos que abrangem a estabilização e democratização dos Estados que recebiam influência soviética, logo a adesão destes países à OTAN passa a ser uma meta da organização (SOLER, 2008). Assim, no pós Guerra Fria, a OTAN realiza três ondas de expansão (1999, 2004 e 2009), nas quais conseguiu o ingresso de várias ex repúblicas e antigos satélites da URSS, a saber: República Tcheca, Hungria e Polônia passam a ser membros da Organização em 1999; Bulgária, Estônia, Letônia, Lituânia, Romênia, Eslováquia e Eslovênia entram em 2004, e por fim, Albânia e Croácia aderem a OTAN em 2009 (OTAN, 2016).

Isto posto, a expansão da OTAN representa para a Rússia uma ameaça militar e perda de influência na região (YIANGOU, 2016, p. 179). A Estônia (membro da OTAN a partir de 2004), por exemplo, situa-se a míseros 150 km de São Petersburgo – o segundo centro industrial e populacional da Rússia, atrás apenas de Moscou. Além disso o enclave russo de Kaliningrado, situado entre a Polônia e a Lituânia, encontra-se, devido à expansão, cercado por países da OTAN (YIANGOU, 2016, p. 179). Ademais, a OTAN vem instalando, desde 2010, sistema antimísseis no leste europeu e na Turquia (G1, 2016) bem como realizando exercícios militares na República Tcheca, Lituânia e Romênia (SPUTNIK, 2017).

¹⁴ Atualmente a organização é composta por 29 membros: Bélgica, Canadá, Dinamarca, França, Islândia, Itália, Luxemburgo, Holanda, Noruega, Portugal, Reino Unido e EUA (1949); Grécia e Turquia (1952), Alemanha Ocidental (1955), Espanha (1982); República Tcheca, Hungria e Polônia (1999); Bulgária, Estônia, Letônia, Lituânia, Romênia, Eslováquia e Eslovênia (2004); Albânia e Croácia (2009); Montenegro (2017) (OTANa).

¹⁵ Criada em 1922, a URSS era composta por: Rússia, Ucrânia, Bielorrússia, Estônia, Lituânia, Letônia, Moldávia, Geórgia, Armênia, Azerbaijão, Cazaquistão, Uzbequistão, Turcomenistão, Quirguistão e Tadjiquistão.

Nos documentos oficiais de política externa, a Rússia apresenta-se aberta ao diálogo com a OTAN, pois reconhece que é importante para paz, segurança e estabilidade da região Euro-Atlântica, porém condena a expansão da Organização, bem como a movimentação de infraestrutura militar para próximo das fronteiras russas, atividade que, segundo a Rússia, viola o princípio de segurança equivalente (MFA, 2008, 2013, 2016).

Sakwa (2008, p. 275) defende que nos dois primeiros mandatos do presidente Putin (2000-2008) vigorou o que ele denomina de “novo¹⁶ realismo” da política externa, o qual reconhecia as limitações do poder russo, e acreditava que o país ganharia mais através da cooperação com o Ocidente do que por meio da competição. Isso não significa desistir das ambições de influência global, mas agir cautelosamente para não afastar países ocidentais. Assim, a Rússia buscava ser uma potência dentro do status quo e exercer influência através da participação na comunidade das nações, ao invés de desafiar o sistema e competir pela hegemonia mundial (SAKWA, 2008, p. 275).

Esse “novo realismo” da política externa russa caracteriza-se, de acordo com Sakwa (2008, p. 275-279), pelos seguintes elementos: 1) “economização” da política externa – a política externa passa a servir como meio para atingir tanto os interesses políticos quanto os interesses econômicos do Estado; 2) “europeísmo” – maior dedicação russa à cooperação com a Europa Ocidental; 3) securitização – questões como a Guerra na Chechênia foram caracterizadas como combate ao terrorismo e, portanto, securitizadas; 4) mudança de polo alternativo ao Ocidente para um ator autônomo – para evitar uma rivalidade explícita com o Ocidente, Putin enfatizou que a Rússia era um Estado autônomo, independente que defende a ideia de um sistema multipolar nas relações internacionais; 5) ênfase no bilateralismo – Putin prefere as relações diretas com os Estados ao invés da mediação de organizações multinacionais; 6) adoção do status de potência mundial – a Rússia tornou-se mais confiante e passou a não lutar mais pelo título de potência, pois considerava já possuir esse status; 7) normalização das relações com o Ocidente e as demais regiões através da adoção de uma abordagem mais pragmática.

Leichtova (2014, p. 21-23), assim como Sakwa, sustenta que a política externa russa baseia-se no realismo, e justifica sua argumentação apresentando três fundamentos dessa teoria presentes no comportamento russo, a saber: 1) a lógica do jogo de soma zero – por exemplo, quando a influência crescente de alguns países ocidentais é considerada uma ameaça à Rússia e outros países; quando a expansão da OTAN é vista por Moscou como um fator que enfraquece

¹⁶ O termo “novo” refere-se a rejeição à lógica de soma zero presente nas visões tradicionais da teoria realista (SAKWA, 2008, p. 274).

a segurança russa em favor do EUA; 2) balança de poder – nos anos 1990, Rússia e EUA tentaram estabelecer um equilíbrio de poder entre eles cujo elemento crucial da igualdade era a posse de armas nucleares; e 3) esferas de influência – esse conceito justifica as ações russas no espaço pós soviético. É importante destacar que com o colapso da URSS, a Rússia voltou a ter o território que possuía em 1600, logo alguns países que se tornaram independentes nos anos 1990 fizeram parte da Rússia durante 400 anos, tornando-se parte da história e da cultura russa (o autor afirma que tal argumento é mais utilizado em relação a Ucrânia, Bielorrússia e Cazaquistão) (LEICHTOVA, 2014, p. 24).

É válido ressaltar que o “novo realismo” da política externa russa defendido por Sakwa não abrange a “lógica do jogo de soma zero” presente na percepção de Leichtova. Ademais, o “novo realismo” de Sakwa tem uma abordagem mais cooperativa/pacífica e de reconhecimento dos limites do poderio russo, refletido nas ideias de cooperação com a Europa, receio de se apresentar como rival estadunidense e normalização das relações com o Ocidente. Enquanto que no realismo de Leichtova vislumbra-se uma percepção mais competitiva/assertiva da política externa russa, ao citar esferas de influência, a lógica do jogo de soma zero e balança de poder.

As Revoluções Coloridas representam outra tensão com o Ocidente que acarreta na diminuição da esfera de influência russa (RUKAVISHNIKOV, 2006, p. 61). A Revolução Rosa na Geórgia (2003), Revolução Laranja na Ucrânia (2004) e Revolução das Tulipas no Quirguistão (2005) como ficaram conhecidas, foram uma série de manifestações políticas de oposição, supostamente financiadas pelo Estados Unidos, que desencadearam a deposição de governos anti-EUA e a sua substituição por governos pró-Ocidente (TSYGANKOV, 2009, p.07).

Moscou critica as interpretações como arbitrárias e politicamente motivadas, por certos países, de leis e princípios internacionais consagrados na Carta da ONU, como: não interferência nos assuntos internos, respeito à soberania e integridade territorial dos Estados, direito à autodeterminação dos povos, resolução pacífica de disputas internacionais, e não uso da força e da ameaça da força (RUSSIA, 2008, 2013, 2016). No documento, a Rússia ainda condena as intervenções militares e outras formas de interferência que ferem o princípio de igualdade soberana dos Estados sob o pretexto de “responsabilidade de proteger” (RUSSIA, 2013, 2016).

A política externa russa direcionada à Europa é influenciado por três fatores principais: 1) relações com a OTAN – o desenvolvimento do sistema de defesa antimíssil na Europa (ao redor do território russo) é interpretado como hostil e preocupante pelo Kremlin; 2) exportações

energéticas – a Rússia quer se mostrar como um fornecedor confiável, no entanto os problemas que teve com a Ucrânia nesse setor deixaram a Europa alerta quanto à possibilidade da Rússia utilizar seus recursos energéticos como barganha nas relações internacionais; e 3) estabelecimento da “europeidade” russa – a Rússia deseja(va) entrar no clube das nações europeias, porém, segundo o autor, (supostas) violações de direitos humanos e a oposição russa ao ingresso de alguns estados soviéticos na União Europeia dificultam a conclusão desse processo (NALBANDOV, 2016, p. 15-16).

Nalbandov (2016, p. 13) argumenta que a literatura costuma dividir a política externa russa em duas dimensões regionais: 1) a primária – regiões que a Rússia tem interesse geopolítico (Europa, Ásia e o espaço pós soviético) ou que se sente ameaçada (EUA); 2) e a dimensão periférica – regiões que Moscou tem menos interesse, que não percebe como vital para reviver sua identidade nacional, ou que não se sente ameaçada (América Latina, África e Oriente Médio), embora a Rússia tenha dedicado uma certa atenção a essas áreas ultimamente.

Desde que assumiu a presidência, Putin enfatiza a necessidade de restabelecer a Rússia como grande potência (CHENOY, KUMAR, 2017, p. 82; MCNABB, 2016, p. 58; RUKAVISHNIKOV, 2014, p. 35), bem como confere bastante atenção aos objetivos de buscar recuperar a influência russa sobre as ex repúblicas soviéticas (LANKINA, NIEMCZYK, 2015, p. 98-99; MCNABB, 2016, p. 57; RUKAVISHNIKOV, 2014, p. 47); e modernizar economicamente o país (RUKAVISHNIKOV, 2014, p. 39).

Para atingir esses e outros objetivos o governo russo faz uso do *Soft power*, que na política externa compreende o uso de táticas que permitam a um Estado atingir o objetivo político desejado sem o uso de ameaças ou da própria força bruta (MCNABB, 2016, p. 65). A estratégia russa de *soft power* tem sido fundamentada em campanhas estatais para desenvolver e promover a atratividade da Rússia para a população interna e externa; enfraquecer as influências ocidentais através do incentivo a ideologias, *networks* e instituições alternativas; além de desacreditar o limite moral (*moral edge*) da democracia liberal ocidental (LANKINA, NIEMCZYK, 2015, p. 111).

O método de *soft power* da Rússia abrange atividades como: 1) promoção de uma imagem de grande potência – baseia-se na projeção da percepção doméstica e internacional de uma economia forte, de forças armadas eficientes, e noção de que o Estado é liderado por um governante competente; 2) estabelecimento da “Rede de Propaganda Integrada Verticalmente”¹⁷ – inclui a criação de agências estatais, ONGs, *think tanks* e organizações de

¹⁷ As fundações e agências estatais mais importantes criadas nesse contexto, segundo Lankina e Niemczyk (2015, p. 106), são: *Valdai International Discussion Club* (2004); *Department of Interregional and Cultural Relations*

pesquisa para promover uma imagem positiva da Rússia no exterior com o fim de conter o *soft power* ocidental nas ex repúblicas soviéticas, estimular a ligação entre os russos étnicos, e fomentar a nostalgia do passado soviético entre a população russa nos países vizinhos; 3) potencialização das “Relações Econômica, Política e de Negócios” – compreende o desenvolvimento de vínculos com empresários e indústrias estrangeiras e auxílio aos partido políticos e líderes estatais aliados da Rússia (LANKINA, NIEMCZYK, 2015, p. 104-107).

Além de: 4) fortalecimento da História e Cultura Comum – corresponde ao fomento e capitalização da percepção de legado histórico e cultural entre a Rússia e seus países vizinhos, principalmente a dificuldade socioeconômica vivida por essa população depois da queda da URSS; 5) introdução de uma “estratégia de mídia agressiva” – aumento do controle estatal sobre os meios de comunicação populares, elevação do acesso aos canais de TV russos aos expectadores que falam russo no exterior; disponibilização do canal *Russia Today* (RT) – transmitido abertamente no YouTube – em inglês, espanhol e árabe; criação do canal estatal de rádio *Voice of Russia*; e patrocínio de *websites* pró-Kremlin; 6) exploração das vulnerabilidades do ocidente – inclui capitalização do declínio moral do ocidente, como a fragilidade da ordem democrática liberal Ocidental no campo doméstico e a legitimidade das políticas estatais ocidentais no exterior (LANKINA, NIEMCZYK, 2015, p. 107-110).

McNabb (2016, p. 66) apresenta também outras táticas de *soft power* empregadas pela Rússia, a saber: empréstimos a juros baixos para governos dos Estados separatistas; eventos culturais; investimento direto externo; bolsas para estudantes estudarem nas universidades russas; apoio às minorias russas, financiamento de partido político pró Rússia; programas culturais promovendo uma ideia de história comum e de orgulho das conquistas científicas, militares e econômicas da União Soviética; e a instalação de um programa de isenção de visto para trabalhadores que desejassem trabalhar na Rússia.

Outra ferramenta de *soft power* é a política de cidadania na qual a Rússia reconhece como seu cidadão todo russo étnico que vive nos países vizinhos, inclusive fornece passaporte russo a esses “compatriotas” (MCNABB, 2016, p. 68). A proteção dos “compatriotas” russos que vivem no exterior é um dos elementos chaves da política externa russa que chegou a criar a agência *Rossotrudnichestvo*¹⁸ para cuidar dessas questões (MCNABB, 2016, p. 63).

with Foreign Countries and the CIS; Russian World Foundation (2007); Federal Agency for CIS Affairs, Compatriots Living Abroad, and International Humanitarian Cooperation (Rossotrudnichestvo) (2008); Presidential Commission to Counter Attempts to Falsify History to the Detriment of Russia's Interests (2009–2012); Institute for Democracy and Cooperation (2007); e Gorchakov Fund (2010).

¹⁸ O **Rossotrudnichestvo** é uma agência do governo russo – composta pelas organizações Federal Agency for the Commonwealth of Independent States, Compatriots Living Abroad e International Humanitarian Cooperation – que tem como objetivo a **promoção da língua e cultura russa** através da implementação de programas

Nalbandov (2016, p. 02) defende que Putin fez uma “convocação ao Mundo Russo”, (referindo-se à declaração de Putin em 2006¹⁹) quando convidou todos aqueles que apreciassem a cultura russa a se unirem, independente de etnia e nacionalidade. O conceito civilizacional do “Mundo Russo” – equivale a cultura russa e não se limita a uma espaço geográfico – também está presente na construção de uma ideologia nacional e busca difundir um sistema de valor cultural e sócio-histórico fundado em uma herança civilizacional compartilhada entre os antigos integrantes da URSS (LANKINA, NIEMCZYK, 2015, p. 103). Segundo McNabb (2016, p. 68), Moscou fez uso da política declarada de “proteger os direitos e bem estar desses russos étnicos” como desculpa para entrar em guerra com a Geórgia (2008) e apoiar os separatistas da Ossétia do Sul e da Abcácia do Norte; bem como para anexar a Criméia em março de 2014 e apoiar os separatistas russos na Ucrânia.

Porém, McNabb (2016, p. 64-65) afirma que já no início do segundo mandato de Putin (2004-2008) era notável a mudança de ênfase do *soft power* para o *hard power* na política externa. Dentre as principais táticas de *hard power* adotadas pelo Kremlin estão: invasões; fornecimento de armas e suprimentos a separatistas; boicotes de produtos importados; guerra cibernética; esforços econômicos para controlar a infraestrutura de transporte; e por fim, restrição do acesso e cobrança de preços altos no setor de exportação de energia (MC NABB, 2016, p. 64-65). De acordo com Lankina e Niemczyk (2015, p. 98), a grande habilidade de Putin reside no “*smart game*” que Joseph Nye descreve como uma combinação de *hard* e *soft power*.

A crise financeira global de 2008 provocou grande impacto na Rússia, embora seu início tenha sido nos EUA. Conforme Pellegrini (2011), a taxa de juros baixa, nos anos 2000, estimulou o consumo interno americano, a expansão do crédito e a demanda por imóveis. Até então a economia estava aquecida. Entretanto, segundo Pozzi (2017), os bancos começaram a conceder crédito imobiliário a pessoas com elevado risco de inadimplência, indivíduos que apresentavam renda incompatível com as prestações, histórico de inadimplência, ou mesmo a devedores sem patrimônio, emprego ou renda. Eram as chamadas hipotecas *subprimes*, conhecidas assim por ser um crédito de risco. De acordo com o *The Economist* (2013), essas hipotecas de risco eram agrupadas, pelos bancos americanos, em títulos denominados

educacionais e culturais que possibilitam aos “compatriotas” manter seus laços com a Rússia (MC NABB, 2016, p. 67). O Rossotrudnichestvo engloba centros culturais como House of Moscow e programas como o Days of Russian Culture in Latvia e Days of Latvian Culture in Russia na Letônia. Filmes e programas de TV soviéticos e russos na língua russa são exibidos sempre que a quantidade de pessoas torna possível (MCNABB, 2016, p. 68).
¹⁹“*And the Russian world can and should unite all those who cherish Russian words and Russian culture, no matter where they live, in Russia or abroad, and no matter what ethnic group may belong.*” (PUTIN apud NALBANDOV, 2016, p. 02).

Obrigações de Dívidas Colateralizadas (*Collateralised Debt Obligations* - CDOs), os investidores, por sua vez, compravam esses títulos por oferecerem altos retornos em uma época de juros baixos. Os títulos CDOs eram, então, supervalorizados e vendidos para investidores em todo o mundo.

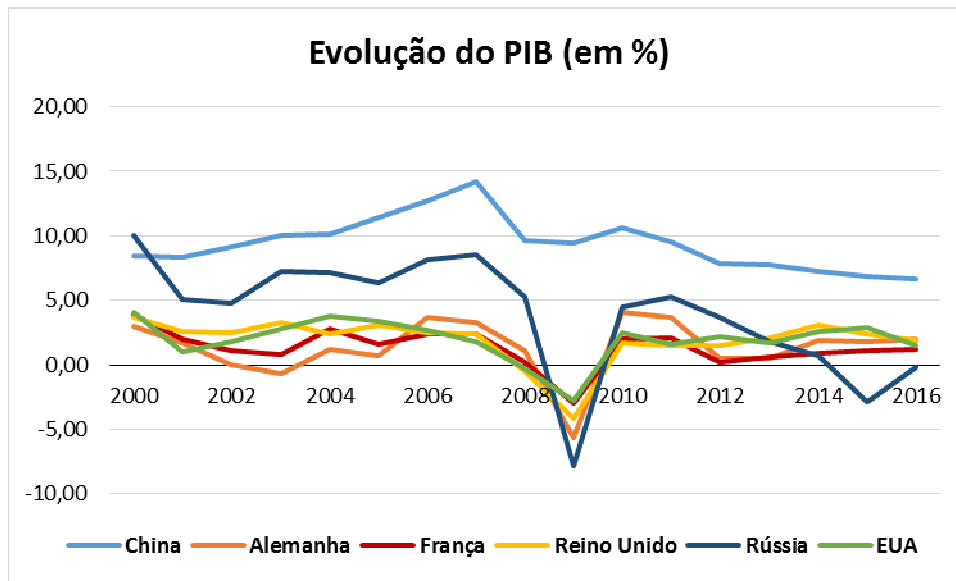
O problema começou quando muitos indivíduos não tiveram condições de arcar com essas hipotecas e incorreram em inadimplência. O Lehman Brothers, quarto maior banco de investimentos dos EUA na época, que investiu bastante nas hipotecas *subprimes* começou a sofrer perdas milionárias, logo a desconfiança em relação ao banco cresceu e suas ações caíram (BBC, 2008). Em 2008, com a falência do Lehman Brothers, até então considerado “grande demais para quebrar”, ocorreu um efeito dominó que provocou desconfiança no sistema financeiro, conseqüentemente iniciou-se um período de escassez de crédito, aumento de custo de empréstimos, pessoas em massa tentaram sacar dinheiro de suas contas, e os bancos acabaram sem capital para se recuperar (POZZI, 2017). O *Federal Reserve* (FED, o Banco Central dos EUA) — e o Banco Central Europeu (BCE) chegaram a injetar centenas de bilhões de dólares, porém a crise já havia se instalado (POZZI, 2017). No trecho a seguir, Pellegrini (2011) resume a crise de 2008:

O cenário de juros baixos, que propiciava o aumento da demanda por imóveis, do fácil acesso ao financiamento, era acrescido de um movimento de instituições financeiras no sentido de empacotar milhares de hipotecas. Em outras palavras, os bancos agrupavam milhares de hipotecas *subprime* e *prime* e, com isso, camuflavam o risco real dos créditos cedidos para famílias de risco. Com essa manobra de securitização, os bancos norte-americanos repassavam os títulos para os mercados financeiros globais, espalhando o risco de inadimplência pelo mundo e gerando o cenário da crise (PELLEGRINI, 2011).

Segundo Kaczmarek (2015, p. 12-13), a crise financeira global de 2008 provocou: 1) o fim do “renascimento econômico russo dos anos 2000” – uma vez que a economia russa não conseguiu recuperar o ritmo de crescimento anterior à crise e incorreu em estagnação; 2) a recessão das economias europeias e americana que recorreram a políticas de austeridade; e 3) intensificação da ascensão chinesa (iniciada desde a década de 1990) – que mesmo tendo sofrido elevação no desemprego e redução no seu crescimento econômico, ainda teve um impacto bem menor do que as potências ocidentais.

O gráfico (4) abaixo ilustra a queda na economia que os países sofreram devido à crise de 2008. Percebe-se que o declínio da taxa de crescimento do PIB chinês é bem menor do que os demais países mostrados.

Gráfico 4 - Evolução do PIB em % de Crescimento (2000-2016)

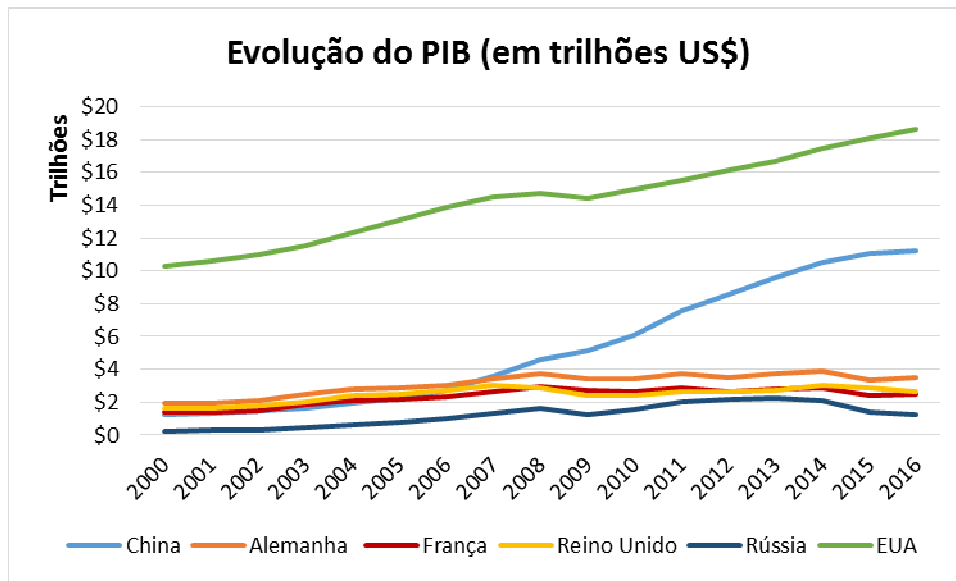


Fonte: Elaboração própria a partir de dados do *World Bank*.

O maior efeito da crise global de 2008 para Rússia, segundo Sussex (2014, p. 215), foi a escassez de liquidez e o encarecimento para obtenção de crédito que suas companhias energéticas – como a Gazprom – enfrentaram. A crise de 2008 também marcou o início do redirecionamento russo para Ásia. Desde a crise financeira de 2008, a Rússia voltou-se para a Ásia na busca por uma integração regional com as ex repúblicas soviéticas em detrimento de sua antiga prioridade de integração com a União Europeia (TRENIN, 2015, p. 33). Essa reorientação é devido a necessidade de reequilibrar a economia russa – visto que o Ocidente também estava tentando recuperar sua economia – e a mudança de polo político-econômico para Ásia-Pacífico (TRENIN, 2015, p. 33-34). Foi nesse contexto que, em 2009, a China fechou alguns empréstimos com a Rússia para construção de infraestrutura energética (“*energy for loans*”) (SUSSEX, 2014, p. 215).

O gráfico 5 reflete a ascensão da China que a partir de 2008 apresenta um PIB inferior apenas ao do EUA.

Gráfico 5 - Evolução do PIB em trilhões de US\$ (2000-2016)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do *World Bank*.

Em 2008, a agência de notícias *Sputnik (2008)* fez uma compilação dos êxitos e fracassos do governo Putin durante seus dois primeiros mandatos. Entre os principais progressos da administração Putin, segundo a *Sputnik*, estão: 1) a recuperação russa do status de potência mundial; 2) reconstrução da autoconfiança da população russa; 3) resistência ao movimento das revoluções coloridas nos Estados vizinhos – que poderia ter dissolvido a CEI (CIS, em inglês) e causado crise política e econômica na Rússia; 4) preservação das estruturas de integração (CIS, CSTO) e criação de novas, como a Organização de Cooperação de Xangai (OCX); e por fim, 5) recuperação das posições perdidas nas tradicionais zonas de influência – como Vietnã, Oriente Médio, Índia e China – e criação de novas parcerias, como o estabelecimento de laços com países da América Latina.

Os fracassos dos dois primeiros mandatos de Putin apontados pelo *Sputnik (2008)* são: 1) incapacidade de tornar a Rússia o principal parceiro de vizinhos como China e Índia; 2) inabilidade de promover a Rússia como um líder global em estilo de vida, cultura e arte; 3) inaptidão em criar uma política efetiva de relação com a diáspora russa no exterior; 4) perda de influência na Ucrânia e Geórgia; e 5) fracasso no mercado de cooperação técnica militar.

Após quatro anos como Primeiro Ministro do Governo Medvedev (2008-2012), Putin volta à presidência russa em maio de 2012 e inicia um processo de “soberanização” da Rússia que, para Nalbandov (2016, p.08), corresponde à reafirmação do poderio do país no sistema internacional e um retorno às tentativas de moldar o ambiente internacional conforme a sua própria perspectiva. Trenin (2015, p. 31-32), por sua vez, possui uma outra leitura quando

afirma que ao voltar a presidência em 2012, Putin realizou mudanças na política externa russa apenas em uma direção mais autônoma, perseguindo princípios como: “soberania completa” da Rússia, “independência total” das políticas domésticas de influências externas, além de igualdade e reciprocidade nas relações internacionais. Esses princípios são estabelecidos em uma época em que Putin defendia que as manifestações ocorridas contra ele em 2011/2012 da oposição liberal doméstica foram instigadas pelos EUA (TRENIN, 2015, p. 31-32).

Moscou estabeleceu, em 2012, três pivôs: 1) para própria Rússia – a fim de garantir uma completa soberania e independência; 2) para Eurásia – através dos projetos de União Aduaneira e União Econômica Eurasiática; e 3) para Ásia – através de projetos de desenvolvimento para Sibéria e Extremo Oriente (*Far East*) e aproximação com economias fortes na região, especialmente China (TRENIN, 2015, p. 33). Além de abandonar as tentativas anteriores de integração com o Ocidente, o programa de política externa de Putin, em 2012, abordava elementos mais nacionalistas, como: 1) foco na “preservação de uma identidade distinta russa”; 2) forte senso de patriotismo; e 3) elevação da soberania e independência russa a valores nacionais supremos (TRENIN, 2015, p. 35-36).

Diferentemente do registro de 2000, no documento de política externa russa de 2013, há uma premissa implícita da percepção do ocidente como fonte de instabilidade e perigo no sistema internacional, seja por causar crises financeiras e econômicas, interferir em crises regionais sem aprovação da ONU ou por se intrometer nos assuntos internos de Estados soberanos em nome da promoção da democracia (LANKINA, NIEMCZYK, 2015, p. 110).

Embora ressalte os benefícios potenciais de uma cooperação econômica, tecnológica, financeira e científica com o EUA, e destaque a responsabilidade especial que ambos carregam sobre a estabilidade e segurança internacional (RUSSIA, 2000, 2008, 2013, 2016); percebe-se uma mudança de tom no documento de política externa de 2013, no qual a Rússia aponta receios em relação ao sistema de mísseis de defesa do EUA, e apresenta uma crítica velada às ações internacionais estadunidenses ao afirmar que espera que o EUA obedeça às leis internacionais, incluindo o princípio de não interferência nos assuntos domésticos de outros Estados (RUSSIA, 2013).

Na avaliação de Rukavishnikov (2014, p. 48), o antiamericanismo é um fenômeno estrutural na Rússia, uma vez que Moscou culpa o EUA pelo que eles denominam “triumfalismo americano” no pós Guerra Fria. Essa retórica é revivida, e as diferenças ideológicas, políticas, culturais e econômicas são solidificadas, o que pode vir a ser uma preocupação à estabilidade mundial (RUKAVISHNIKOV, 2014, p. 48). A opinião pública russa, que possui uma ampla desconfiança em relação aos americanos, apoia qualquer ação do Kremlin que possa diminuir

a influência estadunidense no nível regional ou global, de acordo com Rukavishnikov (2014, p. 46).

Em 2014, houve o acirramento das relações russas com o Ocidente em razão da Crise da Ucrânia e da posterior anexação da Crimeia pela Rússia. Segundo o jornal eletrônico El Mundo (2014), a crise da Ucrânia (2014) foi deflagrada devido a decisão do presidente ucraniano Viktor Yanukovych de não concluir o Acordo de Associação com a União Europeia, em virtude disso começaram uma série de protestos na Praça Maidan que, supostamente, foram respondidos com forte repressão policial por parte do governo. Após alguns meses de instabilidade no país, Yanukovych foi destituído da presidência. Ahmed (2014) acrescenta três motivos que levaram à crise: 1) o aumento da conta de energia, do preço dos alimentos e outros bens de consumo; 2) problemas internos da Ucrânia com o gás; e 3) a interferência ativa dos EUA para favorecer líderes da oposição. Em entrevista publicada por Mello (2014), o historiador Moniz Bandeira aponta que o “golpe que derrubou o presidente Viktor Yanukovych” foi realizado por partidos neonazistas – financiados com dinheiro americano e europeu – que se aproveitaram das péssimas condições domésticas para incentivar os protestos.

Qual seria, então, o interesse americano e europeu na Ucrânia? Segundo Ahmed (2014), a Ucrânia possui uma localização estratégica fundamental, pois está situada entre os principais produtores energéticos – Rússia e a região do mar Cáspio – e os consumidores eurasiáticos, o país é um dos mais relevantes corredores energéticos da Eurásia, Bandeira argumenta que aproximadamente 60% do abastecimento de gás da União Europeia passa pela Ucrânia (MELLO, 2014). Além disso, Bandeira acrescenta que a “Crimeia é uma das maiores regiões no Mar Negro para a exploração de gás e petróleo”, e que grandes petrolíferas - como Royal Dutch Shell Plc (RDSA), Exxon Mobil Corp. (XOM) Shell e Chevron Corp, Eni Span. (ENI) – haviam acordado com a Ucrânia a exploração de petróleo e gás nessa região; contudo ao reincorporar a Criméia ao território russo, Putin bloqueou o acesso físico da Ucrânia às reservas de energia do Mar Negro, visto que a Ucrânia perde jurisdição sobre seu litoral (MELLO, 2014).

De acordo com Trenin (2015, p. 39-40), as políticas russas para Ucrânia tinham o objetivo de trazer a Ucrânia para a integração Eurasiática em competição com a União Europeia. Após os protestos em Kiev, e a queda do então presidente ucraniano Viktor Yanukovych que fugiu para a Rússia, Moscou defendeu que o novo governo instalado na Ucrânia era ilegítimo, e anexou a Criméia após o referendo realizado na Ucrânia, ao fazer isso Putin jurou defender os direitos dos russos étnicos e de todos que se identificam com a Rússia, independentemente de onde eles vivam (TRENIN, 2015, p. 40).

Do ponto de vista russo, Bandeira ressalta a ligação histórica entre a Rússia e a península, e sustenta que não houve “anexação” da Criméia, por parte da Rússia, mas uma “reincorporação” aprovada por 96% da população através de um referendo convocado pelo Parlamento (MELLO, 2014). Bandeira comenta que a Criméia fazia parte da Rússia desde 1774, e apenas em 1954 deixou de fazer parte do território russo, devido a decisão unilateral do líder soviético Nikita Khrushiov que a entregou para Ucrânia (MELLO, 2014). Além da relação histórica, a base naval russa de Sevastopol encontra-se na Crimeia, posição esta que a Rússia não pretende abrir mão.

Em junho de 2014, a popularidade de Putin disparou para 83%. O fato de ter se mantido firme frente às pressões Ocidentais acabaram por ajudar Putin a ganhar mais respeito entre os russos. Além disso as sanções impostas à Rússia ajudaram a unir sua população em oposição a pressão externa (TRENIN, 2015, p. 40).

Em razão da interferência russa na crise da Ucrânia em 2014, Estados Unidos e União Europeia já aplicaram várias rodadas de sanções à Rússia desde março do mesmo ano (SPUTNIK, 2015). As sanções compreendem proibições de viagem, restrições a transações comerciais e financeiras, e congelamento de bens e ativos que estejam sob jurisdição dos EUA e da União Europeia; os alvos são empresários, funcionários do governo, agências e entidades russas (BBC, 2014; OFFICIAL JOURNAL OF THE EUROPEAN UNION, 2014), inclusive os setores bancários, de energia e de defesa (SPUTNIK, 2015). A princípio a lista de indivíduos e entidades alvos das sanções era composta por supostos responsáveis por desestabilizar a Ucrânia, porém as últimas rodadas de sanções aplicadas pelo EUA incluíram pessoas íntimas de Putin, sob a justificativa de aumentar a pressão sobre o presidente russo e sinalizar que aqueles que são favorecidos por sua posição de poder não serão excluídos das consequências de seus atos (ESTADÃO, 2018).

Em contrapartida, em agosto de 2014, Putin impôs restrição sobre as importações de produtos agrícolas, alimentícios e matérias primas oriundos dos EUA e da União Europeia, que a princípio deveria durar pelo menos um ano (MELLO, 2014). Contudo, devido ao anúncio da União Europeia de que prolongaria as sanções econômicas contra Moscou até 31 de dezembro de 2019, Moscou decidiu estender as contramedidas até a mesma data (SPUTNIK, 2018).

De acordo com Mitrova (2018), as sanções são implementadas para prejudicar o desenvolvimento futuro, para ter um “efeito asfíxiante” na economia a longo prazo e não imediato; logo o efeito acumulativo das sanções provoca um cenário em que quanto mais o tempo passa, maior é a probabilidade de atraso tecnológico, desequilíbrio financeiro, e estagnação econômica. A autora exemplifica seu pensamento no setor energético. Para Mitrova

(2018) mesmo que no curto prazo (até 2020) o efeito das sanções na produção energética seja praticamente nulo, à longo prazo (meados de 2030) a Rússia terá dificuldade para manter o volume de produção energética, devido sobretudo a dependência de tecnologia e capital externo. Entretanto, um grupo de estudiosos ressaltam os impactos positivos das sanções, como o estímulo a substituição de importações e o desenvolvimento tecnológico na Rússia, afirma Mitrova (2018).

A crise da Ucrânia (2014) e as subsequentes sanções ocidentais, foram decisivas para o redirecionamento russo para a Ásia – mais especificamente a China, visto que essas sanções impostas à Moscou, a partir de julho de 2014, evidenciaram para o Kremlin a dependência do mercado energético europeu, do mercado de capitais Ocidental, e de tecnologias ocidentais fundamentais (como perfuração no mar e telecomunicações) (GABUEV, 2015, p. 03). Em razão disso, a Rússia precisou buscar novas fontes de capital, tecnologia e demanda energética, o que a fez recorrer à China. Cooperar com Pequim também serviu para demonstrar que a China é um parceiro forte da Rússia tanto no campo energético quanto nos assuntos externos (XU, REISINGER, 2018, p. 03).

No documento oficial de política externa russa de 2016, a Rússia adota um tom mais hostil ao argumentar que interpreta os mísseis de defesa estadunidenses como uma ameaça à sua segurança nacional e que se reserva ao direito de adotar medidas retaliatórias, ademais reforça a crítica às ações americanas no ambiente internacional ao declarar que espera que o EUA aja conforme as leis internacionais (RUSSIA, 2016).

McNabb (2016, p. 58-59) descreve o terceiro mandato de Putin (2012-2018) como o “renascimento do imperialismo russo” (consequência da anexação da Criméia e do apoio aos separatistas ucranianos), uma mudança para um política externa agressiva fundamentada muitas vezes na crença da “superioridade da cultura russa”. McNabb (2016, p. 58) também caracteriza o governo de Putin como uma administração autocrática, com iniciativas agressivas de reivindicar uma posição de superpotência perdida pela Rússia e tentativas de consolidar os territórios perdidos da URSS em Estados favoráveis ao posicionamento russo como líder global. Contudo, na opinião de Sussex (2014, p. 219-220), é improvável que a Rússia recupere o status de superpotência – pois ela seria ofuscada entre os centros de poder do Atlântico e do Índico; bem como é dubitável que a Rússia exerça uma grande influência na região asiática, uma vez que segundo o autor Moscou não tem capacidade de projetar poder, e isso é consequência – em grande medida – dos danos causados à economia russa durante a transição dos anos 1990.

Em contraponto a visão de Sussex (2014), Putin acredita que é possível recuperar o status de superpotência do país e reestabelecer a influência que a Rússia exercia nos seus

vizinhos por meio da recuperação do controle sobre os recursos naturais e da utilização das companhias energéticas para consecução dos interesses nacionais (GOLDMAN, 2008, p. 97). Nesse caso, os recursos energéticos funcionam como instrumentos que convertem poder energético em outros tipos de poder e assim elevam o poder relativo do Estado no sistema internacional (CESNAKAS, 2016, p. 13). O próprio Sussex (2014, p. 214) afirma que o uso da energia como instrumento estratégico é compatível com todos os objetivos de política externa russa que foram identificados nos documentos oficiais desde 1992. Disto isto, o próximo capítulo aborda a política energética implementada por Putin e suas consequências para a Rússia no cenário doméstico e internacional.

2. POLÍTICA ENERGÉTICA RUSSA

Dentre as estratégias utilizadas por Putin para recuperar a Rússia da crise econômica em que a nação mergulhou na década de 1990 e reinseri-la no cenário internacional está a adoção de uma política energética capaz de restaurar a economia e auxiliar o Estado a alcançar seus interesses. A opção pelo emprego do setor energético como ferramenta de política externa do país se deve não só a predominância e relevância do setor energético na economia russa, mas também a importância da energia para todos os países, como será exposto através do conceito de segurança energética (BAUMANN, 2008, p. 04).

Isto posto, esse capítulo aborda as medidas adotadas por Putin para recuperar o controle do setor energético, desenvolvê-lo e, por fim, utilizá-lo como instrumento de política externa. Para isso, este capítulo divide-se em três partes: a primeira, aborda a importância da energia para economia russa e para economia mundial; a segunda, apresenta a política energética russa, as várias ações implementadas para reaver e fortalecer o setor energético; por fim, a terceira parte, aborda a utilização dos recursos energéticos como ferramenta de política externa pela Rússia.

2.1 Por Que Energia?

Em todos os setores de um país - nas casas, nas empresas, nas fábricas, nos departamentos governamentais, entre outros - há um alto grau de dependência dos serviços energéticos, sobretudo eletricidade e combustíveis. Por esse motivo uma suspensão no fluxo de energia pode prejudicar o bem estar dos cidadãos, a produção econômica nacional e até a estabilidade política (BAUMANN, 2008, p. 04). Desse modo, um fornecimento satisfatório de energia é imprescindível para manutenção e desenvolvimento de qualquer Estado. Proninska (2007, p. 219) afirma que a “vulnerabilidade” do setor energético pode ser descrita como o “Calcanhar de Aquiles do mundo desenvolvido” e, por isso, alguns Estados optam por securitizar a questão energética.

Securitização “significa que um tema é apresentado como uma ameaça existencial, requerendo medidas emergenciais e justificando ações fora dos limites normais de procedimentos políticos” (BUZAN, WAEVER E WILDE, 1998, p. 26). A securitização não depende da existência de ameaças reais que colocam algum objeto em perigo, mas da construção de um entendimento compartilhado do que deve ser percebido e respondido como ameaça (BUZAN, WAEVER E WILDE, 1998, p. 26).

Dessa forma, segurança energética corresponde à construção da necessidade de um “fornecimento adequado/estável a um preço razoável” (BAUMANN, 2008, p. 04). Já para Proninska (2007, p. 216), a concepção de segurança energética depende de onde se encontra o ator na cadeia de fornecimento energético: para os exportadores o que importa é assegurar a demanda para seus recursos energéticos; para os consumidores a preocupação é com o risco da interrupção do fornecimento e com a vulnerabilidade da dependência de importação; para os principais Estados consumidores de energia é imprescindível a diversificação de fornecimento, acesso a recursos energéticos, estabilidade nos preços do petróleo, estoque de reserva para emergência e inserção de fontes alternativas de energia; por fim, para as empresas privadas, segurança energética requer um regulamento de investimento legal sólido em países produtores.

De acordo com o Ministério de Energia da Rússia (2010, p. 28), segurança energética corresponde a “proteção do país – cidadãos, sociedade, Estado e economia – das ameaças ao fornecimento estável de combustível e energia”. A Segurança energética, por sua vez, é fornecida e determinada pela: 1) suficiência de recursos – disponibilidade física de uma quantidade suficiente de recursos para atender a economia nacional e a população; 2) disponibilidade econômica – rentabilidade do suprimento energético à preços de mercado adequados; e 3) admissibilidade ecológica e tecnológica – possibilidade de extração, produção e consumo de recursos energéticos dentro das limitações ecológicas e tecnológicas existentes, o que define também a segurança operacional das instalações energéticas em várias fases (MoE, 2010, p. 28).

Proninska (2007, p. 233-234) afirma que a política de segurança energética dos Estados podem ser classificadas como nacionalistas – como China, Índia, Rússia, Venezuela, Irã e EUA – até fortemente cooperativa – como a maioria dos países europeus. Algumas das medidas nacionalistas de política energética correspondem a recorrer ao uso da força ou da presença militar para assegurar interesses nacionais em regiões com grande quantidade de recursos energéticos; e/ou o Estado manter o controle do setor energético, por meio da limitação dos investimentos externos e, até, do bloqueio de qualquer acesso de investidores estrangeiros ao setor energético (PRONINSKA, 2007, p. 234-235).

Desde 1921, a União Soviética investiu no desenvolvimento do seu setor energético, o aumento da produção e exportação de petróleo e gás possibilitou crescimento econômico e o estabelecimento de uma esfera de influência soviética nos Estados do leste europeu que importavam petróleo e gás a preços mais baixos, a exportação de tais recursos a preço de mercado por esses países começou a ser praticada apenas após a crise de 1973 (MOHAPTRA, 2013, p. 05). Mesmo tendo investido no ramo energético desde 1921, os soviéticos surgiram

como exportadores relevantes de petróleo apenas na década de 1960 e de gás natural na década de 1970 (YERGIN, 2011, p. 33). De acordo com Haines e Brandalise (2018, p. 09), essas atividades econômicas, junto com a exportação de outros recursos naturais, foram os únicos meios pelos quais a União Soviética teve contato com outros países.

Em 1999, Putin argumentava que a economia russa manteria os recursos naturais como pilar econômico pelo menos até a primeira metade do século XXI, pois, além de possuir uma grande quantidade de recursos energéticos (o país detém a 6º maior reserva mundial de petróleo e a 2º maior reserva de gás natural)²⁰, a economia russa possui uma infraestrutura de processamento e extração desenvolvida, e um grande potencial técnico-científico. Somado a isso, a riqueza mineral é o ramo mais atrativo de investimentos estrangeiros na Rússia (PUTIN, 1999, p. 50).

O Complexo de Combustível e Energia (em inglês, *Fuel and Energy Complex* - FEC) da Rússia, segundo Natalia Kuznetsova e Ekaterina Kuznetsova (2015, p. 160-161), é o setor mais importante da economia, pois supre a demanda energética do país (o que garante a segurança energética e sua competitividade no mercado global), é fundamental para o crescimento e a melhoria da qualidade de vida, e sua condição ainda determina a estabilidade interna e a influência geopolítica do país. Esse complexo é composto pelas indústrias de: extração de petróleo bruto, refinamento de petróleo, gás natural, carvão, energia nuclear, eletricidade, combustível fóssil; e pelos gasodutos, oleodutos, e outras infraestrutura de transferência de energia (KUZNETSOVA, N.; KUZNETSOVA, E., 2015, p. 160).

De acordo com Putin²¹ (1999, p. 51), os recursos minerais desempenham um papel importante em todas as esferas do Estado russo, a saber: 1) fornecem suprimento estável para o setor de matéria prima da economia; 2) constituem a principal fonte de divisas (moeda externa); 3) compõem a base do poder militar, pois possibilitam a modernização do complexo militar industrial devido a arrecadação do setor energético; 4) proporcionam estabilidade social, pois como quase todas as companhias na Rússia fazem parte do complexo de recursos minerais ou estão conectadas a ele, esse setor é um importante gerador de empregos. Além disso seu desenvolvimento proporciona um aumento no nível de vida da população e diminui tensões sociais. Por fim, 5) ajudam no processo de integração entre os países – atividades complementares entre os Estados facilitam a obtenção de minerais importantes, o que viabiliza impactar no mercado mundial de commodities (PUTIN, 1999, p. 51).

²⁰ Analytical Center For The Government Of The Russian Federation (2016, p. 14, 30).

²¹ Artigo publicado no *Mining Institute's Journal* pelo atual presidente Vladimir Putin e traduzido por Harley Balzer (2006).

Fortescue (2015, p. 16) avalia que, projetos para aumentar a exportação de recursos energéticos limitam o objetivo da liderança russa de aumentar a exportação de bens manufaturados (ou seja, produtos de maior valor agregado) e menos matéria prima, bem como comprometem o interesse, a longo prazo, de contrabalancear a China contra outras potências da Ásia Pacífico (XU, REISINGER, 2018, p. 01). Contudo, Hill (2004, p. 47-48) destaca que é no setor energético onde se encontra a grande vantagem russa, em virtude de: grandes reservas de gás e petróleo, alto desenvolvimento realizado durante a União Soviética, e o considerável investimento estatal que a Rússia tem feito no ramo energético. Hill (2004, p. 48) também observa que o ramo energético necessita de mais investimento financeiro para manter e aumentar a produtividade e eficiência nas décadas seguintes; por isso ela acredita que desviar investimentos do setor energético para outros ramos da indústria com o fim de diversificar a economia russa é um grande erro.

Para Kuznetsova e Kuznetsova (2015, p. 166-167), o Complexo de Combustível e Energia da Rússia (ou FEC, sua sigla em inglês) tem um papel duplo na Rússia, pois é simultaneamente uma riqueza (dado que sustenta a economia com os lucros da exportação, criação de negócios, infraestrutura e empregos; propicia ao país grande poder geopolítico; além de suprir a demanda energética interna russa) e uma maldição – pois a Rússia construiu sua economia em torno do FEC e, portanto, depende dele.

O FEC é uma das indústrias mais cruciais do mercado energético global, visto que a Rússia é um dos maiores produtores, exportadores e consumidores²² de energia, a combinação desses fatores atribui a Rússia uma grande relevância no xadrez internacional (KUZNETSOVA, N.; KUZNETSOVA, E., 2015, p. 161-166).

Conforme a BP *Statistical Review of World Energy June* (2018, p. 14-38), em 2017, a Rússia ocupava o posto de terceiro produtor mundial de petróleo (com 12,2%, atrás dos EUA com 14,1% e Arábia Saudita com 12,9%) e maior exportador de petróleo (com 12,7%, seguido pela Arábia Saudita com 12,2%); no quesito gás natural figurou como o segundo maior produtor com 17,3% (atrás do EUA com 20%), e como o maior exportador mundial com 29% (seguido pela Noruega com 14% e Canadá com 10%); por fim, Moscou foi o sexto produtor mundial de carvão, com 5,5% (atrás da China com 46,4%, EUA com 9,9%, Austrália com 7,9%, Índia com 7,8%, e Indonésia com 7,2%). De acordo com Cesnakas (2016, p. 26), a Rússia sozinha tem

²² Em 2017, a Rússia foi o sexto país que mais consumiu petróleo no mundo (3,3%); o segundo que mais consumiu gás natural (11,6% atrás apenas dos EUA com 20,1%); o quinto que mais consumiu carvão (2,5%); o quarto que mais utilizou energia nuclear (7,7%); e o quinto que mais usou hidroeletricidade (4,5%) (BP STATISICAL REVIEW OF WORLD ENERGY, 2018, p. 15, 29, 39-42).

condições de garantir o suprimento de gás natural para Ucrânia, Bielorrússia, Moldávia, Estados europeus centrais, Estados Bálticos, Balcãs, Finlândia, Eslováquia, Grécia e Turquia.

O conceito de segurança energética ajuda a explicar a decisão russa de se fundamentar no setor energético, visto que essa escolha não se deve só à abundância de recursos naturais e a presença de uma infraestrutura de extração, processamento e distribuição já relativamente desenvolvida, mas a crucial importância da energia para o mundo. Ainda em 1999, verifica-se através de seu artigo que, Putin percebeu a riqueza estratégica disponível em seu país e, ao assumir a presidência buscou concentrá-la em suas mãos (renacionalização) para utilizá-la como barganha no ambiente internacional.

2.2 Política Energética Russa

Até o momento a Rússia elaborou três projetos energéticos oficiais, a saber: o *Energy Strategy of Russia for the period up to 2020*, aprovado em 2003; o *Energy Strategy of Russia for the period up to 2030*, aprovado em 2009; e o projeto do *Energy Strategy of Russia for the period up to 2035*, elaborado em 2014. Esses documentos – que, de acordo com Natalia Kuznetsova e Ekaterina Kuznetsova (2015), começaram a ser produzidos no governo Putin – abordam princípios, diretrizes, mecanismos de implementação e resultados esperados do planejamento estratégico do setor energético conforme os objetivos e prioridades da Rússia (MoE, 2010, p. 02).

Natalia Kuznetsova e Ekaterina Kuznetsova (2015, p. 161) ressaltam que o Ministério de Energia russo estabelece no *Energy Strategy-2020* que o objetivo da política energética russa consiste em: 1) maximizar o uso eficiente dos recursos energéticos e o potencial do setor energético com o fim de sustentar o crescimento econômico; 2) melhorar a qualidade de vida da população; e 3) promover o fortalecimento da posição econômica do país no exterior (esse propósito é mantido no *Energy Strategy-2030*)²³.

O Ministério de Energia russo (2010, p. 28-35) também determinou quatro diretrizes estratégicas essenciais para a política energética estatal a longo prazo (presentes no *Energy Strategy-2030*), a saber: 1) segurança energética; 2) eficiência energética na economia – maximizar o uso racional dos recursos energéticos reforçando que é de interesse dos consumidores economizar energia, melhorar a eficiência energética e investir nesse campo; 3)

²³ Trecho original: “*The objective of the energy policy of Russia is to maximize the effective use of natural energy resources and the potential of the energy sector to sustain economic growth, improve the quality of life of the population and promote strengthening of foreign economic positions of the country*” (MoE, 2010, p. 10).

eficiência orçamentária – abrange o balanço de pagamentos, estabilidade e previsibilidade das receitas orçamentárias de pagamentos diretos de companhias energéticas, e dos investimentos estatais necessários para desenvolver o setor energético a fim de satisfazer a demanda por recursos energéticos; por fim, 4) segurança ambiental no setor energético – minimizar os impactos negativos no meio ambiente da extração, produção, transporte e consumo de recursos energéticos.

O Ministério de Energia russo aponta ainda algumas medidas presentes na política energética estatal de longo prazo, a saber: 1) uso do subsolo para satisfazer a demanda energética do país e assegurar as exportações de energia; 2) desenvolvimento do mercado energético doméstico; 3) promoção de equilíbrio racional de energia com o propósito de diminuir a parcela do gás no consumo doméstico; 4) incentivo à fabricação de produtos energéticos com alto valor agregado; 5) fomento à inovação e ao aumento da eficiência dos equipamentos e tecnologias domésticas, e à soluções científicas e técnicas para manter a segurança energética do país; por fim, 6) implementação de uma política externa energética com a finalidade de integrar, completamente, a Rússia no mercado energético mundial, bem como obter o máximo de lucro para a economia nacional (MoE, 2010, p. 24-55).

A *Energy Strategy-2030* ressaltou a importância e necessidade de se alcançar os seguintes objetivos: 1) desenvolver a infraestrutura da indústria energética nacional a fim de aumentar a eficiência; 2) transformar a Rússia em um líder regional de segurança energética na Eurásia, por meio de influência na política de preço tornando-o previsível e estável e da integração completa do sistema de trânsito energético com Eurásia; 3) modernizar a indústria energética russa que deve ser eficiente, sustentável, de alto nível tecnológico, além de que não deve basear-se apenas em recursos, mas também em capital humano e potencial inovador; 4) proporcionar segurança energética para Rússia e todos os países; 5) explorar novas regiões (KUZNETSOVA, N.; KUZNETSOVA, E., 2015, p. 163).

Em suma, os principais objetivos do governo russo, nessa matéria, são garantir a segurança e eficiência energética, bem como utilizar esse setor para desenvolvimento da economia nacional e promoção da Rússia no cenário internacional.

Natalia Kuznetsova e Ekaterina Kuznetsova (2015) realizaram um estudo no qual compararam as três Estratégias Energéticas²⁴ lançadas pelo governo russo. As autoras notaram que os objetivos estratégicos do governo russo em relação ao FEC mudaram entre 2003 e 2014. No primeiro *Energy Strategy*, aprovado em 2003, partia-se da ideia que o FEC era a base para

²⁴ *Energy Strategy of Russia for the period up to 2020; Energy Strategy of Russia for the period up to 2030; Energy Strategy of Russia for the period up to 2035.*

o desenvolvimento e uma ferramenta geopolítica; o segundo *Energy Strategy*, aprovado em 2009, já tinha o propósito de fazer da Rússia um líder mundial; por fim, o terceiro *Energy Strategy*, aprovado em 2015, defende a transição da função do FEC de “motor do desenvolvimento” para “fomentador de infraestrutura”, o que forneceria condições para o progresso da economia russa, abrangendo diversificação, elevação do nível tecnológico, e diminuição dos limites da infraestrutura (KUZNETSOVA, N.; KUZNETSOVA, E., 2015, p. 162- 167).

2.2.1 Renacionalização do Setor Energético

De acordo com Goldman (2008, p. 97), em dissertação submetida em junho de 1997 e no subsequente artigo de 1999, Putin esboçou um plano para recuperação da Rússia e reestabelecimento da influência político e econômica do país no sistema internacional. Nesses trabalhos, Putin defendeu o resgate do controle, pelo governo, sobre os recursos naturais abundantes e propôs o uso das companhias energéticas para consecução dos interesses nacionais, sendo assim a Rússia deveria comandar essas empresas e integrá-las verticalmente para poder competir com as empresas ocidentais (GOLDMAN, 2008, p. 97). Deduz-se que se tornar uma superpotência energética é o melhor caminho visto por Putin para reconquistar o antigo status do país (GOLDMAN, 2008, p. 97).

Por estar ciente da importância estratégica do setor energético para economia russa, e por acreditar que o Estado tem o dever de regulamentar e desenvolver indústrias bases para a economia, Putin adotou uma série de medidas, quando assumiu a presidência em 2000, com o fim de reverter as políticas neoliberais adotadas por Yeltsin na década de 1990, e recuperar o controle estatal do setor energético, a saber: 1) nacionalização do setor energético sob três grandes empresas: *Gazprom* (produz gás natural), *Rosneft* (produz petróleo) e *Transneft* (monopoliza o transporte de petróleo por oleodutos); 2) estabelecimento de controle estatal sob a exploração de petróleo e gás natural; 3) fortalecimento e internacionalização das empresas energéticas (HAINES, BRANDALISE, 2018, p. 09-12); 4) instauração de lei que requer que investimentos externos acima de 10% no ramo de petróleo e gás necessitem de aprovação do Kremlin; 5) controle e criação de novas rotas para escoamento dos recursos energéticos (MOHAPTRA, 2013, p. 12-13); 6) estabelecimento do monopólio de exportação de gás pela *Gazprom*; 7) inserção de empresas russas nos projetos energéticos já em execução com financiamento estrangeiro (CESNAKAS, 2016, p. 17-18); 8) investimento na construção de dutos na Ásia Central e no Nordeste Asiático; e 9) emprego da “*tap weapon*” (“arma da

torneira”) – com referência aos bloqueios de fornecimento energético via *pipelines* – em países relutantes às exigências russas, como a Ucrânia e Bielorrússia (SUSSEX, 2014, p. 214-219).

[...] acredita-se que uma das principais mudanças políticas e econômicas ocorridas na Rússia a partir da entrada de Vladimir Putin é o papel central que os recursos energéticos passaram a ter na consolidação do Estado russo no cenário internacional, a partir dos recursos econômicos obtidos por meio das exportações de energia – que garantiram a recuperação interna do país e atuação no nível regional – e investimentos atraídos e realizados por empresas do ramo energético [...] A partir de suas empresas energéticas, o país cria vínculos de interdependência, podendo reorientar suas exportações e investimentos para áreas estratégicas e garantir, assim, a reafirmação russa no cenário internacional (HAINES, BRANDALISE, 2018, p. 10, 14).

Putin associou as companhias energéticas à sua ideia de “*national champions*”, empresas cujo maior objetivo é a promoção dos interesses estatais ao invés de maximização do lucro. Nesse caso, pelo menos 50% das ações das empresas energéticas deveriam ser do Estado russo, porém com “pressão e orientação adequada” empresas privadas também poderiam servir como “*national champions*”. No campo doméstico, elas deveriam manter a energia a preço baixo como forma de subsídio para a população; e no ambiente internacional deveriam suspender o fornecimento de energia a países que se recusassem a apoiar a política externa russa e seus interesses (GOLDMAN, 2008, p. 99)

Para avançar no programa “*national champions*”, Putin renacionalizou as companhias energéticas vendidas a preço de banana no governo de Yeltsin e recuperou o controle sobre os recursos minerais e energéticos por meio da renacionalização das propriedades, ou através de ameaças de processo judicial e assédios de autoridades fiscais, para concluir o processo, Putin demitiu oligarcas poderosos da liderança das empresas que até então lhes pertenciam (como a demissão de Viktor Chernomyrdin da diretoria da *Gazprom*) e colocou na chefia pessoas mais propensas a seguir as ordens do governo (GOLDMAN, 2008, p. 99, 123-133). Independentemente do método, no fim do seu segundo mandato em 2008, Putin já havia revertido o processo de privatização (GOLDMAN, 2008, p. 133).

É importante ressaltar que, após a reeleição de Putin em 2012, muitos de seus assistentes de confiança (ex primeiro ministro, ex primeiro ministro adjunto) passaram a compor a administração das grandes corporações energéticas, como Victor Zubkov na direção da *Gazprom*, e Igor Sechin e Andrey Belousov na direção da *Rosneft* (XU, REISINGER, 2018, p. 08).

Em razão desse processo, a maioria das empresas energéticas russas são, atualmente, formadas por capital misto. As cinco maiores companhias energéticas da Rússia, de acordo com

a Forbes (2018) são: *Gazprom*, *Rosneft*, *LUKoil*, *Surgutneftegas* e *Novatek*²⁵. Tanto na *Gazprom* quanto na *Rosneft* a maioria das ações são controladas pela Rússia. A *Rosneft*, por exemplo, tem suas ações assim divididas: 50,00000001% das ações são da JSC ROSNEFTEGAZ (estatal russa), 19,75% são da BP (*British Petroleum*), e 18,93% pertencem à QH *Oil Investments LLC* (empresa do Qatar) (ROSNEFT, 2019). Na *Gazprom*, há dois grandes acionistas: a Rússia que detém 50,23% das ações (através do *Federal Agency for State Property Management* possuidor de 38,37% das ações, e das companhias estatais *Rosneftegaz* com 10,97% e *Rosgazifikatsiya* com 0,89%), e o Banco estadunidense *Bank Of New York Mellon* que possui 24,13% das ações (GAZPROM, 2018). Ademais, a *Yugansneftegaz* e a TNK/BP foram compradas pela *Rosneft* (RUSSIA BEYOND, 2013) e a *Sibneft Oil* foi adquirida pela *Gazprom* (GOLDMAN, 2008, p. 134).

Assim, em virtude da estratégia de recuperação do controle sobre as companhias energéticas, o Estado russo não conseguiu ser majoritário apenas nas ações da *LUKoil*²⁶ e *Surgutneftegaz*²⁷ (GOLDMAN, 2008, p. 124). Embora sejam empresas de capital majoritariamente privado, segundo Goldman (2008, p. 126) e Clover (2013), ambas se comportam como empresas estatais, como “*National Champions*”.

As empresas de origem não estatal eram lembradas periodicamente que estavam no país por permissão do Estado (GOLDMAN, 2008, p. 127-128). O governo russo enviava funcionários para coletar impostos, inspecionar, assediar e importunar. Quase todas as companhias energéticas privadas que funcionaram na Rússia foram sujeitas a esses “assédios”. Várias acusações de poluição foram feitas – *LUKoil*; *Royal Dutch Shell*, *Mitsui e Mitsubishi* no projeto Sakhalin II; *Exxon* no projeto Sakhalin I; TNK-BP no projeto de gás próximo a Irkutsk – com o intuito de abrir caminho para *Rosneft* e *Gazprom* nessas empresas (KRAMER, 2007; GOES, 2013; KUNDNANI, 2006). A partir do momento que a *Gazprom* se tornou acionista, as acusações de poluição, curiosamente, desapareceram (GOLDMAN, 2008, p. 128).

²⁵ Os acionistas da Novatek são: Gennady Timchenko (bilionário russo amigo de Putin, segundo Sagdiev e Ivanova, 2018) com 23.5% das ações, Total SA (multinacional francesa) com 16.3%, a *Gazprom* com 9.99%, *Levit OOO* (empresa privada russa) com 7.32%, e a *Optima OOO* (empresa privada russa) com 2.30% (MARKET SCREENER).

²⁶ Os principais acionistas da *LUKoil* são indivíduos e empresas russas: Vagit Alekperov (24,8%), *Lukoil Investment Cyprus* (16%), Leonid Fedun (9,8%), *IFD Kapital* (8%) (RUSLETTER, 2018; MORDYUSHENKO, 2018).

²⁷ De acordo com o jornal eletrônico *Voice of America* (2014), a *Surgutneftegas* possui cerca de 33.800 acionistas, muitos deles são funcionários da própria empresa. Clover (2013) afirma que a posse da *Surgutneftegas* é um “enigma” (*puzzle*) que existe desde 1994 quando a companhia foi privatizada.

2.2.2 Desenvolvimento do Setor Energético

Putin (1999, p. 51) afirmava que o fator estratégico no crescimento da economia russa, no curto prazo, deveria ser reestruturação da economia nacional com base nos recursos minerais disponíveis buscando o aumento de sua eficácia. Porém a principal dificuldade, apontada por Putin (1999, p. 51), para elevar a eficiência dos recursos minerais era reorganizar as estruturas de produção com sistema de planejamento e distribuição em completo isolamento do mercado mundial, o que desencadeava baixo nível de eficiência e falta de capacidade competitiva no comércio internacional, e como consequência, o baixo nível de produção e liquidação de muitos empreendimentos nesse setor. Somado ao isolamento do mercado mundial, os empreendimentos extrativos também não possuíam investimento adequado para expansão ou até mesmo para continuar sua produção básica (PUTIN, 1999, p. 51). Putin escreveu esse artigo em 1999. Após ser eleito presidente, em 2000, ele adotou uma série de medidas para atrair investimentos e reverter esse quadro de isolamento da estrutura produtiva e distributiva.

Já em julho de 1999, foi estabelecida a lei federal N° N 160-FZ, “*Federal Law on Foreign Investments*” (em substituição a “*Law On Foreign Investment in the RSFSR*” implementada em 1991) que para Akgun, Hopoglu, Kunu (2015, p. 177) é um exemplo de “desenvolvimento significativo” da tentativa russa de criar um ambiente favorável para o recebimento de investimento estrangeiro. A “*Federal Law on Foreign Investments*” foi emendada oito vezes (em março de 2002 emenda N 31-FZ, em julho de 2002 emenda N 117-FZ, dezembro de 2003 emenda N 169-FZ, julho de 2005 emenda N 117-FZ, julho de 2006 emenda N 75-FZ, junho de 2007 emenda N 118-FZ, abril de 2008 emenda N 58-FZ, julho de 2011 emenda N 248-FZ) ao longo do governo Putin-Medvedev (UNCTAD).

A “*Federal Law on Foreign Investments*” (N° N 160-FZ) fornece as garantias básicas dos direitos dos investidores estrangeiros ao investimento, aos ganhos e lucros obtidos sobre eles, e os termos e condições dos empreendimentos de investidores estrangeiros na Rússia (UNCTAD). Essa lei Federal tem como finalidade proporcionar um ambiente estável para as atividades dos investidores estrangeiros e o cumprimento do tratamento legal aos investimentos estrangeiros de acordo com as disposições do direito internacional e as práticas internacionais de cooperação de investimento; objetiva também atrair e utilizar de maneira eficiente recursos materiais e financeiros estrangeiros, maquinário e tecnologia avançados, e experiências gerenciais na economia da Federação Russa (UNCTAD).

Para atrair investimento estrangeiro, algumas emendas também foram feitas no Código Tributário (*Tax Code*). De acordo com essas alterações os investidores externos seriam

tributados de duas formas: 1) estariam isentos de todos os pagamentos e impostos (exceto imposto sobre valor agregado, imposto de renda, impostos relativos a recursos naturais, impostos sobre a terra e direitos alfandegários) durante o período de contatos; 2) estariam isentos também dos impostos federais, regionais e locais (AKGUN, HOPOGLU, KUNU; 2015; p.178).

Outra medida para incentivar o Investimento Estrangeiro Direto (IED) foi a reforma tributária. Implementada em janeiro de 2002, ela modificou as declarações de imposto sobre valor agregado resultando em incentivos ao investimento e no subsequente aumento dos investimentos na Rússia (AKGUN, HOPOGLU, KUNU; 2015; p.178).

Em 2005, também é aprovada a Lei Federal N116-FZ “Zonas Econômicas Especiais na Federação Russa” (*Federal Law N116-FZ On Special Economic Zones in the Russian Federation*), cujo objetivo é atrair investimentos para fora de Moscou e das regiões ricas em recursos, criar polos de crescimento econômico nesses locais, para isso foram implementados regimes administrativos e impostos específicos nessas regiões (MAKAROV, MOROZKINA, 2015, p. 64). Até agora foram criadas 30 Zonas Econômicas Especiais, porém apesar dos incentivos, elas não atraíram investidores porque a localização das zonas foram escolhidas com base em critérios políticos ao invés de econômicos, em 2010, por exemplo, foram criadas zonas no Norte do Cáucaso (Inguchétia e Daguestão), região que sofre de instabilidade política há anos (MAKAROV, MOROZKINA, 2015, p. 65-66).

Outra ação que objetivava a atração de investimento estrangeiro foi a criação em 2011 do *Russian Direct Investment Fund* (RDIF) Este fundo possibilita investimentos conjuntos de investidores externos, o que proporciona um compartilhamento dos riscos e conseqüente diminuição dos mesmos para os investidores (AKGUN, HOPOGLU, KUNU; 2015; p.179; MAKAROV, MOROZKINA, 2015, p. 67). Para Akgun, Hopoglu, Kunu (2015, p. 178), entrar na OMC, em 2011, foi a medida russa mais importante para atrair IED que a Rússia tomou, Makarov e Morozkina (2015, p. 66) discordam completamente ao afirmar que não houve “melhoria significativa” com a entrada da Rússia na OMC.

No geral, a introdução dessas ações parece ter trazido resultados. No gráfico 6, percebe-se que os IED na Rússia estavam praticamente estagnados nos anos 1990 e aumentaram consideravelmente a partir de 2002. A queda de IED em 2008 deve-se a crise econômica e financeira mundial. Já o declínio da entrada de IED em 2015 foi provocado pelas sanções econômicas impostas pelo EUA e alguns países europeus em virtude do conflito na Ucrânia e anexação da Crimeia por parte da Rússia.

Gráfico 6 - Entrada de IED na Rússia entre 1992-2017, milhões US\$



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da UNCTAD STAT

A riqueza de recursos naturais, o volume do mercado doméstico, a taxa de crescimento da economia, e índices relativamente baixas de competição atraem investimento estrangeiro para Rússia (AKGUN, HOPOGLU, KUNU; 2015; p. 175-176). Por outro lado, a falta de oposição política (que equilibraria o poder), os altos custos da produção devido às difíceis condições climáticas, a baixa densidade populacional que encarece a mão de obra, e a percepção ocidental da Rússia como um país atrasado tecnologicamente com altas taxas de crime e corrupção são fatores que dificultam a entrada de investimento estrangeiro no país (AKGUN, HOPOGLU, KUNU; 2015; p. 175-176).

Tabela 1 - IED na Rússia, entre 2010-2017, por atividade econômica, milhões US\$

ATIVIDADE ECONÔMICA	2010-2017	
	Milhões de dólares	%
ATIVIDADES FINANCEIRAS E DE SEGURO	\$ 303.234,47	23,7%
COMÉRCIO NO ATACADO E VAREJO; CONSERTO DE AUTOMÓVEIS E MOTOS	\$ 286.462,75	22,4%
FABRICAÇÃO	\$ 256.691,05	20,1%
incluindo:		
Metais básicos e produtos metálicos fabricados, exceto máquinas e equipamentos	\$ 78.072,55	6,11%
Alimentos, bebidas e produtos de tabaco	\$ 50.264,93	3,9%
Coque e produtos petrolíferos refinados	\$ 35.193,50	2,8%
Substâncias químicas e produtos químicos; produtos farmacêuticos e preparações farmacêuticas	\$ 29.273,03	2,3%
MINERAÇÃO E EXTRAÇÃO	\$ 163.770,16	12,8%
incluindo:		
Mineração e extração de combustíveis e materiais energéticos (carvão fóssil, linhite, petróleo bruto, gás natural)	\$ 141.670,78	11,1%
OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇO	\$ 57.756,82	4,5%
ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS	\$ 56.548,00	4,4%
CONSTRUÇÃO	\$ 35.775,39	2,8%
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	\$ 34.217,32	2,7%
TRANSPORTE E ARMAZENAMENTO	\$ 24.811,10	1,9%
OUTROS	\$ 58.381,52	4,6%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do *The Central Bank of the Russian Federation* (2018).

Na tabela 1, observa-se que 11% dos investimentos estrangeiros diretos, entre 2010-2017, foram aplicados no setor energético. Um número bem significativo, considerando que o ramo energético foi superado apenas por atividades financeiras, comércio e fabricação.

Tabela 2 - Origem e destino dos fluxos de IED da Rússia entre 2007-2017, milhões US\$

PAÍS	ORIGEM IED NA RÚSSIA			DESTINO IED DA RÚSSIA		
	RANKING ORIGEM IED	MILHÕES US\$	%	RANKING DESTINO IED	MILHÕES US\$	%
Chipre	1°	\$ 76.390,49	16,1%	1°	\$ 174.204,96	32,5%
Holanda	2°	\$ 43.817,62	9,2%	3°	\$ 31.810,41	5,9%
Ilhas Virgens Britânicas	3°	\$ 38.139,84	8,0%	2°	\$ 90.134,88	16,8%
Bahamas	4°	\$ 31.333,78	6,6%	15°	\$ 6.303,79	1,2%
Luxemburgo	5°	\$ 30.961,60	6,5%	11°	\$ 10.843,26	2,0%
Bermudas	6°	\$ 29.508,15	6,2%	9°	\$ 12.223,16	2,3%
Reino Unido	7°	\$ 28.269,87	5,9%	7°	\$ 15.413,16	2,9%
Irlanda	8°	\$ 27.516,66	5,8%	19°	\$ 4.921,05	0,9%
Alemanha	9°	\$ 24.474,85	5,1%	10°	\$ 12.196,62	2,3%
Cingapura	10°	\$ 19.478,77	4,1%	13°	\$ 9.965,11	1,9%
França	11°	\$ 15.528,09	3,3%	20°	\$ 4.758,24	0,9%
Suíça	12°	\$ 11.136,76	2,3%	4°	\$ 23.382,39	4,4%
EUA	13°	\$ 9.613,10	2,0%	6°	\$ 17.455,77	3,3%
Suécia	14°	\$ 9.097,45	1,9%	41°	\$ 818,08	0,2%
Áustria	15°	\$ 7.719,91	1,6%	5°	\$ 17.479,69	3,3%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do *The Central Bank of the Russian Federation* (2018ab).

Para explicar a origem desses investimentos é necessário abordar primeiro os investimentos que a Rússia realiza no exterior. Segundo Makarov e Morozkina (2015, p. 53), os principais destinos dos investimentos estrangeiros feitos pela Rússia são Paraísos Fiscais²⁸ ou países europeus que garantam absoluto sigilo e que possuam plano fiscal favorável (como Holanda, Suíça e Áustria). Geralmente, a Rússia investe no exterior para assegurar benefícios fiscais estáveis ou para lavagem de dinheiro, de acordo com Makarov e Morozkina (2015, p. 53), o que sugere potencial reinvestimento no próprio país. Nos últimos anos, segundo Makarov e Morozkina (2015, p. 53), mais da metade da entrada de IED na Rússia provém de paraísos fiscais, considerando que a maior parte desses IED e uma percentagem considerável do capital que provém de Estados Europeus são de países com baixíssimos tributos sobre investimento é de se concluir que a maioria desse capital é, na verdade, de origem russa, e portanto, “o volume total de IED para a Rússia não deve ser superestimado”.

Contudo, é relevante salientar que dos quinze países listados na tabela 2 como os principais investidores externos na Rússia, apenas cinco (Chipre, Ilhas Virgens Britânicas, Suíça, EUA e Áustria) deles receberam IED da Rússia (*outward FDI*) em quantias superiores a seus investimentos na Federação Russa, o que poderia compor os “*pseudo-FDI*” (falsos IED) como denominam Makarov e Morozkina (2015, p. 53). Assim, outros dez Estados realizaram investimentos na Rússia em quantias superiores as recebidas pelo mesmo país, o que permite concluir que, pelo menos, esses IED são “verdadeiros/autênticos”, e não constituem reinvestimento de capital russo na própria Rússia.

Os países europeus sempre foram os principais parceiros de investimento da Rússia, porém segundo Makarov e Morozkina (2015, p. 45), o conflito na Ucrânia impactou negativamente a relação entre Rússia e o Ocidente e impulsionou ainda mais o “*turn to the East*” da Rússia, agora também em termos de investimento estratégico.

²⁸ “Um paraíso fiscal é um país ou território que oferece taxas mínimas de imposto para pessoas e empresas estrangeiras - e compartilha o mínimo possível de informações com os países de origens, onde os impostos são geralmente muito maiores” (DUARTE, 2017). Esse ambiente de nível elevado de sigilo acaba atraindo dinheiro de evasão fiscal, crimes econômicos, financiamento de terrorismo, e facilita a lavagem de dinheiro do tráfico de drogas e da corrupção (ERIKSSON, p. 08). Dentre os quinze países mostrados na tabela X, Chipre e Luxemburgo são citados como exemplo de paraíso fiscal por Makarov e Morozkina (2015, p. 53); Suíça, Ilhas Virgens Britânicas, Bahamas e Bermudas aparecem na lista de *Tax Havens* da União Europeia (2018, p. 09-12); e por fim, Holanda, Cingapura e Irlanda (além dos já citados Bermudas, Bahamas, Suíça, Luxemburgo) são mencionadas, por DePietro da Revista Fortune (2017), entre os doze paraísos fiscais mais lucrativos do mundo. Ademais, todos que estão listados na tabela 2 apresentam alta pontuação no Índice de Sigilo Financeiro de 2018 (ranking do índice: 1° Suíça, 2° EUA, 5° Cingapura, 6° Luxemburgo, 7° Alemanha, 14°, 16° Ilhas Virgens Britânicas, 19° Bahamas, 23° Reino Unido, 24° Chipre, 25° França, 26° Irlanda, 34° Áustria, 36° Bermudas, e 54° Suécia) elaborado pela ONG *Tax Justice Network* (TJNa, 2018). 112 países estão presentes no Índice de Sigilo Financeiro que “classifica as jurisdições de acordo com seu sigilo e a escala de suas atividades financeiras externas” (TJNb, 2018). A ONG afirma utilizar a expressão “Jurisdições secretas” como alternativa ao termo “Paraísos Fiscais”.

Putin (1999, p. 53-54) aponta a importância de atrair investimento direto estrangeiro para o setor energético, porém ressalta que o Kremlin deve reter controle sobre a parte operacional e sobre a permissão dos investimentos. Logo não importa quem seja dono das companhias, o Estado regulará e coordenará suas atividades (PUTIN, 1999, p. 52).

Regardless of whose property the natural resources and in particular the mineral resources might be, the state has the right to regulate the process of their development and use, acting in the interests of society as a whole and of individual property owners, whose interests come into conflict with each other [...] (PUTIN, 1999, p. 52).

Putin (1999, p. 53) afirma que todos os países desenvolvidos regulam, em larga escala, a utilização dos recursos minerais, independentemente do tipo de economia ou organização política adotada anteriormente.

Quanto ao isolamento do setor energético russo do mercado mundial, as Tabelas 3 e 4 (abaixo) revelam a expansão de *pipelines* durante a Administração Putin-Medvedev. A maioria (17 de 22) dos principais *pipelines* russos foram concluídos (ainda que tenham sido planejados e iniciados antes de 2000) ou começaram a ser construídos durante o governo Putin-Medvedev (ver Tabelas 3 e 4) - *Blue Stream* começou a ser construído em 2001 (GAZPROM), ESPO 1 em 2006 (KONOŃCZUK, 2008), *Baltic Pipeline System 2* em 2009 (HYDROCARBONS TECHNOLOGY), Sakhalin-Khabarovsk-Vladivostok em 2009 (GAZPROMa), ESPO 2 em 2010 (TRANSNEFT), *Nord Stream 1* em 2010 (GAZPROMb), *Zapolyarye-Purpe Pipeline* em 2012 (HYDROCARBONS TECHNOLOGYa), Kuyumba-Taishet em 2012 (TRANSNEFT), *Power of Siberia* em 2014 (GAZPROMc), *TurkStream* em 2017 (GAZPROMd), *Nord Stream 2* em 2018 (GAZPROMe). Evidencia-se, então, o esforço bem sucedido dessa gestão para superar o problema de isolamento do mercado mundial que o setor energético sofria.

Tabela 3 - Principais Oleodutos (em operação) da Rússia

OLEODUTO	CAPACIDADE (Milhões barris por dia)	ROTA	CONCLUSÃO
Druzhba	2	Rota Setentrional: Rússia, Bielorrússia, Polónia até Alemanha; Rota Meridional: Rússia, Bielorrússia, Ucrânia, Eslováquia, República Tcheca e Hungria.	1964
Baku-Novorossiysk Pipeline	0,1	Baku (Azerbaijão) até o Porto de Novorossiysk (Rússia) na costa do Mar Negro.	1996
Baltic Pipeline System 1	1,5	Yaroslavl (Rússia) até o Terminal de Primorsk (Rússia) no Golfo da Finlândia. Conecta-se ao Druzhba.	2001
Baltic Pipeline System 2	0,6	Unecha (Rússia) até o Terminal de Primorsk (Rússia) no Golfo da Finlândia. Conecta-se ao Druzhba.	2012
Caspian Pipeline Consortium (CPC)	1,3	Campo Petrolífero de Tengiz (Cazaquistão) até o Porto de Novorossiysk (Rússia) na costa do Mar Negro.	2001
Omsk-Pavlodar-Atasu Pipeline	0,2	Omsk (Rússia), Refinaria de Pavlodar (Cazaquistão) até Alashankou (China)	Uma Parte originalmente concluída em 1980. O trecho Atasu-Alashankou foi concluído em 2005
TransSakhalin	0,2	Do Norte ao Sul da Ilha de Sakhalin (Rússia)	2008
Eastern Siberia-Pacific Ocean (ESPO) Pipeline	ESPO-1 – 1.6 ESPO-2 – 1.0 China spur – 0.6	ESPO-1 (Taishet-Skovorodino, ambas na Rússia) ESPO-2 (Skovorodino-Kozmino, ambas na Rússia) China Spur: Skovorodino (Rússia) até Daqing (China)	ESPO 1 -2009; China Spur- 2010; ESPO 2 - 2012
Purpe-Samotlor Pipeline	0,5	Campos Petrolíferos de Yamal-Nenets (Rússia) e Rio Ob (Rússia), conecta-se ao ESPO	2011
Zapolyarye-Purpe Pipeline	0,6	Campos Petrolíferos de Zapolyarye (Rússia) e Yamal-Nenets (Rússia), conecta-se ao Purpe-Samotlor Pipeline e ESPO	2017
Kuyumba-Taishet	0,16	Campos petrolíferos de Yurubcheno-Tokhomskoye e Kuyumba (Rússia), conecta-se ao ESPO	2017

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da U. S. *Energy Information Administration* (2017, p. 13-14) e New Europe (2008).

Apesar de alguns *pipelines* listados nas Tabelas 3 e 4 (abaixo) não ultrapassarem as fronteiras da Rússia, eles conectam as regiões de exploração e produção de petróleo e gás no interior do país a dutos internacionais (como *Baltic Pipeline System 1 e 2* que se unem ao *Druzhba*; os oleodutos *Purpe-Samotlor Pipeline*, *Zapolyarye-Purpe Pipeline* e *Kuyumba-Taishet* que interligam-se ao ESPO; e os gasodutos *TransSakhalin* e *Sakhalin-Khabarovsk-Vladivostok* que se conectarão ao *Power of Siberia* – rota destinada a exportações para China), cumprindo assim a função de romper com o isolamento da infraestrutura russa em relação ao mercado mundial.

Tabela 4 - Principais Gasodutos da Rússia

GASODUTO	STATUS	CAPACIDADE (trilhões m ³ por ano)	ROTA	CONCLUSÃO/INÍCIO DE OPERAÇÕES
Soyuz and Brotherhood (Urengoy-Pomary-Uzhgorod)	Em Operação	Mais de 3,5	Rússia, Ucrânia até Eslováquia. Na Eslováquia, divide-se em direção à República Tcheca e à Áustria.	1967
Yamal-Europe	Em Operação	1,2	Rússia, Bielorrússia, Polônia e Alemanha	1996
Blue Stream	Em Operação	0,6	Rússia até Turquia via Mar Negro	2002/2003
TransSakhalin	Em Operação	0,3	Do Norte ao Sul da Ilha de Sakhalin (Rússia)	2008
Sakhalin-Khabarovsk-Vladivostok	Em Operação	0,2	Da Ilha de Sakhalin até Vladivostok (Rússia)	2011
Nord Stream	Em Operação	1,9	Rússia até Alemanha via Mar Báltico	2011
Nord Stream 2	Em Construção	1,9	Rússia até Alemanha via Mar Báltico	Planejado para final de 2019
Urengoy-Ukhta, Bovanenkovo- Ukhta, and Ukhta-Torzhek	Em Operação	Mais de 5	Campo de Gás de Urengoy e Bovanenkovskoye, Ukhta até Torzhok (Rússia)	Bovanenkovo – Ukhta – Torzhok: 2012; Bovanenkovo – Ukhta 2: 2017; Ukhta – Torzhok 2: 2018 2018/ Início de operações previstas para final de 2019.
TurkStream	Concluído	Mais de 1,1	Rússia até Turquia via Mar Negro	Planejado para final de 2019
Power of Siberia 1	Em Construção	Principal rota 2,2 China Spur 1,3	Campos de Gás de Kovyktinskoye e Chayandinskoye (Rússia) até Blagoveshchensk (fronteira com a China).	Planejado para final de 2019
Power of Siberia 2	Em Planejamento	1,1	Construção de um acesso da Rússia até China	Planejado para 2020

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da U. S. *Energy Information Administration* (2017, p. 22-23) e Gazpromf.

Tagliapietra (2018) e Francis (2018) afirmam que a construção dos gasodutos *Nord Stream 2* e *TurkStream*, cujos trajetos contornam a Ucrânia, não pretendem elevar o volume de gás para Europa, mas substituir os fluxos de gás que atravessam o território ucraniano. Com isso, a Rússia ganha maior liberdade de ação em seus conflitos com a Ucrânia (como as interrupções de fornecimento de gás ao país em 2006 e 2009, e a anexação da Criméia em 2014). Siddi (2018, p. 257) afirma que com o *Nord Stream 1*, desde 2011, em funcionamento as exportações de gás russo via Ucrânia caíram de 80% para 39% em 2015.

Sussex (2014, p. 214) ressalta que, no governo Putin, além de renacionalizar o setor energético e atrair investimento estrangeiro, o Kremlin também conquistou o controle sobre o fornecimento de gás e petróleo na Ásia Central e Cáucaso.

Apesar dos avanços, o setor energético ainda apresenta algumas deficiências, dentre elas destaca-se: 1) forte dependência do gás natural na economia russa – que representa 53% do

consumo energético doméstico; 2) nível ainda baixo de investimentos no desenvolvimento do FEC; 3) lento desenvolvimento da infraestrutura energética no Extremo Oriente e na Sibéria Oriental (MoE, 2010, p. 28-29); 4) alto grau de depreciação dos bens de capital do Complexo de Energia e Combustível (quase 60% nas indústrias de gás e energia elétrica, e 80% na indústria de refinamento de petróleo) acompanhado de uma renovação mínima desses bens – entre 2005-2015 a taxa de renovação foi de aproximadamente 2%, com exceção do ramo de extração de petróleo que foi de 4%; por fim, 5) inferioridade tecnológica, o FEC russo apresenta um atraso significativo em relação ao nível científico e tecnológico mundial na indústria energética (KUZNETSOVA, N.; KUZNETSOVA, E., 2015, p. 164-165).

Além do envelhecimento da infraestrutura e dos bens de capital; da inferioridade tecnológica; dos investimentos desproporcionais nas indústrias e regiões; e da necessidade de desenvolvimento de maior eficiência energética; Bushuev (2014 *apud* KUZNETSOVA, N.; KUZNETSOVA, E., 2015, p. 166) ainda acrescenta a instabilidade dos mercados energéticos e oscilação dos preços²⁹ internacionais dos recursos energéticos como mais um desafio enfrentado pelo setor energético russo.

Em resposta aos problemas enfrentados com o desgaste de *pipelines*, Aalto (2012, p. 09) assinala a construção, entre 2010 e 2012, do gasoduto *Nord Stream* que sai da Rússia direto para Alemanha via Mar Báltico com acesso direto aos consumidores europeus, evitando assim países trânsito (GAZPROMb); a construção do oleoduto ESPO 1 (2006-2009) que, para os

²⁹ Em relação ao petróleo, são várias as causas que provocam sua oscilação, a saber: 1) quando os preços estão baixos há uma redução de funcionários, e se surgir uma demanda grande, repentinamente, a falta de pessoal fará o preço subir; 2) uma crise global reduz o consumo e os preços do petróleo, com a oferta maior do que a demanda os preços caem; 3) projetos parados ajudam a manter um valor constante, pois evitam a queda dos preços por motivo de superprodução; 4) mudanças climáticas extremas indicam que será necessário mais aquecimento ou resfriamento, portanto os preços sobem devido ao aumento da demanda; 5) a própria exploração de petróleo utiliza petróleo, assim quanto mais exploração ocorrer, maior a demanda e o preço da commodity; 6) o petróleo é calculado em dólares estadunidenses, logo quando o dólar é deflacionado, o petróleo fica mais barato; 7) vazamentos de petróleo no mar subtrai do que seria fornecido, assim mais petróleo tem que ser proporcionado na produção para gerar o que foi perdido, o que aumenta o custo da produção, e obviamente, do produto final; 8) se uma reserva de petróleo explodir ou quebrar gera uma pressão na oferta disponível que causa a elevação nos preços; 9) o aumento de energias renováveis libera a oferta de petróleo o que provoca a queda nos preços; 10) a mudança para veículos elétricos diminui a demanda por petróleo, e conseqüentemente reduz o preço; 11) a OPEP pode provocar um pico de curto prazo nos preços do petróleo através da redução do fornecimento; 12) o crescimento de economias globais causam a elevação nos preços; 13) quando países em desenvolvimento alcançam o padrão de países desenvolvidos eles precisam de mais petróleo, logo o preço sobe; 14) se um país produtor de petróleo sofre um embargo o valor da commodity, normalmente, aumenta uma vez que a oferta geral foi reduzida; 15) instabilidade política nos países produtores de petróleo provocam elevação no preço da commodity; 16) falsas informações podem fazer o preço disparar, por exemplo, se é afirmado que há uma guerra iminente, mas que não chega a acontecer, ainda assim afeta o preço do petróleo; 17) uma greve de trabalhadores da indústria petrolífera contribuem para elevação nos preços; 18) notícias sobre instabilidade no entorno de indústrias petrolíferas grandes, o medo de problemas futuros na produção conduz a uma elevação nos preços; 19) acordos de longo prazo, ou a venda de petróleo agora para entrega futura pode provocar a disparada dos preços caso seja vendido mais petróleo do que a disponibilidade de fornecimento (JONES OIL, 2016).

asiáticos, compensará o declínio da produção no leste asiático e ajudará a diversificar as importações energéticas do Oriente Médio; e o projeto *South Stream* que sairia da Rússia direto para Bulgária via Mar Negro.

Contudo, o *South Stream* foi cancelado, e substituído pelo projeto *TurkStream* (RICHARD, 2015). O *TurkStream*, que está em construção desde 2017, transportará gás natural da Rússia direto para Turquia via Mar Negro (ver Mapa 1), a fim de abastecer o mercado energético turco e sul-europeu (GAZPROMd). Para a Turquia, esse gasoduto é a garantia de segurança energética turca, visto que algumas vezes o abastecimento foi interrompido devido a divergências entre Rússia e Ucrânia (REPUBLIC OF TURKEY MINISTRY OF ENERGY AND NATURAL RESOURCES).

Mapa 1 – Gasoduto TurkStream



Fonte: GAZPROMd

Além desses três *pipelines* apresentados por Aalto (2012, p. 09), é importante destacar que, pelo menos, outros nove *pipelines* começaram a ser construídos no governo Putin-Medvedev – *Blue Stream* em 2001 (GAZPROM), ESPO 1 em 2006 (KONOŃCZUK, 2008), *Baltic Pipeline System 2* em 2009 (HYDROCARBONS TECHNOLOGY), Sakhalin-

Khabarovsk-Vladivostok em 2009 (GAZPROMa), ESPO 2 em 2010 (TRANSNEFT), Zapolyarye-Purpe Pipeline em 2012 (HYDROCARBONS TECHNOLOGYa), Kuyumba-Taishet em 2012 (TRANSNEFT), *Power of Siberia* em 2014 (GAZPROMc), *Nord Stream 2* em 2018 (GAZPROMe) – o que revela a tentativa de superação do envelhecimento da infraestrutura distributiva.

Ao fazer um balanço do resultado das metas que foram estabelecidas nas Estratégias Energéticas russas (*Energy Strategy of Russia for the period up to 2020, 2030 e 2035*), Kuznetsova e Kuznetsova (2015, p. 167) apontam que houve crescimento da exploração, produção e das exportações energéticas, porém a Rússia não se tornou um líder regional confiável, o progresso em novas regiões foi baixo (o foco de produção foi nos campos que já estavam sendo explorados), e pouco foi feito em relação à renovação e modernização tecnológica da infraestrutura.

Como observado, a Rússia adota uma política nacionalista no setor energético com o estabelecimento cada vez maior do controle estatal sobre as rotas de distribuição, as empresas energéticas e a aplicação de preços dos recursos energéticos. Apesar de autores como Proninska (2007) e Baumann (2008) condenarem o nacionalismo na política energética, por diminuir a livre concorrência e facilitar o uso de recursos energéticos por parte do Estado fornecedor como “arma política”, prejudicando, assim, o mercado energético mundial; a nacionalização do setor energético tem benefícios para os Estados fornecedores que podem utilizar seus recursos como barganha no sistema internacional, tanto para conseguir algum espaço nesse sistema, no caso dos Estados pequenos, como para expandir sua esfera de influência no caso russo.

2.3 Setor Energético Como Instrumento de Política Externa

Após renacionalizar e desenvolver o setor energético, Putin começa a utilizar os recursos energéticos como instrumento de política externa para atingir seus objetivos ou obter apoio nas controversas internacionais. Segundo Aalto (2012, p. 03), tanto a Rússia como sua política energética recebem várias referências desde “superpotência energética”, “gigante energético”, “*petrostate*” até denominações mais críticas como “política energética coerciva”, “imperialismo energético” e “chantagem energética”.

Recursos energéticos na política externa podem ser tanto um fim (objetivo) como um meio (instrumento) (CESNAKAS, 2016, p. 12). Para os Estados consumidores, os recursos energéticos são a finalidade da política externa e, para obtê-los, os Estados “transferem seu

poder econômico através do comércio” ou fazem uso de ameaças, chantagem e práticas militares, como a ocupação de regiões produtoras de petróleo e gás; já para os países fornecedores, *os recursos energéticos são ferramentas que permitem transformar poder energético em outros tipos de poder e assim aumentar o poder relativo do Estado no sistema internacional* (CESNAKAS, 2016, p. 13).

O uso de recursos energéticos como ferramenta de política externa se divide em “instrumento de coação” e “instrumento de persuasão”. Para atingir seus objetivos Moscou adota ambos, lançando mão desde promessas de redução do preço dos recursos energéticos, perdão das dívidas e propostas para aumentar o fornecimento de recursos energéticos, até bloqueio de fornecimento energético, elevação dos preços dos recursos energéticos e cobrança de dívidas (CESNAKAS, 2016, p. 20-25). Abaixo, alguns exemplos.

Bielorrússia conserva uma política externa pró-Rússia porque depende dos subsídios nos recursos energéticos fornecidos pela Rússia, a suspensão desse benefício prejudicaria fortemente a economia e a estabilidade política do país (CESNAKAS, 2016, p. 35). O mesmo acontece com a Armênia que depende dos preços baixos dos recursos energéticos russos para fomentar sua economia, e por esse motivo não pode arcar com os custos de uma política externa independente (CESNAKAS, 2016, p. 35-36).

No inverno de 1993, a Rússia chegou a bloquear todo o suprimento de gás da Turquia para Europa. O fornecimento só foi liberado quando a Turquia concordou em realizar uma parceria com a Rússia na região turca do Mar Cáspio. Conforme o acordo, a *Gazprom* seria a majoritária com 46% das ações na região petrolífera (MOHAPTRA, 2013, p. 08). De acordo com McNabb (2016, p. 65), entre 2000 e 2006, a Rússia cortou o fornecimento energético para União Europeia e os Estados Bálticos – (Estônia, Letônia e Lituânia) países altamente dependentes do gás natural (100%) e petróleo russo (cerca de 80% a 90%) – cerca de 40 vezes.

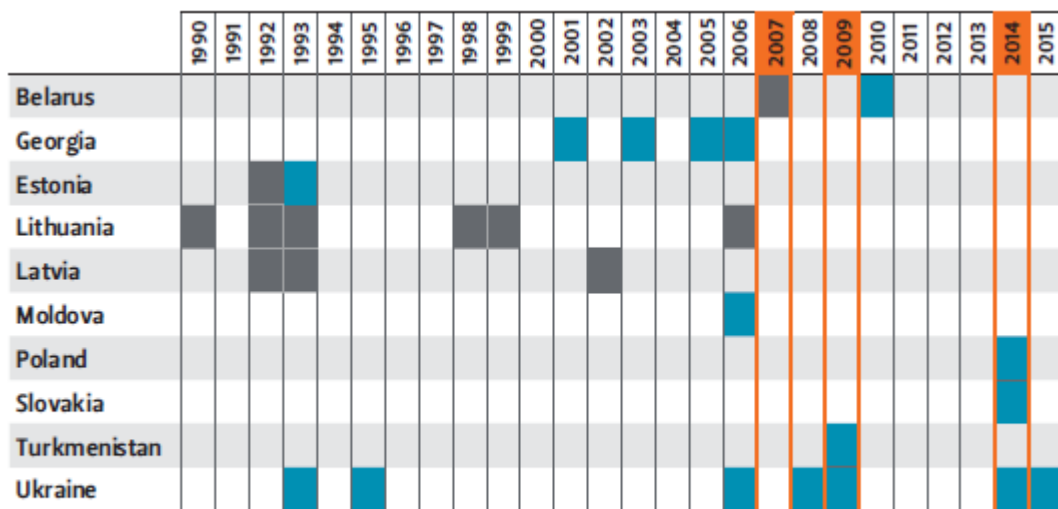
Em 2007, a interrupção do fornecimento de petróleo à Bielorrússia possibilitou que Moscou assumisse 50% das ações na *Beltransgaz*. Mais tarde, em 2010, Moscou concedeu descontos, ameaçou aumentar os impostos de exportação, reduzir e interromper o fornecimento de gás e petróleo para coagir a Bielorrússia a entrar na União Aduaneira da Eurásia e conseguir os 50% restantes da *Beltransgaz* (CESNAKAS, 2016, p. 27). Esse último objetivo foi alcançado pela Rússia em novembro de 2011, quando a *Gazprom* se tornou a única proprietária da *Beltransgaz* (GAZPROM, 2012).

Em 2009, o corte de fornecimento de gás natural à Ucrânia, realizado pela Rússia, atingiu 17 Estados europeus, e foi o maior e mais longo bloqueio registrado até 2014 (CESNAKAS, 2016, p. 28). No final de 2013, Moscou solicitou o pagamento das dívidas de

gás da Ucrânia com o objetivo de pressioná-la para não firmar acordos (comerciais) com a União Europeia, porém devido a não adesão ucraniana a tais acordos, a Rússia mudou sua abordagem, e concedeu descontos significativos no preço do gás natural (CESNAKAS, 2016, p. 23- 25). Contudo, durante a Crise de 2014 que culminou com a anexação da Crimeia pela Rússia, a *Gazprom* decidiu elevar os preços do gás natural e justificar sua atitude com os débitos ucranianos que se acumulavam desde janeiro de 2009, (COLLINS, 2017, p. 03).

Collins (2017, p. 03) elaborou um quadro com vários casos de “coerção energética” realizada pela Rússia entre 1990-2015 (ver quadro 1). É notável o padrão de “alvos” russos: Estados pequenos sem grande poder político e, principalmente, ex repúblicas soviéticas, com exceção da Polônia e Eslováquia, que não fizeram parte da URSS, mas eram seus satélites europeus.

Quadro 1 - Manipulação de Preço ou Fornecimento Energético com Motivações políticas pela Rússia



*Instances involving crude oil are shaded gray; those involving natural gas are shaded blue.
Interruptions that caused systemic effects on oil or gas supplies in Europe occurred during the years highlighted in orange.*

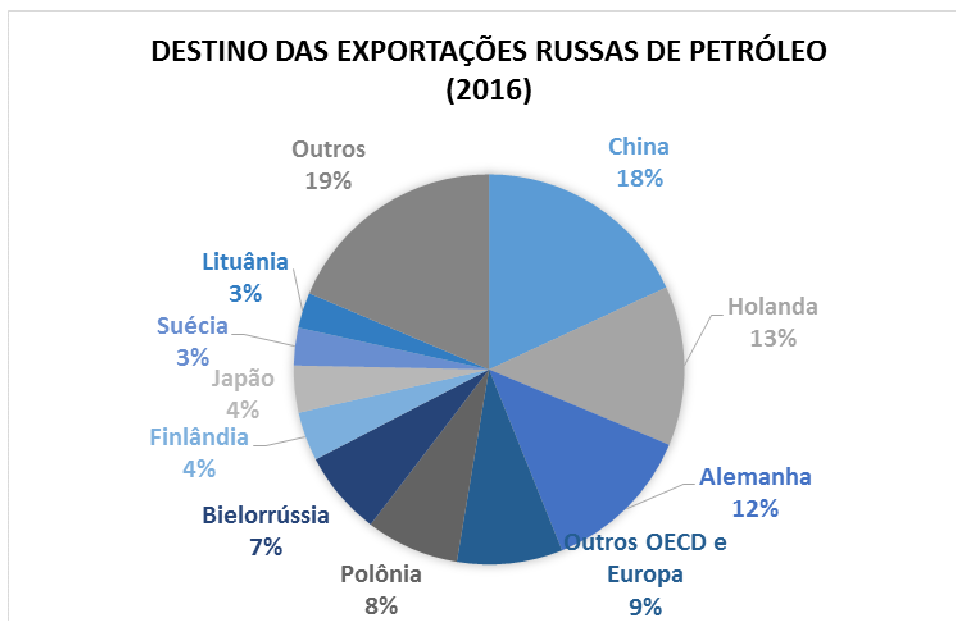
Fonte: COLLINS (2017, p. 03).

De acordo com Collins (2017, p. 06-07), os casos indicam que a Rússia acredita que pode sair impune se aplicar a “coerção energética” apenas em Estados pequenos (como no caso de interrupção do fluxo de petróleo para Lituânia feito pela *Transneft*, em 2006) e, apesar da “coerção energética” não ter obtido os resultados esperados em algumas das ex repúblicas soviéticas, Collins defende que ela ainda pode ser aplicada contra os Estados da Europa ocidental, principalmente em razão da inércia dos líderes europeus frente às manipulações

energéticas russas que seus vizinhos vivenciam. Contudo, há vários fatores que contradizem a possibilidade da Rússia empregar a “coerção energética” ou a “*tap weapon*” – “arma da torneira” (SUSSEX, 2014, p. 214-219) nos países da Europa Ocidental. A seguir, algumas das razões para esses fatores.

Primeiro, faz-se necessário apresentar a relação energética entre a Rússia e a Europa. Os principais consumidores dos recursos energéticos russos são a Europa e a China (ver Gráficos 7, 8 e 9).

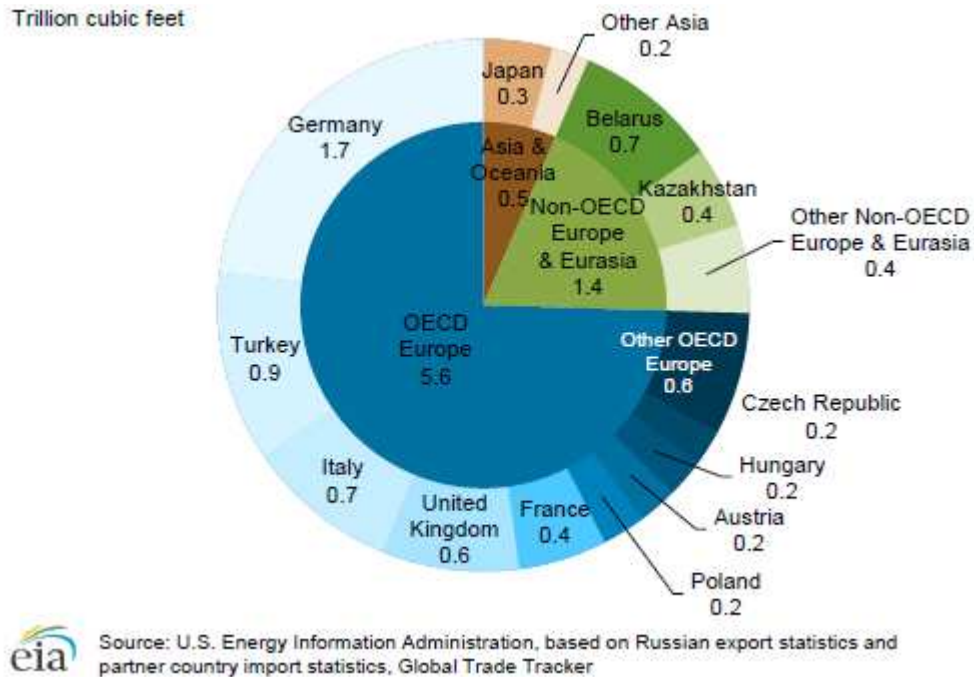
Gráfico 7 - Destino das Exportações Russas de Petróleo (bruto e condensado) em 2016



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da EIA (2017, p. 11).

No gráfico 7 observa-se que a China lidera o ranking com 18% do destino das vendas de petróleo, seguida pela Holanda (13%) e pela Alemanha (12%). Os demais países com percentuais expressivos de exportação localizam-se principalmente na Europa, com exceção do Japão (4%), o único país asiático a ocupar espaço dentre os destinos russos, e, claro, as duas ex-repúblicas soviéticas, Bielorrússia (7%) e Lituânia (3%).

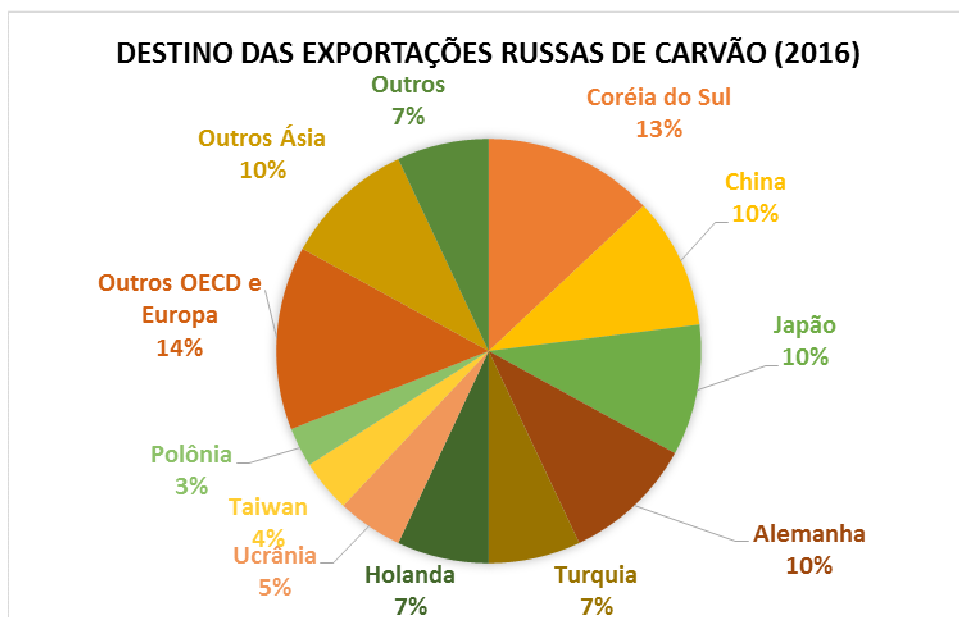
Gráfico 8 - Destino das Exportações Russas de Gás Natural em 2016



Fonte: EIA (2017, p. 21).

Em relação ao gás natural, ao visualizar o gráfico 8 é notória a relevância da Europa, que representa 75% da demanda russa. Já a China não figura entre os principais clientes de gás natural da Rússia devido a sua produção interna e importações da Ásia Central, principalmente do Turcomenistão (GABUEV, 2015, p. 03).

Gráfico 9 - Destino das Exportações Russas de Carvão em 2016



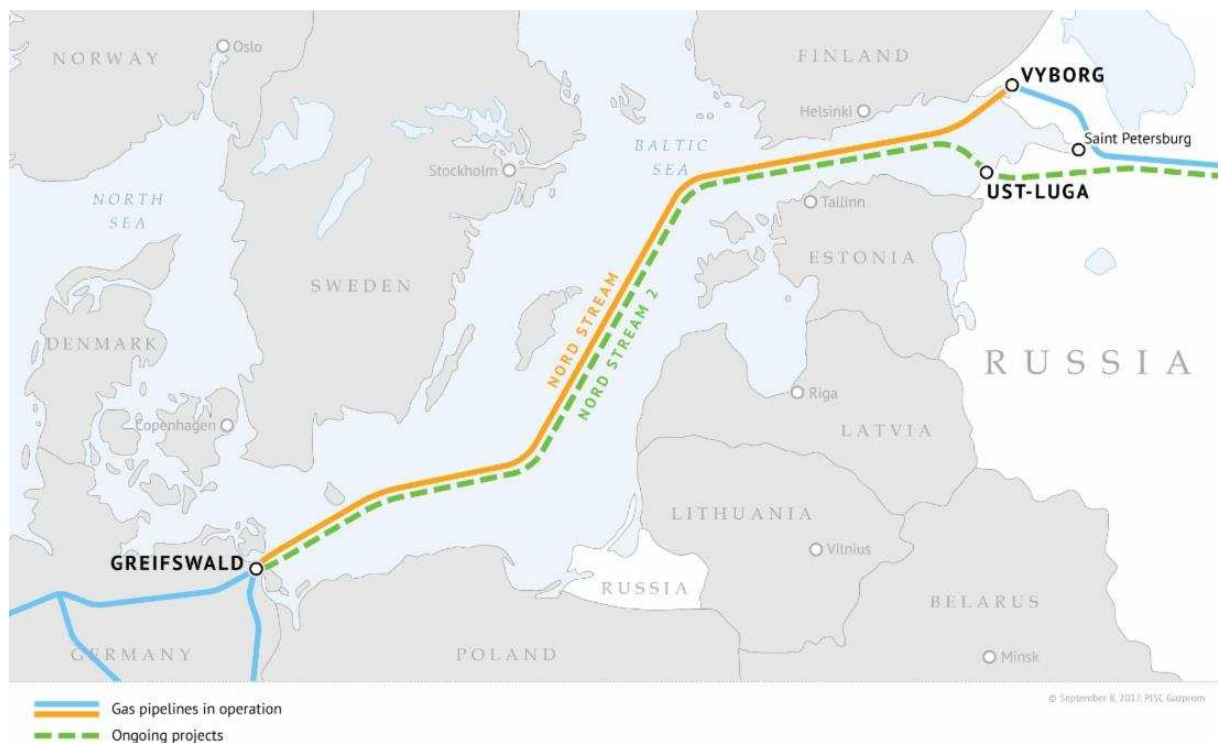
Fonte: Elaboração própria a partir de dados da EIA (2017, p. 28).

Por fim, o gráfico 9 informa que 40% das exportações russas de carvão são enviadas para Europa, porém a liderança cabe à Coréia do Sul (13%) e à China (10%).

Dentre os consumidores europeus, a Alemanha destaca-se como um dos países mais dependentes de recursos energéticos russos. Entre as importações energéticas da Alemanha, 40% do petróleo, 35% do gás natural e 32% do carvão provém apenas da Rússia (AMELANG, WETTENGEL, 2019). Em razão disso, foi construído (entre 2010-2012) o gasoduto *Nord Stream* que sai da Rússia direto para Alemanha via Mar Báltico, e encontra-se em construção o *Nord Stream 2* (ver mapa 2), que realiza o mesmo percurso que o primeiro com o objetivo de atender a demanda alemã e europeia, em geral (GAZPROMe).

De acordo com Siddi (2018, p. 266), a Alemanha possui uma postura cooperativa com a Rússia conhecida como *Ostpolitik*. Fundamentada na parceria energética e comercial, a *Ostpolitik* está presente na política alemã nos últimos 40 anos e já faz parte da identidade da política externa do país (SIDDI, 2018, p. 266).

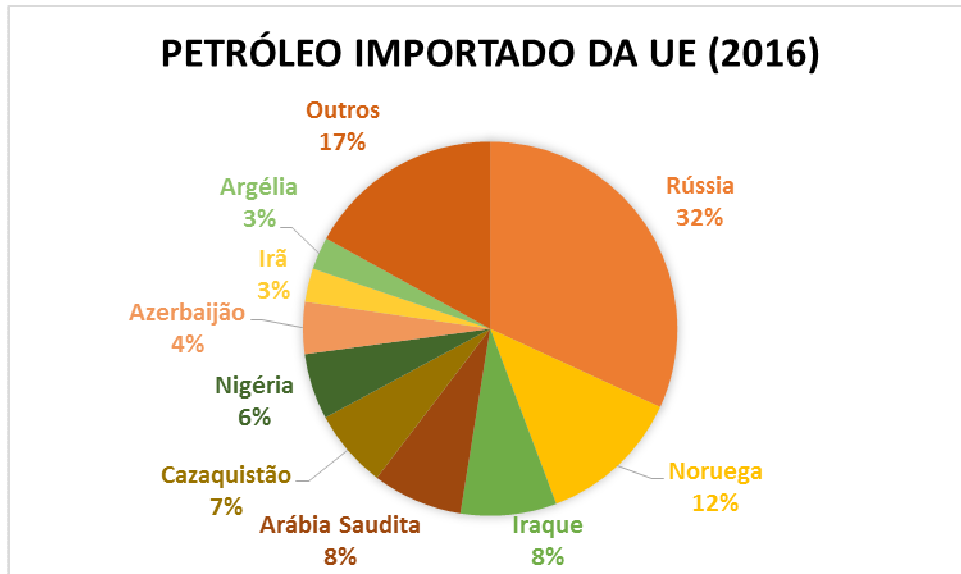
Mapa 2 – Gasoduto Nord Stream



Fonte: GAZPROMb

De acordo com Aalto (2012, p. 04), a realidade é que não só a Alemanha, mas a Europa possui uma forte dependência do fornecimento energético russo (ver gráficos 10, 11 e 12).

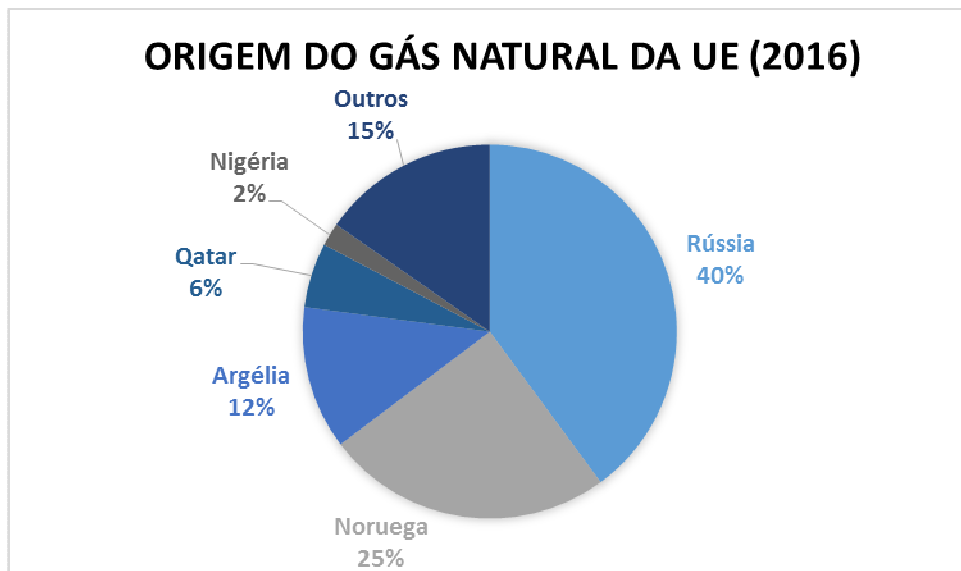
Gráfico 10 - Origem das importações de petróleo bruto da União Europeia em 2016



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Eurostat (2018).

O gráfico 10 ilustra o predomínio do petróleo russo nas importações da *commoditie* pela União Europeia.

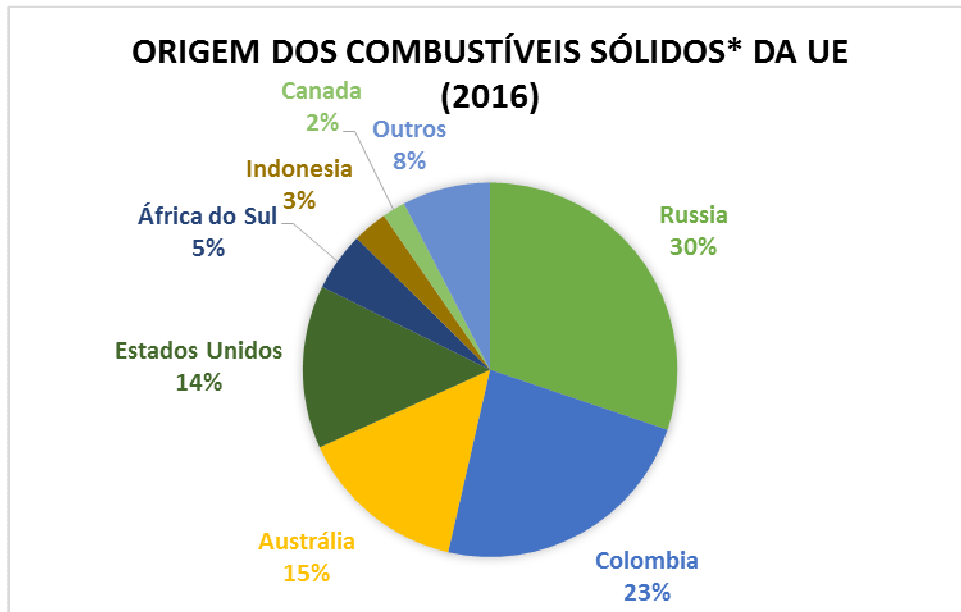
Gráfico 11 - Origem das importações de Gás Natural da União Europeia em 2016



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Eurostat (2018).

O gráfico 11 reflete mais uma vez a Rússia na frente da Noruega como fornecedor de petróleo e gás natural para União Europeia.

Gráfico 12 - Origem das Importações de Combustíveis Sólidos (Carvão) da União Europeia em 2016



*Combustíveis Sólidos: compostos principalmente por carvão.
Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Eurostat (2018).

De fato, há alguns países europeus, inclusive que fazem parte da União Europeia, que dependem consideravelmente dos recursos energéticos russos, como Alemanha, Estônia, Letônia e Lituânia. Contudo, varia de caso em caso e a generalização é errônea.

Ao observar os gráficos de destino das exportações energéticas russas e os de origem das importações energéticas da União Europeia, percebe-se mais uma relação de interdependência. O fornecimento energético russo é tão importante para a União Europeia quanto este mercado consumidor é para Rússia. Só o mercado europeu consome 75% do gás natural (ver gráfico 8), cerca de 60% do petróleo bruto (ver gráfico 7) e 46% do carvão (ver gráfico 9) exportado pela Rússia, enquanto a Rússia é responsável por 40% do gás natural, 32% do petróleo e 30% do carvão (e demais combustíveis sólidos) importados pela União Europeia. Assim, a relação entre Rússia e União Europeia revela-se dessa forma: ou é a Rússia que é dependente desse mercado, ou no máximo os dois interagem de forma interdependente na questão energética.

Isto posto, apesar de Collins (2017, p. 06-07) defender que a Rússia pode empregar a coerção energética contra os países da Europa Ocidental, como fez com vários Estados pequenos que em sua maioria eram ex repúblicas soviéticas, essa suposição parece pouco provável por vários motivos.

Esses dois grupos de Estados são bem distintos. Os países do leste e centro europeu: 1) são Estados mais fracos (econômico, político e militarmente) do que os países da Europa Ocidental; 2) em geral, tem pouco contato com o gás natural liquefeito (GNL) e com outras fontes de fornecimento e, por essas razões, a dependência do gás russo é bem maior que o restante da Europa (COLLINS, 2017, p. 01; SIDDI, 2018, p. 258-259); 3) fazem parte de uma região que a Rússia vê como sua tradicional zona de influência – o espaço pós soviético – o que a deixa mais confortável para fazer uso da coerção energética; e por fim, 4) são países que possuem uma relação energética assimétrica com a Rússia, ou seja, dependem muito mais dos recursos energéticos russos do que Moscou do seus respectivos mercados, uma interrupção no fornecimento de petróleo para esses países causam grandes impactos em sua economia, enquanto a economia russa não sofre grandes consequências por deixar de exportar para eles por um tempo.

Já os países da Europa Ocidental também necessitam do gás natural e petróleo russo, porém: 1) são Estados de maior peso político, econômico e militar – o que torna mais difícil tentar manipulá-los; 2) são mais integrados com o mercado energético global que os seus vizinhos do leste (SIDDI, 2018, p. 258-259); 3) não possuem relações históricas de submissão à Moscou; 4) são importantes parceiros comerciais da Rússia³⁰; e, sobretudo, 5) possuem uma relação de interdependência energética com a Rússia (visto que a maioria deles compõem a União Europeia), assim aplicar a coerção energética, diretamente, nesses países seria prejudicial para própria economia russa que interromperia a exportação para um grande mercado consumidor acarretando em prejuízo imediato e arriscando perder a credibilidade como fornecedor estável, o que, a longo prazo, levaria o país a buscar outro fornecedor. Logo, criar problemas com a Europa Ocidental é muito mais custoso para Rússia, que pode também sofrer uma retaliação comercial ou até criar inimizades políticas com grandes potências mundiais.

Assim, a utilização de recurso energético como arma política pela Rússia parece ser seletiva. Moscou adota a coerção energética com algumas ex repúblicas soviéticas, altamente dependente de seus recursos, e com países mais “fracos” que não sejam seus parceiros comerciais essenciais. Portanto, a relação assimétrica (favorável a Rússia) em termos políticos, econômicos, comerciais³¹, históricos (passado como membro da URSS submetido a Moscou) e

³⁰ Alemanha, por exemplo, é o segundo país no *ranking* de origem das importações russas com 12%, Itália é o quinto com 4,1% e a França é o sexto com 3,4% (OEC, 2017). E nos destinos das exportações russas a Holanda está em segundo lugar com 8,1% e a Alemanha em terceiro com 5,8%, (OEC, 2017).

³¹ Por exemplo, a Rússia representa: 44% das exportações e 56% das importações da Bielorrússia (OEC, 2017a); 9,2% das exportações e 15% das importações da Ucrânia (OEC, 2017b); 11% das exportações e 12% das importações da Lituânia (OEC, 2017c); 23% das exportações e 29% das importações da Armênia (OEC, 2017d); 8,1% das exportações e 9,8% das importações da Letônia (OEC, 2017e); 10% das exportações e 9,7% das

de dependência energética é o critério usado por Moscou para aplicar a coerção energética como ferramenta de política externa.

Aplicar a coerção energética em relações de interdependência pode prejudicar seriamente a economia russa visto que nessas interações o mercado consumidor abrange uma grande parcela das exportações e a interrupção ou suspensão da venda de recursos energéticos compromete, conseqüentemente, uma boa parte da entrada de divisas (SIDDI, 2018, p. 262). Além disso, por serem importantes parceiros comerciais, esses países podem retaliar através do suspensão da importação de outros produtos russos e bloqueio da exportação de produtos para a Rússia. Ademais desavenças econômicas podem repercutir em questões políticas e diplomáticas, deteriorando as relações de Moscou com esses países.

Siddi (2018, p. 262) argumenta que o fato da Rússia não ter interrompido o fornecimento de gás para Europa mesmo no auge da crise da Ucrânia demonstra que Moscou não quer incluir o comércio energético nos conflitos com a União Europeia. Para Siddi (2018, p. 261-262), a Rússia realmente faz uso do comércio de gás para obter concessões políticas com os países da CEI (Comunidade dos Estados Independentes), porém não há nem incentivo nem uma evidência categórica que permita afirmar que Moscou usará o gás como instrumento de barganha política contra a União Europeia.

Pelo contrário, de acordo com Siddi (2018, p. 263), a Rússia aplica uma espécie de *soft power* para melhorar as relações com os parceiros do sul e oeste europeu, através da construção de novos projetos de infraestrutura (*Nord Stream 2* e *TurkStream*, por exemplo), uma vez que torna as exportações de gás menos dependentes da Ucrânia, com a qual teve problemas, e portanto, “despolitiza” o fornecimento de gás para Europa. Logo, não há evidências suficientes que comprovem a existência de uma ameaça à segurança energética da União Europeia decorrente do comércio de gás com a Rússia (SIDDI, 2018, p. 263).

Com Pequim, Moscou também não utiliza a coerção energética pelo simples fato da China se esquadrar mais nas características dos Estados da Europa Ocidental do que nos países do leste e centro europeu. Ou seja, a China é uma potência econômica, possui uma relação de interdependência energética com a Rússia – dado que é o maior importador de petróleo e segundo maior consumidor de carvão da Rússia (ver gráficos 7 e 9), é o principal parceiro

importações da Estônia (OEC, 2017f). Enquanto a relevância comercial desses países para a Rússia é bem menor: Bielorrússia é responsável por apenas 5,4% das exportações e 5,7% das importações russas; a Ucrânia por 2,3% das exportações e 1,9% das importações russas; a Lituânia por 1,1% das exportações e 1,3% das importações russas; a Armênia por 0,33% das exportações e 0,26% das importações russas; a Letônia por 0,47% das exportações e 0,45% das importações russas; a Estônia por 0,48% das exportações e 0,66% das importações russas (OEC, 2017).

comercial de Moscou – ocupa o primeiro lugar no ranking de origem das importações russas (20% das importações são produtos chineses (OEC, 2017)) bem como também é o principal destino das exportações russas (com 11% (OEC, 2017)), e ganha cada vez maior protagonismo no cenário internacional.

É necessário acrescentar que a possibilidade da coerção energética com a China surtir efeitos é ainda menor do que na União Europeia, dado que a primeira possui uma maior diversificação de suas fontes de petróleo do que a segunda (na China 14% do petróleo importado é russo, enquanto na UE esse número sobe para 32% - ver gráficos 10 e 13). Ademais, os recursos energéticos que a China importa em grande quantidade da Rússia são petróleo bruto e carvão, elementos que são mais fáceis de trocar de fornecedor do que o gás natural, cujo recurso é mais difícil de ser transportado, e caso não seja convertido em gás liquefeito (GNL ou LNG, em inglês) e similares, necessita da existência ou construção de uma grande infraestrutura de distribuição (os gasodutos). Embora na União Europeia a Rússia também seja a principal provedora de petróleo bruto e carvão, o recurso que o bloco mais importa de Moscou é o gás natural, que segundo Siddi (2018, p. 256-257) a Europa só consegue obter através de algumas poucas rotas, em sua maioria gasodutos provindos da Rússia, Noruega e Argélia, ou por meio da compra de GNL, que tende a ser mais caro e requer uma infraestrutura adicional (SPUTNIK, 2018c). Xu e Reisinger (2018, p. 10) destacam outra vantagem chinesa: a proximidade com a Ásia Central, região rica em recursos energéticos.

*In effect, even if Russian energy firms (private and state-owned) continue to apply (or at least not go against) the Kremlin's strategy in the future and even if Russia continues to enjoy market power with major consumers such as the EU, a manipulative strategy such as the one conducted **will fail to gain leverage against China**. Indeed, China, in addition to being aware of Russia's game, has developed alternatives to Russian supplies and is seeking domestic options for adjustment (e.g. strategic reserves; energy efficiency; alternative energy sources; new technologies etc.) (MASCOTTO, 2010, p. 15).*

Por essas razões, a Rússia não utiliza os recursos energéticos como instrumento de coerção contra a China, mas utiliza esses recursos como instrumento de cooperação e aproximação, buscando estabelecer uma relação pacífica/agradável com o gigante asiático. Os acordos firmados com a China, em 2009 e 2013, por exemplo, ilustram a cooperação energética entre os dois Estados. No acordo de 2009, o Banco de Desenvolvimento da China (*China Development Bank* – CDB) concedeu um empréstimo que a *Transneft* usaria para concluir a construção do *pipeline* ESPO (*Eastern Siberia-Pacific Ocean*); enquanto a *Rosneft*, em contrapartida, forneceria 15 milhões de toneladas de petróleo para China anualmente durante 20 anos (PAXTON, SOLDATKIN, 2009). E na negociação de 2013, a *Rosneft* receberia US\$ 270 bilhões, e em contrapartida enviaria 300 mil barris de petróleo por dia para China durante

25 anos a partir de 2015 (BBC, 2013). Esses e outros acordos firmados entre os dois países serão abordados com mais detalhes no próximo capítulo.

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

A percepção de segurança energética de um Estado depende de onde ele se encontra na teia do suprimento energético. Como a Rússia é um fornecedor, seu objetivo é assegurar e diversificar sua demanda. Contudo, o presidente Putin enxerga(va) a indústria energética não apenas como uma atividade econômica, mas como o setor estratégico do país com potencial político exploratório. Assim, ao assumir a presidência em 2000, Putin põe em prática seu projeto de utilizar o setor energético para recuperar o país da crise econômica e reinseri-lo como potência no cenário internacional. Seu plano abrangia uma política energética com dois focos: renacionalizar as companhias energéticas (que haviam sido privatizadas no governo de Yeltsin) e desenvolver o setor energético, este último subdividia-se em dois desafios: atrair investimento estrangeiro e superar o isolamento da infraestrutura energética. Com significativos resultados, em virtude também da elevação dos preços e da demanda de petróleo e gás natural a partir de 1999, a economia russa se recuperou e o Estado pode empregar, de forma eficaz, os recursos energéticos como instrumento de política externa. Tal utilização acontece de duas formas: 1) com países dependentes dos recursos russos e relativamente isolados do mercado energético mundial, como os países do leste e centro europeu, aplica-se a coerção energética com o intuito de manter sua esfera de influência; e 2) com os países mais fortes que a Rússia possui uma relação de interdependência energética, utiliza-se o comércio energético para aproveitar o poder econômico desses Estados e realizar importantes cooperações nesse ramo, como a construção do gasoduto *Nord Stream* com a Alemanha e do oleoduto ESPO com a China.

Com a crise da Ucrânia em 2014, que desencadeou o estabelecimento de sanções à Rússia por parte do EUA e da União Europeia, a cooperação sino-russa tornou-se ainda mais necessária para Moscou intensificando o já em processo “*Turn to the East*”, em que Moscou se volta para Ásia em detrimento do Ocidente. Isto posto, o próximo capítulo abordará com mais detalhes a relação energética entre Rússia e China.

3. CHINA NA POLÍTICA ENERGÉTICA RUSSA

A Rússia tem se voltado cada vez mais para o Oriente. Em seus documentos oficiais de política externa, Moscou afirma que a habilidade ocidental de dominar a economia e a política mundial tem diminuído, enquanto o poder global e o potencial de desenvolvimento estão mudando para a Ásia-Pacífico (MID, 2013, 2016). Artyom Lukin (2019, p. 01) afirma que o redirecionamento da Rússia para o leste (“*Turn to the East*”) começou já nos anos 2000 quando a Rússia percebeu a crescente importância econômica da Ásia, ainda assim o Kremlin procurava manter parcerias com ambos os lados – ocidente e oriente. Entretanto, com a Crise da Ucrânia (2014), que resultou na anexação da Crimeia pela Rússia e nas sanções impostas por EUA e União Europeia, as relações com o Ocidente foram abaladas e Moscou precisou intensificar o redirecionamento de suas estratégias de comércio e investimento para a Ásia, mais precisamente a China (LUKIN, Artyom; 2019, p. 01-02).

O foco na China deve-se ao fato do país ser a segunda maior economia mundial (FUNAG; PORTILO, 2018), possuir significativo (volume de recursos financeiros) excedente de capital e ainda ser um dos maiores consumidores e importadores energéticos³² o que representa uma complementariedade à economia russa que é uma das três maiores produtoras e exportadoras de energia³³ e necessita de investimento estrangeiro para desenvolver sua infraestrutura energética (PUTIN, 1999, p. 51). Atualmente, a cooperação energética sino-russa já abrange comércio de recursos energéticos, investimentos no setor energético, participação em ações, desenvolvimento de infraestrutura, intercâmbio de tecnologias, projetos de energia nuclear, e explorações no Ártico (YILMAZ, DAKSUEVA, 2017, p. 02,10).

O presente capítulo analisa a importância da China na política energética russa, para isso apresenta a relevância da demanda chinesa e os acordos com Pequim que propiciaram investimento para desenvolver e expandir o setor energético russo. O argumento apresentado aqui é que a questão energética promoveu a aproximação e aprofundamento do relacionamento sino-russo, provocando um transbordamento da esfera econômica e energética para questões políticas e securitárias. O capítulo divide-se em três partes: a primeira apresenta a aproximação

³² A China é o maior consumidor mundial de carvão (responsável por 50,7% da parcela mundial em 2017), hidroeleticidade (28,5%) e outros renováveis (eólica, solar, geotérmica, biomassa – 21,9%); segundo maior consumidor de petróleo (13%); e terceiro maior consumidor de gás natural (6,6 %) e energia nuclear (9,4%). Além disso, a China é o maior importador mundial de petróleo (15,2%) (BP STATISTICAL REVIEW OF WORLD ENERGY, 2018, p. 15-44).

³³ A Rússia é o segundo maior produtor mundial de gás natural (responsável por 17,3% da parcela mundial em 2017; terceiro produtor mundial de petróleo (12,2%) e carvão (5,5%); e quarto maior produtor mundial de eletricidade (4,3%). Além de ser o maior exportador mundial de petróleo (12,7%) e gás natural via *pipeline* (29%) (BP STATISTICAL REVIEW OF WORLD ENERGY, 2018, p. 14-46).

dos dois Estados no pós Guerra Fria; a segunda trata da cooperação energética – sobretudo petróleo e gás natural; e a terceira analisa como a referida interação estimulou o aprofundamento e transbordamento da cooperação sino-russa para outras áreas.

3.1 Relacionamento Sino-Russo

Desde que iniciou sua abertura econômica na década de 1970, a demanda chinesa por energia aumentou consideravelmente. A elevação no consumo industrial, civil e militar reposicionou a China como o maior consumidor e importador de energia do mundo³⁴ (YILMAZ, DAKSUEVA, 2017, p. 02). Apesar da proximidade geográfica com a Rússia, a China permaneceu relutante, por um bom tempo, em firmar laços energéticos com o vizinho (YILMAZ, DAKSUEVA, 2017, p. 02).

Com o início da Perestroika (1985-1991) e o aprofundamento das reformas chinesas, Moscou e Pequim abandonaram os argumentos ideológicos e passaram a discutir questões mais concretas, surge, então, um novo tipo de relações entre os dois países que não é mais baseada em ideologia, mas em interesses pragmáticos e voltada para a cooperação na promoção de seus próprios interesses no mundo, não contra terceiros (LUKIN, Alexander; 2018, p. 76-77). Segundo Alexander Lukin (2018, p. 76-77) esse novo relacionamento fora denominado “parceria estratégica”, e as causas do seu surgimento são várias, mas consistem principalmente no reconhecimento gradual da similaridade de interesses no sistema internacional e de situação geopolítica.

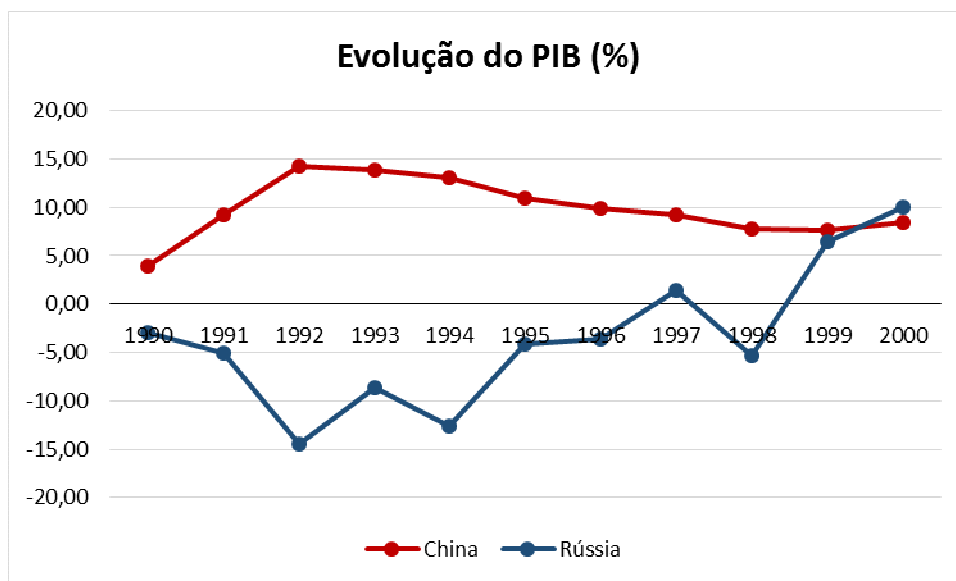
Por outro lado, Kaczmarek (2015, p. 08) defende que a cooperação entre Pequim e Moscou foi possibilitada pelo colapso da União Soviética e a consequente crise econômica na Rússia, posto que Moscou não estava mais em condições de perseguir um *status* de superpotência e os dois países encontravam-se em circunstâncias de relativa igualdade em uma ordem unipolar liderada pelos EUA. A implementação pelo Kremlin da chamada “terapia de choque” – implementação de reformas, sob a direção do FMI e Banco Mundial, para instaurar uma economia de mercado em uma velocidade extremamente rápida com o objetivo de liberalizar e privatizar (CHENOY, KUMAR; 2017, p. 154-155) – provocou crise e estagnação na Rússia (ver gráfico 13) (KACZMAREK, 2015, p. 10-11). Já na China a transição do regime socialista para o capitalista, realizada de forma gradual, teve o efeito inverso, acarretando em grande crescimento econômico (KACZMAREK, 2015, p. 10-11). Além do gradualismo nas

³⁴ De acordo com a *BP Statistical Review of World Energy* (2018, p. 15,24), a China é o maior importador com 15,2% e o segundo maior consumidor mundial de petróleo com 13%, atrás apenas do EUA (20,2%).

reformas e na abertura econômica, a China modificou apenas seu regime econômico, enquanto sua esfera política manteve-se inalterada, em contraposição a Rússia transitou para o regime capitalista e democrático de forma conjunta e acelerada.

O gráfico 13 ilustra a crise econômica que a Rússia atravessou nos anos 1990 após a implementação das reformas citadas. A elevação no PIB, a partir de 1999, deve-se ao aumento nos preços e na demanda por petróleo e gás natural (CHENOY, KUMAR, 2017, p. 87; GOLDMAN, 2008, p. 96).

Gráfico 13 - Evolução do PIB da Rússia e China (1990-2000) em %



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do *World Bank*.

Rússia e China romperam o passado de desunião e hoje compartilham vários interesses e objetivos, a saber: 1) findar a hegemonia estadunidense e instaurar uma ordem multipolar – pois em um mundo com vários líderes nenhum será capaz de ditar regras ou condições monopolistas; 2) enfraquecer a leitura liberal dos direitos humanos, já que ambos rejeitam os valores “universais” impostos pelo Ocidente; 3) reformar o sistema financeiro internacional - com a finalidade de aumentar a participação de países orientais no Banco Mundial e FMI e ampliar o uso de moedas regionais no comércio internacional; 4) desenvolver o intercâmbio comercial e de investimento entre os dois Estados, com destaque para o setor energético (BOLT, 2014, p. 50-52); 5) preservar o sistema de direito internacional fundamentado no princípio da soberania dos Estados, cuja essência está na ONU e no Conselho de Segurança; 6) combater o separatismo; 7) promover a estabilidade política e o desenvolvimento econômico da Ásia

Central; e 8) salvaguardar o princípio da não interferência nos assuntos internos (LUKIN, Alexander; 2018, p. 78-79).

Dentre os objetivos supracitados, o desenvolvimento do intercâmbio comercial e de investimentos no setor energético é o fator que promove a união desses dois países visto que há uma complementariedade econômica nesse âmbito. A Rússia possui grandes reservas³⁵ de recursos naturais, principalmente petróleo e gás, porém precisa de investimento para desenvolver sua infraestrutura energética, enquanto a China necessita de recursos energéticos para manter seu crescimento econômico e possui capital para investir e construir a infraestrutura necessária para seu abastecimento energético (BOLT 2014, p. 50-52).

De acordo com Salin (2011, p. 72), a essência das relações bilaterais entre Rússia e China pode ser resumida na seguinte sentença³⁶: “Recursos naturais russos em troca do acesso aos recursos financeiros chineses, incluindo empréstimos vinculados”. Salin (2011, p. 73) argumenta que o objetivo da política de Pequim é ganhar acesso aos recursos naturais e energéticos russos, bem como estabelecer laços econômicos de longo prazo para garantir a manutenção e o crescimento da economia chinesa; enquanto o objetivo da política de Moscou é buscar assegurar a exportação de seus recursos naturais (cujo local de trânsito fornece oportunidades naturais para desenvolvimento de transporte, estoque e serviços de infraestrutura) e obter mão de obra e capital chinês.

Em 1996, Pequim e Moscou estabeleceram o Comitê de Cooperação Energética Russo-Chinês (*Russian-Chinese Energy Cooperation Committee*) que reforçou a cooperação bilateral. Porém, nessa época, Xu e Reisinger (2018, p. 03) afirmam que a demanda chinesa de recursos energéticos russos ainda era pequena. Nesse mesmo ano, Rússia e China declaram uma “parceria estratégica”, unidos sobretudo pela defesa da multipolaridade, oposição a hegemonia americana e salvaguarda do papel da ONU nos assuntos internacionais (KACZMARSKI, 2015, p. 11).

A relação entre Pequim e Moscou é intensificada quando os dois países assinam, em 2001, o Tratado de Boa Vizinhança e Cooperação Amigável (YILMAZ, DAKSUEVA, 2017, p. 02). Contudo, é somente a partir de 2008, quando outro mecanismo de negociação é fundado, o Diálogo Energético Russo-Chinês (*Russia-China Energy Dialogue – RCED*), que a

³⁵ A Rússia possui a maior reserva mundial de gás natural (18,1%), seguido pelo Irã (17,2%) e Qatar (12,9%); a segunda maior reserva mundial de carvão (15,5%), atrás dos EUA (24,2%); e a 6º maior reserva mundial de petróleo (6,3%), atrás da Venezuela (17,9%), Arábia Saudita (15,7%), Canadá (10%), Irã (9,3%) e Iraque (8,8%) (BP STATISTICAL REVIEW OF WORLD ENERGY, 2018, p. 12, 26, 36).

³⁶ Trecho de um acordo realizado em 2009 entre os dois países, no qual a Rosneft e a Transneft receberam crédito chinês em troca de fornecimento de petróleo a longo prazo à China (*Rosneft*) e pela conclusão da construção do canal/gasoduto Leste da Sibéria – Oceano Pacífico (Transneft) (SALIN, 2011, p. 73).

cooperação energética sino-russa entra numa rota de rápido desenvolvimento. Isso ocorreu, na percepção dos autores, em razão de que praticamente todas as cooperações bilaterais cruciais no setor energético, desde 2008, foram discutidas e alcançadas no contexto da RCED (XU, REISINGER, 2018, p. 03-12). A título de exemplo, foi a partir de 2008 que a Rússia deixou de exportar gás para China no mesmo preço que vendia para o mercado europeu. A RCED possibilitou uma fixação de preço mais pragmática e a cooperação se intensificou (XU, REISINGER, 2018, p. 12).

Atualmente, a China é o principal parceiro comercial da Rússia, ocupa o primeiro lugar no *ranking* de origem das importações (com 20%), seguido por Alemanha (12%) e Bielorrússia (5,7%); e também é o principal destino dos produtos russos – sendo responsável por 11% das exportações (OEC). Já a Rússia figura no décimo lugar no destino das exportações chinesas, com 1,8%, ao lado da Holanda e Cingapura e é a 11^o fonte das importações chinesas (com 2,5%) (OEC, 2017g). Para Kaczmarek (2015, p. 21), essa disparidade de relevância comercial – na qual a Rússia tem um menor peso nas questões comerciais para a China do que o inverso – e a própria estrutura do intercâmbio comercial dos dois países – em que Moscou exporta sobretudo matéria prima (53% petróleo bruto, 6,2% petróleo refinado, 5,4% madeira serrada, 4,6% briquetes de carvão (OEC, 2017h)) e importa produtos industrializados (10% equipamentos de transmissão, 5,7% unidades de disco digital, 2,4% calçados de borracha, 2,3% peças de veículos (OEC, 2017i)) – representa uma desvantagem para a Federação Russa.

Embora a aproximação da Rússia e da China tenha iniciado bem antes da Crise na Ucrânia (2014), isso não quer dizer que os problemas decorrentes da Crise na Ucrânia não tenham influenciado a relação sino-russa (LUKIN, Alexander; 2018, p. 76). De acordo com Salin (2011, p. 60-71), a concepção da população russa em relação à China muda dinamicamente, sendo inversamente proporcional às relações com o Ocidente, ou seja, quanto pior as relações com o Ocidente, melhor a percepção russa da China e vice versa. A partir de acontecimentos recentes se constata que não somente a percepção, mas a própria política externa russa se comporta dessa forma: quanto mais distante do Ocidente mais próxima da China.

Guiada pela deterioração das relações com o Ocidente e por interesses econômicos, após a Crise na Ucrânia (2014), que resultou na anexação da Crimeia pela Rússia e na imposição de sanções estadunidenses e europeias ao país, Moscou direciona-se para Pequim. Em razão do aumento de seu consumo energético, a China torna-se um destino natural para a Rússia anular as perdas de receita resultantes das sanções e da queda nos preços do petróleo (YILMAZ, DAKSUEVA, 2017, p. 09). A força financeira chinesa também permite grandes acordos

energéticos que envolve extensos investimentos em logística, construção, e obras de manutenção (YILMAZ, DAKSUEVA, 2017, p. 09).

3.2 Cooperação Energética Sino-Russa

Embora a Europa como um todo ocupe uma posição de destaque enquanto consumidor energético dos recursos russos (posto que importa 75% do gás natural, quase 60% do petróleo e 46% do carvão russo), ao examinar os países isoladamente a China ultrapassa os Estados europeus como destino das exportações russas de petróleo e carvão (dado que ocupa o primeiro lugar nas exportações de petróleo (18%) e segundo lugar nas de carvão (10%) – ver gráfico 7 e 9), perdendo espaço apenas no gás natural (ver gráfico 8). O baixo nível das importações chinesas de gás natural russo é compreensível quando se considera que a China só começa a importar gás natural a partir de 2007 (EIA, 2015, p. 16), e mesmo assim ainda produz 62% do que consome (BP STATISTICAL REVIEW OF WORLD ENERGY, 2018, p. 28-29). Ademais, quando a China iniciou suas importações de gás natural, a pouca quantia não despertou o interesse da Gazprom, o que provocou o direcionamento chinês para o gás da Ásia Central, em especial o Turcomenistão (GABUEV, 2015, p. 03).

Entretanto, algumas parcerias sinalizam que Pequim também ganhará importância nas exportações russas de gás natural, a saber: 1) os acordos de fornecimento de gás natural a longo prazo firmados entre Moscou e Pequim (ESTADÃO, 2013; ROSNEFT, 2013; HORNBY, ANDERLINI, CHAZAN, 2014; GAZPROM, 2015); 2) o financiamento chinês no Projeto energético russo Yamal LNG – o qual a China já possui aproximadamente 30% das ações (BERMINGHAM, 2016; EFE, 2017); 3) a construção de um gasoduto que liga os dois países – *Power of Siberia* (GAZPROMc); e 4) a mudança, já em processo, na matriz energética chinesa (atualmente composta por 62% de carvão, 18,3% de petróleo, e apenas 6,4% de gás natural (NATIONAL BUREAU OF STATISTICS OF CHINA)) em direção a recursos que emitam menos gases poluentes na atmosfera e que tenham uma queima mais eficiente (YILMAZ, DAKSUEVA, 2017, p. 06).

O interesse chinês na cooperação com a Rússia consiste em: 1) garantir segurança energética através da diversificação das suas fontes de abastecimento energético, visto que grande parte das importações provém do Oriente Médio e da África Ocidental, cujas rotas marítimas de fornecimento podem ser bloqueada caso os Conflitos no Mar do Sul da China³⁷

³⁷ Os problemas nessa região envolvem a disputa pela posse dos recursos marítimos dispersos em quatro grupos de ilhas (dentre elas as Ilhas Spratly e Paracel) e a delimitação de águas territoriais reivindicadas pela China, Taiwan, Vietnã, Filipinas, Indonésia, Malásia e Brunei; o cenário piora com a participação de atores externos como

piores (YILMAZ, DAKSUEVA, 2017, p. 08-23; SALIN, 2011, p. 60); 2) investir seu capital excedente; 3) importar armamentos³⁸; 4) intensificar o intercâmbio comercial (BOLT, 2014, p. 50-57); e 5) formar uma parceria para contrabalancear o EUA e promover a estabilidade política da Ásia Central (LUKIN, Alexander; 2018, p. 78-79).

O objetivo da Rússia na cooperação com a China é, sobretudo, assegurar demanda para seus recursos naturais, adquirir capital para investimento no setor energético, aproveitar mão de obra chinesa (SALIN, 2011, p. 73), e estabelecer uma parceria estratégica com Pequim que, segundo Xu e Reisinger (2018, p. 03), teria a função de realçar o papel de grande potência da Rússia no sistema internacional. Para Alexander Lukin (2018, p. 81), a cooperação com a China fortalece a posição russa no cenário internacional como um “centro de poder independente”.

Nas negociações bilaterais russo-chinesas no diálogo RCED, Xu e Reisinger (2018, p. 12) concluíram que a habilidade chinesa em moldar a agenda é maior do que a russa visto que quase todas as propostas iniciadas pela China foram realizadas e as mudanças nos tópicos da RCED refletiram, predominantemente, as necessidades energéticas chinesas (a Rússia manteve-se relativamente passiva em termos de configuração de agenda durante o período de 2008 até 2015); ademais constatou-se que a Rússia utiliza a manipulação do preço dos recursos energéticos como principal método para influenciar no processo de barganha.

A inabilidade russa em delinear a agenda pode estar associada à disparidade econômica entre China e Rússia. Moscou precisa fortalecer sua capacidade econômica para ganhar uma posição de mais vantagem na sua barganha energética com a China (XU, REISINGER, 2018, p. 16). A China está em vantagem desde a transição bem sucedida para o capitalismo frente ao fracasso enfrentado pela Rússia nos anos 1990 durante a adoção da “terapia de choque”, ainda mais exacerbada com os efeitos da crise de 2008, na qual enquanto a China acelerou sua ascensão internacional a Rússia entrou em um período de estagnação, enquanto o PIB chinês cresceu 8,5%, o PIB russo caiu 7,5%, argumenta Karczmarski (2015, p. 22). As consequências

EUA, Japão, Índia e Austrália atraídos pela importância estratégica dessas águas (YILMAZ, DAKSUEVA, 2017, p. 20).

³⁸ Esse comércio teve início em 1989 quando EUA e Europa recusaram-se a vender alguns tipos de armamentos militares para China e o país precisou recorrer às armas da Rússia, que desde então tornou-se o principal fornecedor de armas para Pequim (BOLT, 2014, p. 57). Bolt (2014, p. 58) afirma que a comercialização de armamentos entre esses países teve seu ápice em 2005, e desde então tem diminuído por várias razões, dentre elas: 1) a indústria de defesa chinesa desenvolveu-se e tornou-se capaz de produzir muitas das armas que antes importava de Moscou; 2) a recusa russa de vender equipamento militar de alta tecnologia para China, ao mesmo tempo que estava disposta a vender tais equipamentos à Índia, desagradou Pequim; 3) a desconfiança russa de que a China poderia usar tecnologia russa para construir suas próprias armas e, posteriormente, concorrer com a Rússia no comércio de armas internacional; 4) Moscou também estava preocupada com as implicações da China tornar-se uma potência militar, o que consequentemente afetaria o equilíbrio de poder na região da Ásia-Pacífico e entre Rússia e China.

da crise de 2008 aprofundaram as assimetrias entre Rússia e China (KARCZMARSKI, 2015, p. 22).

Na análise de Xu e Reisinger (2018, p. 02), a literatura aponta vários fatores que impulsionaram a cooperação energética russo-chinesa, a saber: 1) a coincidência de oferta e demanda – a necessidade energética chinesa e abundância de reservas energéticas russas; 2) a deterioração das relações russas com o Ocidente – isso incentivou Moscou a ir além dos acordos energéticos pragmáticos e de curto prazo com a China para uma cooperação estratégica; 3) o desejo russo de utilizar a cooperação energética com a China para promover seu status econômico no Nordeste Asiático e na Ásia Pacífico (SHADRINA, BRADSHOW, 2013, p. 62); por fim, 4) o interesse de Moscou em promover o desenvolvimento econômico do Extremo Oriente e da Sibéria Oriental (LEE, LUKIN, 2016, p. 182).

O desenvolvimento do Extremo Oriente da Rússia é uma das grandes preocupações de Moscou, a população local tem diminuído e a desigualdade econômica entre a região e os países vizinhos da Ásia Pacífico (principalmente a China com seu crescimento econômico) tem aumentado, em razão dessa combinação de fatores Moscou teme perder o controle sobre essas áreas e busca assegurar que elas permanecerão sob seu comando (XU, REISINGER, 2018, p. 03). Mesmo com a aprovação da “Estratégia para Desenvolvimento Socioeconômico do Extremo Oriente e da Região de Baikal até 2025” (Estratégia 2025), Bolt (2014, p. 55) argumenta que a corrupção, a “ineficiência burocrática” do governo russo, e a ausência de recursos minam os esforços. Portanto, um dos objetivos de Moscou na cooperação energética com Pequim é justamente explorar as muitas possibilidades de cooperação econômica nessa região com a China (XU, REISINGER, 2018, p. 03).

Apesar da Rússia considerar esta opção arriscada por acreditar que o Extremo Oriente pode ser transformado em um “apêndice” chinês (BOLT, 2014, p. 55), Moscou tem lutado para atrair investimento de Pequim nessa região, inclusive estabeleceu privilégios fiscais e aduaneiros em 2015. Entretanto os investimentos chineses no Extremo Oriente ainda são modestos (SPIVAK, FOY, 2019).

Já Yilmaz e Daksueva (2017, p. 08-09) defendem que o relacionamento energético entre Rússia e China tem evoluído nos últimos anos em resposta a dois tipos de desafios: 1) geopolíticos – mais precisamente os Conflitos no Mar do Sul da China e a Crise na Ucrânia que acarretou na anexação da Crimeia pela Rússia e imposição de sanções econômicas à Moscou por parte de algumas potências ocidentais (esses dois conflitos são abordados no próximo tópico); e 2) geoeconômicos, ambos buscam diversificar suas relações energéticas, pois as exportações russas são destinadas majoritariamente ao mercado europeu (75% do gás natural –

ver gráfico 8, cerca de 60% do petróleo bruto – ver gráfico 7, e 46% do carvão – ver gráfico 9), e as importações chinesas de petróleo provém predominantemente da África Ocidental e do Oriente Médio (60% - ver gráfico 14), essas regiões realizam o transporte dos recursos chineses pelas rotas marítimas que atravessam o Estreito do Malaca, local que pode ser bloqueado caso os Conflitos no Mar do Sul da China piorem, além disso a instabilidade política do Oriente Médio é outro fator de preocupação para o abastecimento energético chinês. Por esses fatores, a necessidade de diversificação chinesa é ainda maior do que a russa.

A Rússia, portanto, é de grande relevância pra China como exportador energético (SALIN, 2011, p. 60; GABUEV, 2015, p. 02) e, atualmente, é o único fornecedor que pode garantir abastecimento estável se houver conflito militar entre Pequim e Washington ou simplesmente se a situação no garantir abastecimento estável se houver conflito militar entre Pequim e Washington ou simplesmente se a situação no Oceano Mundial estiver desestabilizada (SALIN, 2011, p. 61). Os dois Estados aprofundam a cooperação energética como uma estratégia de diversificação de exportação e importação que tem se mostrado compatível e complementar e como resposta aos desafios geopolíticos (YILMAZ, DAKSUEVA, 2017, p. 07-09).

Ademais, de acordo com Xu e Reisinger (2018, p. 04-05), o personalismo é uma forte característica da estrutura política russa, e tem sido ainda mais evidente na diplomacia energética para a China, na qual Putin exerce impacto pessoal nas negociações. Apesar de Putin ter estipulado limites aos investimentos externos nos setores estratégicos, dentre eles, o energético, Xu e Reisinger (2018, p. 05-13) afirmam que a simpatia³⁹ do presidente russo com o líder chinês Xi Jinping (no poder desde 2013) influenciou a relação entre os dois países. Putin está mais disposto a abrir o setor energético às corporações chinesas, interferir para finalizar acordos energéticos, e participar em cooperação multilateral liderada por Pequim, demonstrando assim uma unidade sino-russa nas questões internacionais. E em contrapartida, Xi Jinping também está mais propenso a providenciar financiamento econômico para a Rússia, especialmente no campo energético (XU, REISINGER, 2018, p. 05-13).

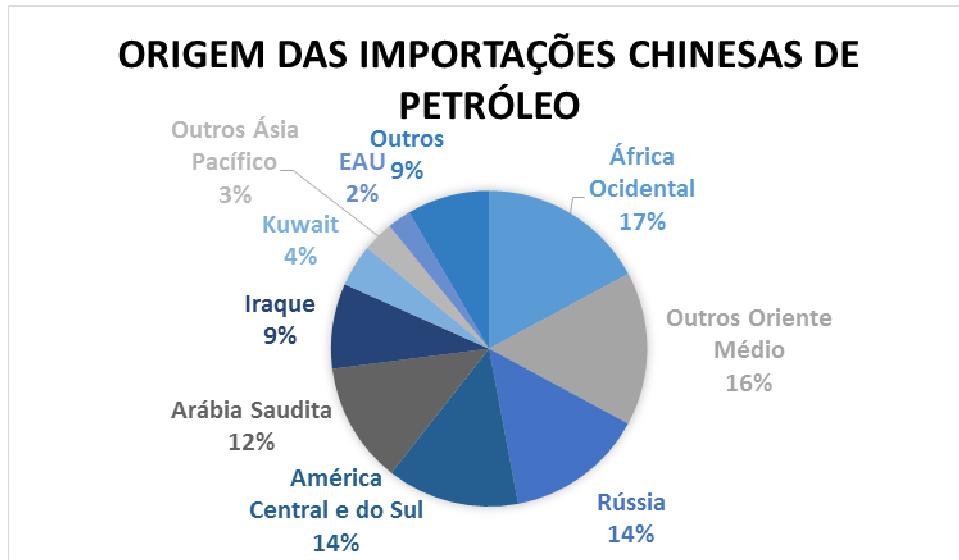
3.2.1 Petróleo

A partir de 2016, a Rússia torna-se o principal fornecedor de petróleo (bruto) para China (responsável por 14% das importações chinesas da *commoditie*, ver gráfico 14) ultrapassando

³⁹ Xu e Reisinger (2018, p. 13) denominam de “amizade” e afirmam que esse bom relacionamento deve-se ao fato de terem praticamente a mesma idade, (apenas 7 meses de diferença), compartilharem uma simpatia com a URSS, e Xi Jinping ainda admitir que possui um caráter muito parecido com Putin.

a Arábia Saudita (12%) que se mantinha no topo desde 2001 (DOWNS, 2018). A China, por sua vez, também é o principal destino das exportações russas de petróleo (responsável por 18% da demanda externa – ver gráfico 7).

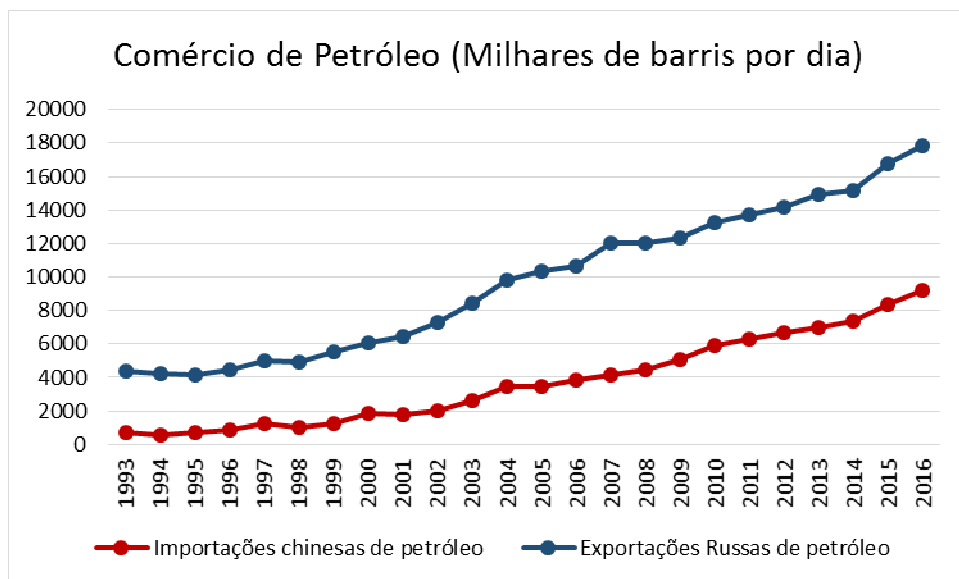
Gráfico 14 - Origem do petróleo bruto importado pela China em 2017



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do *BP Statistical Review of World Energy* (2018, p. 24).

O gráfico 15 ilustra a importância desse comércio para a Rússia, dado que a demanda chinesa tem um impacto direto na curva das exportações do petróleo russo.

Gráfico 15 - Comércio de Petróleo em milhares de barris por dia (1993-2016)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do *BP Statistical Review of World Energy June 2017*.

Xu e Reisinger (2018, p. 15) afirmam que desde 2014, a taxa de crescimento do PIB chinês vem declinando gradualmente, e por a economia russa estar mais dependente dos laços energéticos com a China, uma mudança na demanda energética chinesa e na queda na taxa de crescimento do PIB pode prejudicar seriamente o crescimento russo. Conforme Elvira Sahipzadovna Nabiullina, chefe do banco central russo desde 2013, uma contração na economia chinesa é o desafio mais sério para economia russa, cada queda de 1% no crescimento do PIB chinês corresponde a 5% de declínio no crescimento econômico russo (XU, REISINGER, 2018, p. 15).

O comércio de petróleo entre a Rússia e China cresceu sob condições geográficas e econômicas favoráveis. Em termos geográficos, a Rússia possui grandes campos de gás natural e petróleo na Sibéria Oriental, região fronteira ao nordeste chinês industrializado. Em termos econômicos, a economia russa baseada em recursos é complementar a economia industrial/fábrica chinesa (YILMAZ, DAKSUEVA, 2017, p. 03-04).

Downs (2018) argumenta que a tendência é que a Rússia permaneça como principal fonte de petróleo para China por razões políticas, de infraestrutura, e contratos de fornecimento de longo prazo, como os que foram acordados em 2005, 2009 e 2013. Segundo Meidan (2016, p. 11), em 2005 a China concedeu à Rússia o primeiro empréstimo garantido pelo petróleo (“*oil-backed loan*”), no qual a Corporação Nacional de Petróleo da China (*China National Petroleum Corporation* - CNPC) emprestou US\$ 6 bilhões à Rosneft como pagamento adiantado pelo abastecimento de 48,8 milhões de toneladas de petróleo até 2010 (TREVISAN, 2005).

Em 2009, o Banco de Desenvolvimento da China (*China Development Bank* – CDB) concedeu um empréstimo de US\$25 bilhões para as companhias russas *Rosneft* e *Transneft*. Nessa transação, ficou acordado que a *Transneft* receberia US\$10 bilhões para concluir a construção do *pipeline Eastern Siberia-Pacific Ocean* (ESPO) e construir um trecho do oleoduto até a China (*Skovorodino-Daqing spur*); enquanto a *Rosneft* receberia os outros US\$15 bilhões e, em contrapartida, forneceria 15 milhões de toneladas de petróleo anualmente durante 20 anos (o equivalente a 300 milhões de toneladas no total e a aproximadamente US\$90 bilhões) (PAXTON, SOLDATKIN, 2009). Como resultado desse acordo, em janeiro de 2011, a Rússia iniciou o envio do petróleo bruto para China através do oleoduto ESPO (BOLT, 2014, p. 54).

Em junho de 2013, a petrolífera russa *Rosneft* realizou um acordo de US\$ 270 bilhões com a Corporação Nacional de Petróleo da China (CNPC), no qual se comprometeu a fornecer 300 mil barris de petróleo por dia para China durante 25 anos a partir de 2015 – um total de 365

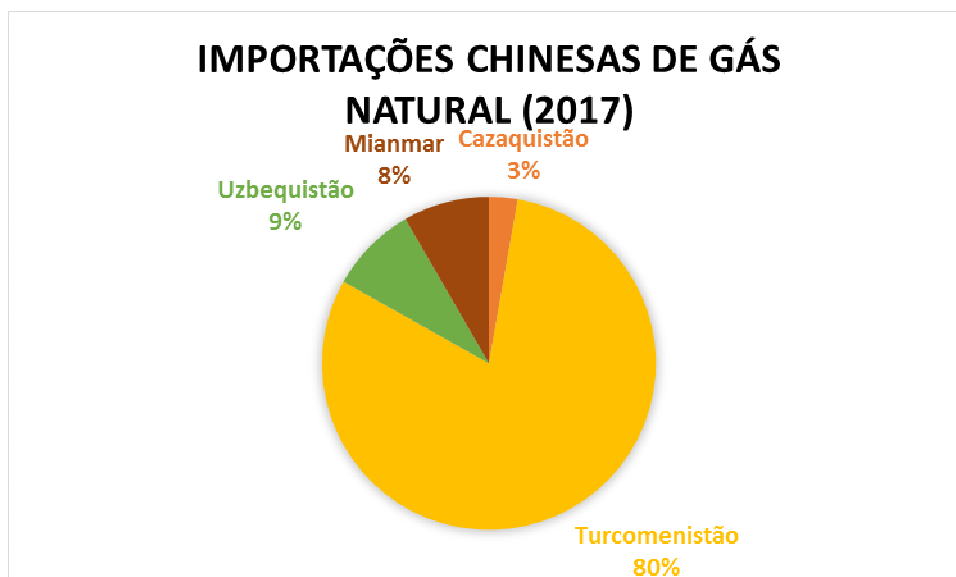
milhões de toneladas de petróleo (BBC, 2013; CLOVER, 2013; EXAME, 2013). Em outubro do mesmo ano, a Rosneft assinou um acordo de 85 bilhões de dólares com a Sinopec, companhia chinesa de refino de petróleo, no qual comprometeu-se a abastecer a companhia com 100 milhões de toneladas de petróleo bruto por um período de dez anos (ROSNEFT, 2013; RT, 2013; ESTADÃO, 2013; PETRONOTÍCIAS, 2013).

O envio de petróleo para China é realizado através de dois oleodutos: o ESPO (concluído em 2010) fornece petróleo para China (trecho *Taishet – Skovorodino –Kozmino –Daqing*) pela rota oriental, e o *Omsk-Pavlodar-Atasu Pipeline*, concluído desde 1980, abastece a China por uma rota ocidental que sai de Omsk na Rússia e atravessa o Cazaquistão até chegar à República chinesa (EIA, 2017, p. 13-14).

3.2.2 Gás Natural

A China começa a importar gás natural a partir de 2007 quando o consumo ultrapassa a produção nacional (EIA, 2015, p. 16) – que hoje supre quase dois terços (62%) da demanda interna (BP STATISTICAL REVIEW OF WORLD ENERGY, 2018, p. 28-29). As importações chinesas de gás natural dividem-se em duas, a saber: importações via gasoduto, oriundas majoritariamente da Ásia Central (ver gráfico 16); e as importação via navios, nesse caso é transportado o gás natural liquefeito (GNL), proveniente principalmente da Austrália e do Qatar (ver gráfico 17). Em 2017, Pequim importou mais GNL (52,6 bmc) do que gás natural via gasoduto (39,4 bmc) (BP STATISTICAL REVIEW OF WORLD ENERGY, 2018, p. 34).

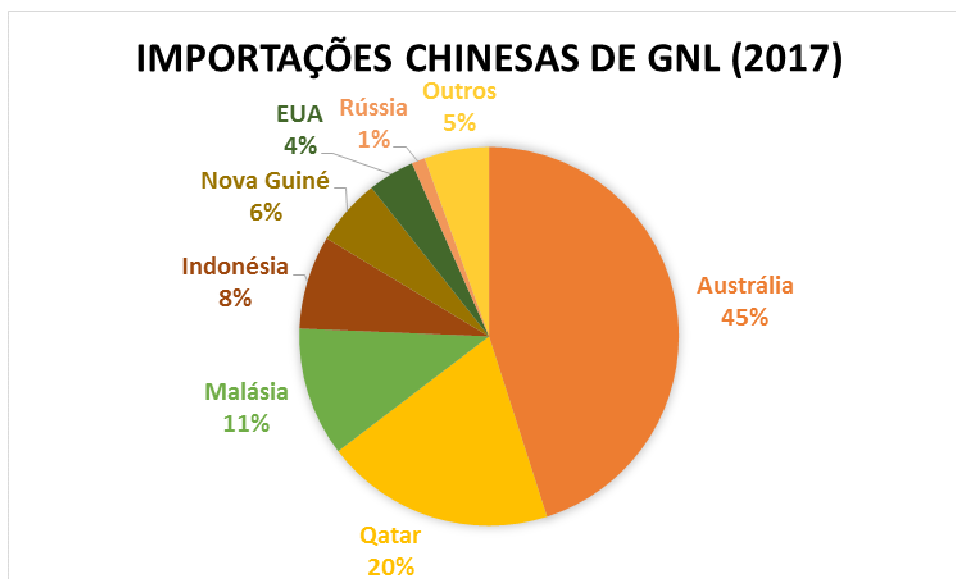
Gráfico 16 - Origem das importações chinesas de Gás Natural (em bmc) via gasoduto em 2017



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do *BP Statistical Review of World Energy* (2018, p. 34).

Na visão de Gabuev (2015, p. 03), o direcionamento chinês ao gás natural do Turcomenistão (responsável por 80% das importações chinesas – ver Gráfico 16) deve-se a grande preocupação de Moscou com sua posição no mercado europeu e ao desinteresse da *Gazprom* com o mercado chinês (esse descaso é derivado da pouca demanda, preços baixos e da regulação estatal chinesa). Assim, em cooperação com a Ásia Central, Pequim construiu (entre 2007 e 2009) o gasoduto Ásia Central-China, que parte do Turcomenistão e atravessa Uzbequistão e Cazaquistão até chegar à região chinesa de Xinjiang (ESTADÃO, 2009). Esse gasoduto, além de diminuir a demanda chinesa urgente do gás natural russo, tornou-se uma importante moeda de barganha para Pequim durante as negociações energéticas com Moscou em 2010 e no acordo de 2014 com a *Gazprom*. Mais tarde, as importações energéticas chinesas do Turcomenistão despertaram o interesse da *Gazprom* pelo mercado chinês (XU, REISINGER, 2018, p. 08-10).

Gráfico 17 - Origem das importações chinesas de Gás Natural Liquefeito (GNL, em bmc) em 2017



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do *BP Statistical Review of World Energy* (2018, p. 34).

Apesar da baixa presença do gás natural russo na economia chinesa, responsável por apenas 1% das importações de GNL do país – ver Gráfico 17, os acordos firmados nos últimos anos indicam a mudança desse quadro. Em outubro de 2013, na mesma rodada de negociações que resultou no contrato de 85 bilhões de dólares entre *Rosneft* e *Sinopec*, a *Novatek*, companhia de gás natural russa, comprometeu-se a enviar anualmente três milhões de toneladas de gás

natural liquefeito (GNL) para a CNPC durante quinze anos (ROSNEFT, 2013; RT, 2013; ESTADÃO, 2013; PETRONOTÍCIAS, 2013).

Em maio de 2014, a *Gazprom* e a estatal chinesa CNPC assinaram um contrato no valor de US\$ 400 bilhões, no qual estabeleceu-se que, durante 30 anos, a *Gazprom* fornecerá 38 bilhões de m³ de gás natural por ano para China através da rota oriental do gasoduto *Power of Siberia* (ainda em construção), com fornecimento a ser iniciado em dezembro de 2019 (GAZPROM; HORNBY, ANDERLINI, CHAZAN, 2014). É importante salientar que este acordo estava em processo de construção há dez anos e o preço do gás, que sempre foi o fator que causava discórdia entre Rússia e China e bloqueava o andamento das negociações, foi mantido em segredo mesmo após a assinatura do contrato (WAN, HAUSLOHNER, 2014).

Em maio de 2015, a *Gazprom* e a CNPC assinaram um acordo inicial/preliminar em que a Rússia deverá enviar 30 bilhões de metros cúbicos de gás por ano para China por meio da rota Ocidental do gasoduto *Power of Siberia-2* (GAZPROM, 2015; TASS, 2017).

Empresas chinesas também investiram – através da aquisição de ações – nos campos russos de exploração de gás natural e petróleo. Dentre os acordos, destaca-se um realizado entre a CNPC e a Rosneft para desenvolver em conjunto os campos de gás e petróleo da Sibéria Oriental; e o contrato entre *Rosneft* e *Sinopec* para desenvolverem juntos os campos de Russkoye e Yurubcheno-Tokhomskoye (YILMAZ, DAKSUEVA, 2017, p. 05). Em 2016, o Banco de Importação-Exportação da China (*Export-Import Bank of China - Exim*) e o Banco de Desenvolvimento da China (CDB) comprometeram-se a fornecer US\$ 12 bilhões, em um prazo de 15 anos, para financiar o Projeto Yamal LNG, liderado pela *Novatek* (BERMINGHAM, 2016; AFRICA REUTERS, 2016).

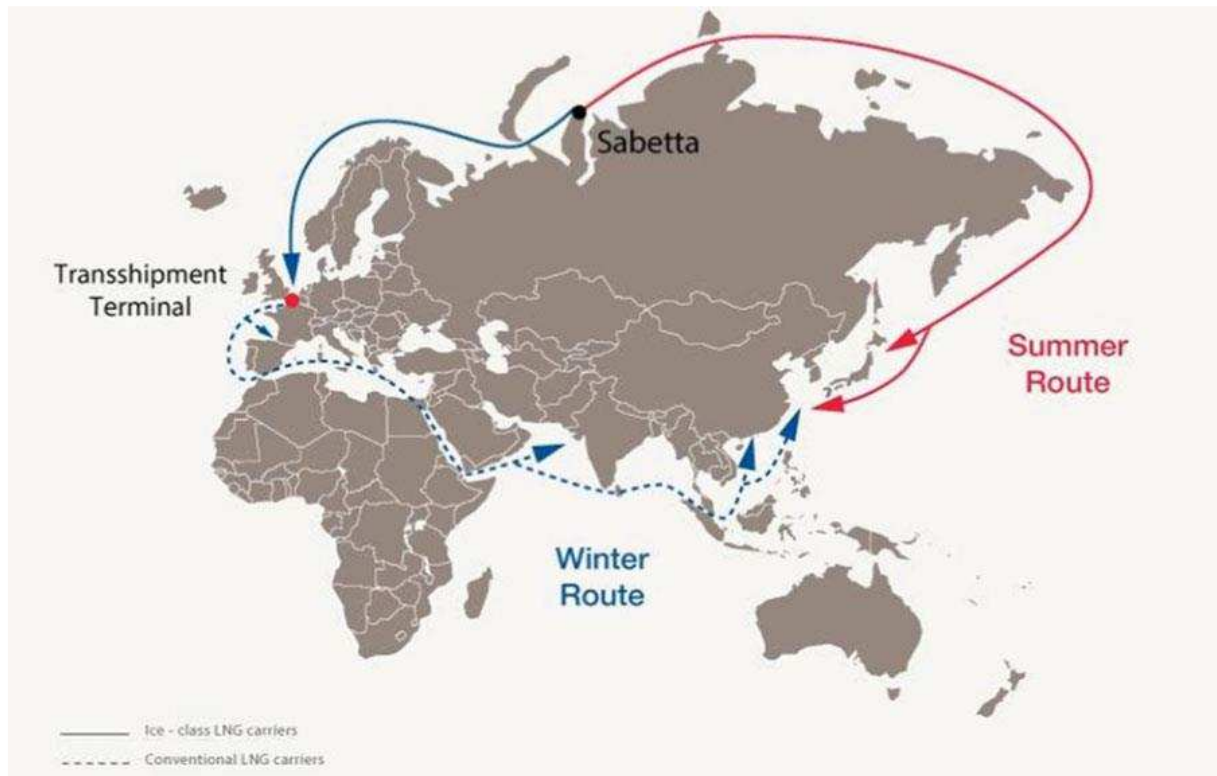
O Projeto Yamal LNG é um programa energético, situado na península de Yamal (região rica em gás natural no Ártico siberiano), que abrange a produção, liquefação e transporte de gás natural (SPUTNIK, 2018b; SAHUQUILLO, 2018). As obras iniciadas em 2013 compreende a construção, em três etapas, de uma usina de liquefação de gás para produzir 16,5 milhões de toneladas anuais a partir de 2019 (EXAME, 2017). Em dezembro de 2017, no porto de Sabetta, a Rússia inaugurou a usina de liquefação de gás natural Yamal LNG (concluiu, assim, a primeira fase do projeto), que na ocasião bombeou o gás liquefeito para o único navio-cargueiro quebra-gelo do mundo, o *Arc7 Christophe de Margerie*, responsável pelo transporte do GNL (EFE, 2017; ESCARDA, 2017).

Os principais destinos do gás natural liquefeito produzido no Yamal são Europa (46%) e Ásia (54%) (EXAME, 2017), com maior enfoque para o Oriente, apesar dos navios quebra-gelo russos poderem viajar o ano todo partindo de Sabetta rumo a oeste e somente seis meses

na direção leste, dado que o gelo dificulta e até impossibilita a navegação (SAHUQUILLO, 2018; ESCARDA, 2017). O Projeto Yamal LNG, segundo Sahuquillo (2018), representa os esforços da Rússia para elevar suas exportações de gás liquefeito e competir com EUA e Qatar. Ademais, Sahuquillo (2018) acrescenta que esse é o projeto energético com maior participação chinesa na Rússia e sem o investimento chinês ele não seria possível. Atualmente, a Novatek possui 51% das ações, a empresa francesa Total tem 20%, e a China possui aproximadamente 30% divididos entre a CNPC (20%) e o Fundo da Rota da Seda (9,9%) (AFRICA REUTERS, 2016; EFE, 2017; SPUTNIK, 2018b; SAHUQUILLO, 2018).

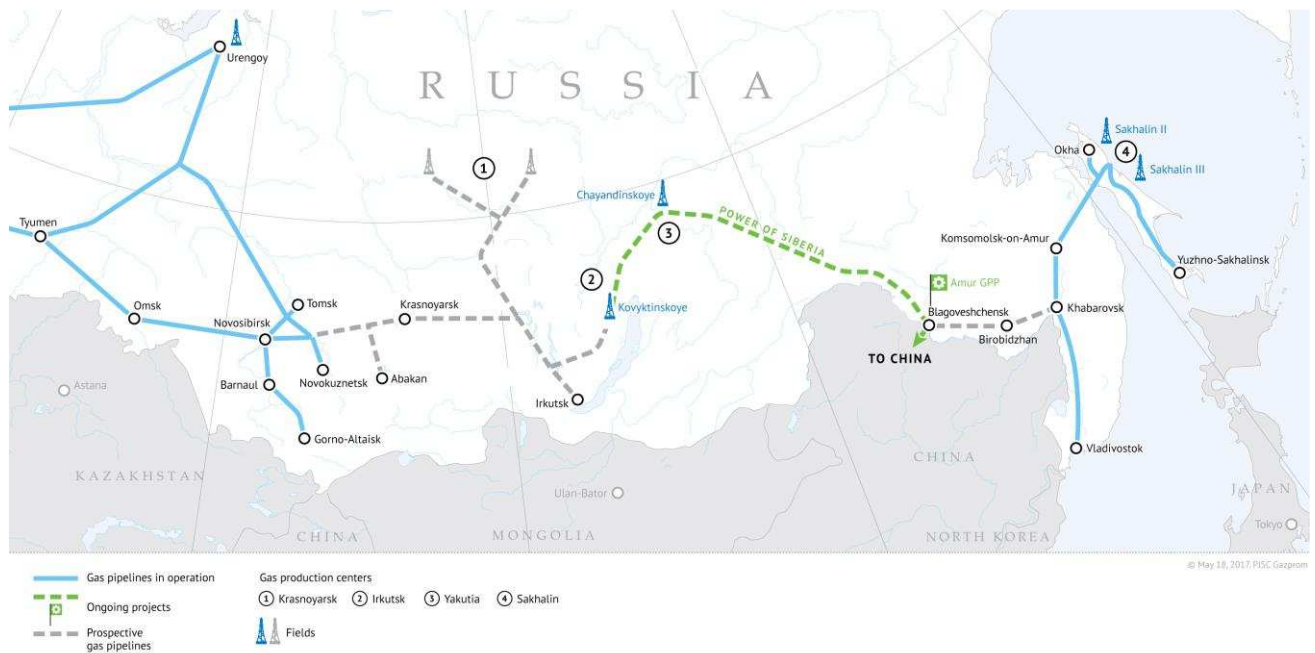
Em julho de 2018, a Novatek entregou a primeira remessa de gás natural liquefeito (GNL) do Yamal para China via Rota Marítima do Norte ou Passagem do Nordeste (*Northern Sea Route*) – uma rota de navegação entre o Oceano Pacífico e Atlântico ao longo da costa russa da Sibéria e Extremo Oriente – equivalente a “*Summer Route*” do Mapa 3 (ARCTIC BULK; REUTERS, 2018; NOVATEK, 2018). A entrega de GNL do Porto de Sabetta para China via Passagem Nordeste é significativa porque diminuiu bastante o tempo e os custos de transporte em comparação com o primeiro carregamento de gás natural liquefeito do Yamal para China, em abril do mesmo ano, realizado pela Rota Ocidental via Canal de Suez e Estreito de Malaca – equivalente a “*Winter Route*” do Mapa 3 (REUTERS, 2018; LNG WORLD NEWS, 2018; NOVATEK, 2018; SUN, 2018).

Mapa 3 – Rotas de Fornecimento do Projeto Yamal LNG



Fonte: BIANCO (2018).

O fornecimento de gás russo para China é realizado de duas formas: 1) o gás natural liquefeito do Projeto Yamal LNG é transportado por navios cargueiros pela Rota Marítima do Norte (*Northern Sea Route*) ou pela Rota Ocidental via Canal de Suez – conforme a época do ano (REUTERS, 2018; LNG WORLD NEWS, 2018); e 2) o gás natural é enviado pelo gasoduto *Power of Siberia* (ver Mapa 4).

Mapa 4 – Gasoduto *Power of Siberia* (Rota Oriental)

Fonte: Gazprom.

Em construção desde 2014, o gasoduto *Power of Siberia* terá uma rota oriental (ver mapa 4) – planejada para iniciar suas operações em dezembro de 2019 – e outra rota ocidental (GAZPROM). Segundo Yilmaz e Daksueva (2017, p. 09-10), China e Rússia tem cooperado também na construção do *Power of Siberia* através do intercâmbio tecnológico.

Tabela 5 - Acordos energéticos entre Rússia e China (2000-2018)

ANO	CIA RUSSA	CIA CHINESA	ATIVIDADE ENERGÉTICA	VALOR (em Bilhões)	DURAÇÃO (Anos)
2005	Rosneft	CNPC	Fornecimento de Petróleo	US\$ 6	5
2009	Rosneft	CDB	Fornecimento de Petróleo	US\$ 15	20
2009	Transneft	CDB	Construção do Oleoduto ESPO	US\$ 10	X
2013	Rosneft	CNPC	Fornecimento de Petróleo	US\$ 270	25
2013	Rosneft	Sinopec	Fornecimento de Petróleo	US\$ 85	10
2013	Novatek	CNPC	Fornecimento de GNL	X	15
2014	Gazprom	CNPC	Fornecimento de Gás Natural	US\$ 400	30
2015	Gazprom	CNPC	Fornecimento de Gás Natural	X	X
2016	Novatek	CDB e Exim	Financiamento do Projeto Yamal LNG	US\$ 12	15

X: Informações não disponíveis.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Meidan (2016, p. 11); Trevisan (2005); Paxton, Soldatkin (2009); BBC (2013); Clover (2013); EXAME (2013); Rosneft (2013); RT (2013); Estadão (2013); PETRONOTÍCIAS (2013); Gazprom; Hornby, Anderlini, Chazan (2014); Gazprom (2015); TASS (2017); Bermingham (2016); Africa Reuters (2016).

A tabela 5 resume os acordos energéticos apresentados nessa pesquisa, não necessariamente abarca todos os contratos firmados entre os dois países, porém oferece uma noção da intensa cooperação energética que China e Rússia têm realizado. O maior acordo foi estabelecido entre a Gazprom e CNPC no valor de US\$ 400 bilhões e implica no abastecimento da economia russa durante 30 anos, este representa, verdadeiramente, a disposição chinesa em abrir as portas para o gás natural russo. Apesar da China ser um dos principais destinos das exportações russas de petróleo e carvão (ver gráficos 7 e 9), suas importações de gás natural russo ainda são modestas (ver gráficos 15 e 16), porém o acordo entre a CNPC e a Gazprom no valor de US\$ 400 bilhões (GAZPROM), o investimento chinês no Projeto Yamal LNG (no qual a China possui quase 30% das ações do programa (EFE, 2017; SPUTNIK, 2018b; SAHUQUILLO, 2018)), e a construção do gasoduto *Power of Siberia* (GAZPROM), determinam a mudança desse cenário e conduzem a China, em um futuro próximo, para o grupo dos principais consumidores de gás russo.

Enquanto construía-se o comércio de gás entre os dois países, o mercado de petróleo era intensificado. A tabela 5 mostra os vários acordos de fornecimento de petróleo a longo prazo firmados entre a Rosneft e as companhias chinesas, e o financiamento de Pequim para conclusão do oleoduto e construção de um via/ acesso do ESPO até a China. Esses compromissos não só mantêm a demanda de petróleo russo pela China, como indicam um aumento no consumo do petróleo russo em detrimento de outros fornecedores.

O estabelecimento de todos os acordos descritos na tabela 5 selaram os destinos da Rússia e da China como parceiros energéticos, pelo menos, nos próximos 25 anos. A tendência é que as importações chinesas aumentem devido ao ritmo de crescimento econômico da China e ao aumento da capacidade e facilidade de transporte com a construção dos dutos ESPO e *Power of Siberia*.

A Rússia realiza esses acordos para assegurar suas exportações energéticas e adquirir capital para investir no setor energético (SALIN, 2011, p. 72-73), esses objetivos de cooperação com a China tornaram-se ainda mais importantes após as sanções impostas pelo EUA e União Europeia em 2014. A China, por sua vez, recorre ao aumento das importações de recursos energéticos russos para garantir o abastecimento energético necessário para o crescimento econômico e para preservar sua segurança energética, dado que após a Rússia, suas principais fontes de recursos são Oriente Médio e África Ocidental, os quais utilizam rotas marítimas e atravessam o Estreito de Malaca, o qual pode ser bloqueado caso os Conflitos no Mar do Sul da China piorem (SALIN, 2011, p. 60, 73; YILMAZ, DAKSUEVA, 2017, p. 25).

Xu e Reisinger (2018, p. 01-02) afirmam que os ganhos econômicos com os negócios energéticos foram menor do que o esperado e a Rússia conseguiu apenas um “sucesso limitado” no alcance das prioridades de política externa na região da Ásia Pacífico, inclusive em relação ao Extremo Oriente. Xu e Reisinger (2018, p. 08-16) atribuem o “sucesso limitado” da cooperação energética sino-russa à algumas deficiências da diplomacia energética russa direcionada a China, a saber: 1) excesso de personalismo nas negociações – pois decisões fortemente moldadas por personalidades ao invés de por instituições tendem a ter menos êxito no longo prazo; 2) deficiências institucionais no nível doméstico e bilateral; 3) excesso de influência das corporações energéticas – *Gazprom* e *Rosneft*, principalmente – que por possuírem ingerência no governo Putin atuam no processo de formulação de política energética; 4) exclusão dos governos locais no processo decisório, sobretudo no caso do Extremo Oriente; e, por fim, 5) a economia fraca/frágil da Rússia que reduz sua capacidade de negociação.

Mesmo que estas barreiras tenham tornado difícil para a Rússia atingir o máximo benefício nas suas negociações energéticas com a China, cooperação energética ainda é o instrumento vital para consecução dos objetivos russos, inclusive nas interações estratégicas com a China (YILMAZ, DAKSUEVA, 2017).

3.3 Transbordamento da Cooperação Sino-Russa

Os impactos imediatos da cooperação energética sino-russa são o aumento das importações chinesas dos recursos energéticos de Moscou (em 2016, a Rússia ultrapassa a Arábia Saudita e torna-se o principal fornecedor de petróleo (bruto) para China (DOWNS, 2018)) e a aplicação do excedente de capital chinês na economia russa carente de investimentos.

Contudo, Yilmaz e Daksueva (2017, p. 02, 24) afirmam que, além da energia ser um instrumento crucial para o fortalecimento e aprofundamento das relações econômicas sino-russas, a cooperação energética ajudou a expandir a relação para outras áreas, por meio da criação de uma sinergia para explorar pontos políticos e econômicos de convergência, assim, contribuiu para que os dois países adotem a mesma postura em relação a outros assuntos, constituindo a base para uma cooperação pragmática.

Kaczmarek (2015, p. 08, 23) ainda afirma que o relacionamento sino-russo é, geralmente, classificado de duas formas: a primeira, é a parceria estratégica – uma visão otimista, aponta que os avanços na cooperação já transformaram o relacionamento para muito além do que uma simples conveniência/oportunismo, nela ambos os Estados convergem nos princípios que a ordem internacional deve ser fundamentada e preocupam-se em assegurar seus

regimes domésticos, apoiando-se sobretudo nos princípios de soberania e não intervenção nos assuntos internos; a segunda é o “eixo da conveniência” (perspectiva defendida por Bobo Lo (2008, p. 03-05) – visão cética: defende que o relacionamento russo-chinês é guiado por oportunidades e complementariedade de suas economias. Assim, enquanto a “parceria estratégica” defende que a cooperação fez o relacionamento entre os dois países evoluir e convergir em outras áreas, o “eixo da conveniência” argumenta que a interação entre os dois países não progrediu e continua limitada à complementariedade econômica.

Bolt (2014, p. 49) e Blank (2011, p. 76-89) possuem uma perspectiva voltada para o “eixo da conveniência”, enquanto o russo Alexander Lukin (2018, p. 77, 87) e os chineses Yilmaz e Daksueva (2017, p. 20, 24, 25, 26) compartilham a visão de que o relacionamento sino-russo constitui uma “parceria estratégica”. Por outro lado, Kaczmarek (2015, p. 08, 23) defende que ao invés de excludentes, essas duas interpretações são complementares.

Bolt (2014, p. 49) afirma que a relação entre a Rússia e a China é superficial, baseada apenas na oposição a uma ordem mundial liderada pelos EUA (ou hegemonia estadunidense) e em questões práticas – economia e segurança – ao invés de ser fundamentada no compartilhamento de valores de mundo comuns a longo prazo; em virtude disso, Bolt alega que a cooperação entre os dois países é limitada e tende a ser dissolvida no futuro, pois uma vez que a natureza do sistema internacional (dominada pelo Ocidente) mude, rompimento da relação acontecerá.

Blank (2011, p. 76-89) é ainda mais radical, e argumenta que o relacionamento sino-russo caminha para um conflito inevitável no futuro, devido a uma série de divergências, como: 1) o crescimento militar chinês e sua superioridade demográfica que preocupa(rá) Moscou em relação a suas fronteiras, especialmente o Extremo Oriente (*Far East*) – essa é a tese da ameaça demográfica e expansionista chinesa defendida também pelo escritor russo Alexander Khranchikhin (SALIN, 2011, p. 61-68); 2) a disputa por recursos naturais e esferas de influência na Ásia Central; 3) a competição por uma Rota Marítima Setentrional (no Norte) no Ártico; e 4) a concorrência internacional por uma posição predominante em relação ao EUA.

A Ásia Central possui grandes reservas de gás natural⁴⁰ e uma posição estratégica entre China, Rússia e Oriente Médio. Por estas razões, vários países – como EUA, Índia, China, Rússia, Paquistão, Irã e Turquia - buscam influência nessa região (BOLT, 2014, p. 60). Pequim e Moscou, especificamente, oscilam entre cooperação e conflito nessa área. Ambos desejam

⁴⁰ A Ásia Central é responsável por 12% das reservas mundiais de gás natural (Turcomenistão sozinho comporta 10,1%), como região é ultrapassada apenas pelo Oriente Médio (40,9%), com destaque para Irã (17,2%) e Qatar (12,9%) (BP STATISTICAL REVIEW OF WORLD ENERGY, 2018, p. 26).

diminuir a influência estadunidense e manter a estabilidade na região, para isso buscam erradicar os “três males” - “terrorismo, separatismo e extremismo religioso”, limitar as bases militares estadunidenses na Ásia Central e impedir a eclosão de novas Revoluções Coloridas (ZIEGLER, 2010, p. 233-237).

Por outro lado, para assegurar seus ganhos econômicos Moscou controla a infraestrutura energética da Ásia Central – dado que importa energia a preços baixos e revende para Europa – e concebe a região como parte da sua esfera de influência não admitindo a intromissão de outros Estados. Isto posto, Bolt (2014, p. 60-61) defende que os interesses chineses de investir, aprofundar as relações econômicas, e aumentar as importações energéticas da Ásia Central por meio de contratos energéticos e desenvolvimento de infraestrutura (para garantir fornecimento de petróleo e gás para China) vão diretamente de encontro aos objetivos russos na região.

Assim, para esses autores mesmo que a Rússia e a China realizem cooperações energéticas, seus interesses são conflitantes em outros tantos temas, que dificulta uma cooperação no longo prazo. Para o eixo da conveniência, a parceria estratégica foi um “fenômeno temporário” com foco nos elementos materiais e, portanto, as identidades e os interesses da Rússia e da China em relação ao outro não evoluíram com a cooperação (KACZMARSKI, 2015, p. 26-27).

Contudo, os principais argumentos dos que defendem que a relação sino-russa é momentânea e tende a ser dissolvida – 1) o receio russo de que o Extremo Oriente (*Far East*) seja assimilado pela China (SALIN, 2011, p. 61-68); 2) a disputa pela Ásia Central (BLANK, 2011, p. 76-89); e 3) a alegação de que o relacionamento sino-russo não está fundamentado no compartilhamento de valores de mundo comuns a longo prazo (BOLT, 2014, p. 49) – são premissas frágeis que podem ser contestadas.

Em relação a Ásia Central, Ribeiro (2015, p. 02) afirma que Rússia e China buscaram melhorar suas relações no pós Guerra Fria justamente com o estabelecimento de um espaço de influência conjunta na região. A Organização da Cooperação de Xangai (OCX)⁴¹, bloco de integração regional asiático liderado conjuntamente pela China e Rússia, tem como principais objetivos assegurar a estabilidade da Ásia Central (RIBEIRO, 2015, p. 02- 10) e contrapor a presença militar estadunidense na região (GABUEV, 2015, p. 02). Ou seja, a OCX representa um instrumento de cooperação entre os dois países na Ásia Central.

⁴¹ A OCX foi criada em 2001 com a adesão do Uzbequistão ao grupo dos Cinco de Xangai (China, Rússia, Cazaquistão, Quirguistão e Tadjiquistão) que havia sido formado desde 1996. Em 2015, Índia e Paquistão também entram na Organização (RIBEIRO, 2015, p. 01, 13).

A despeito das alegadas preocupações com um possível avanço chinês sob o Extremo Oriente (BOLT, 2014, p. 55; BLANK, 2011, p. 76-89), a Rússia tem buscado atrair investimento chinês para essa região, inclusive com incentivos fiscais, apesar dos resultados modestos, Pequim já investe no Extremo Oriente (SPIVAK, FOY, 2019). Ademais, Rússia e China até realizaram a *Peace Mission 2005* (Missão de Paz de 2005), um exercício militar conjunto coordenado pela OCX, conduzida no Extremo Oriente russo e na província chinesa de Shandong, cujo objetivo era combater o terrorismo. Contudo Bolt (2014, p. 59) afirma que a real intenção chinesa era que a operação fosse vista como uma simulação à invasão de Taiwan. Tais atividades demonstram que, ao invés de conflitos, o Extremo Oriente russo tem sido palco de cooperação econômica e militar entre os dois países.

Por fim, os chineses Yilmaz e Daksueva (2017, p. 26) argumentam que Rússia e China possuem semelhanças ideacionais, incluindo a percepção de governança internacional, que dificilmente mudará e, por isso, o relacionamento tende a perdurar e até mesmo evoluir. Ambos defendem o fim da hegemonia estadunidense, a promoção da multipolaridade, o enfraquecimento da leitura ocidental dos direitos humanos, a preservação dos princípios de soberania dos Estados e não interferência nos assuntos internos, a conservação do sistema de direito internacional, e a salvaguarda do papel da ONU e do Conselho de Segurança nos assuntos internacionais (LUKIN, Alexander; 2018, p. 78-79; KACZMARSKI, 2015, p. 11; RIBEIRO, 2015, p. 10).

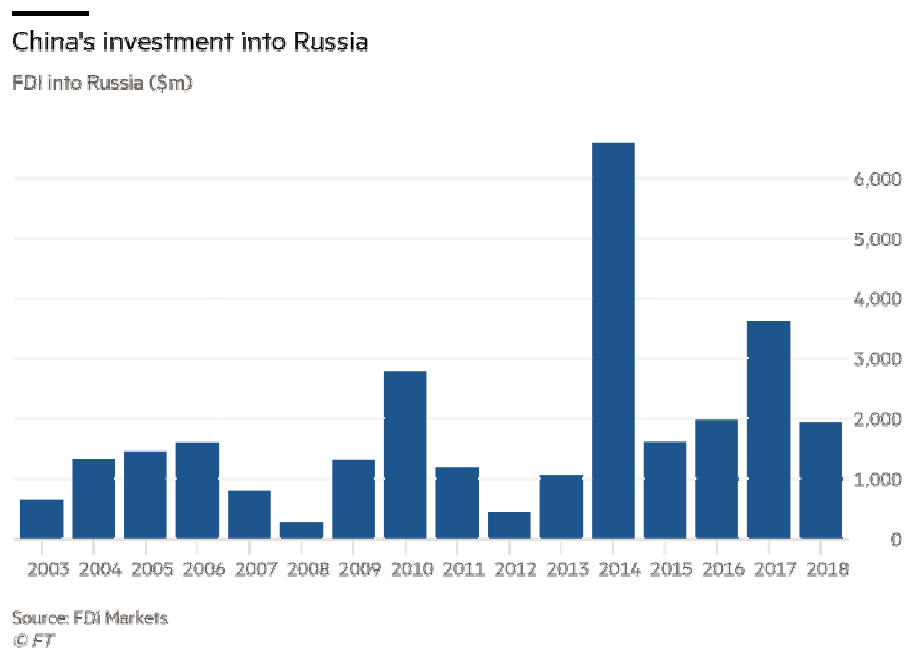
Ademais, a Crise na Ucrânia (que envolveu a anexação da Crimeia pela Rússia em 2014) e os Conflitos no Mar do Sul da China ilustram que a relação entre os dois países não é oportunista, momentânea e pontual. Esses conflitos, de acordo com Yilmaz e Daksueva (2017, p. 14-26), representam o aprofundamento na relação sino-russa promovido pela questão energética que conseguiu transbordar essa interação da esfera econômica/comercial para temas políticos e de segurança.

Em relação ao envolvimento russo na Crise da Ucrânia (2014), de início, a China buscou manter a neutralidade, contudo, após a imposição de sanções ao comércio e às instituições financeiras russas, Pequim adotou uma postura mais pró-Moscou (YILMAZ, DAKSUEVA, 2017, p. 16- 17). A China discorda da atitude russa de anexar a Crimeia (por temer que isso incentive os movimentos separatistas em seu próprio território) reiterando a defesa pela soberania e integridade territorial da Ucrânia, porém Pequim demonstra simpatia a Moscou por acreditar que este foi forçado a intervir diante dos acontecimentos na sua fronteira; ademais, a China culpa a União Europeia e EUA por instigar as manifestações e prejudicar a estabilidade da região com objetivo de reduzir a esfera de influência russa e forçar a expansão da OTAN

para cercar militarmente a Rússia (YILMAZ, DAKSUEVA, 2017, p. 17; LUKIN, Alexander, 2018, p. 80-81). Portanto, Pequim apoia a disposição russa em conter o expansionismo ocidental e embora considere a resposta exagerada e prejudicial à estabilidade, no geral a atitude de Moscou em relação a Crise na Ucrânia é compreendida e até aprovada (LUKIN, Alexander; 2018, p. 82).

Assim, quando as sanções se intensificaram, a China ofereceu suporte a Rússia de várias formas, a saber: 1) declarou apoio verbal ao pedir que as potências ocidentais considerassem os interesses e preocupações russas na elaboração de uma solução; 2) prometeu oferecer assistência financeira, quando Moscou precisasse; 3) estabeleceu comércio e investimentos no setor energético russo (ver gráfico 16) por meio de suas empresas estatais – o comércio energético incluiu acordos, aquisição de ações, e provisão de empréstimos pelos bancos chineses à companhias energéticas russas que foram impedidas de retirar empréstimos no mercado ocidental; 4) aumentou significativamente as importações de petróleo – o que tornou a Rússia o principal fornecedor da *commoditie* para China a partir de 2016; e 5) assinou, em maio de 2014, um acordo de gás natural no valor de US\$ 400 bilhões com a Rússia – esse acordo estava em negociação há 20 anos e foi anunciado logo após o secretário de tesouro estadunidense pedir a Pequim para evitar ações que limitem o impacto das sanções ocidentais na Rússia (YILMAZ, DAKSUEVA, 2017, p. 18-19).

Gráfico 18 – Investimento chinês na Rússia (2003-2018)



Fonte: Spivak e Fov (2019).

O gráfico 18 ilustra que em 2014 – ano da deflagração da Crise da Ucrânia, anexação da Crimeia pela Rússia e consequentes sanções ocidentais impostas à Moscou – a China disparou investimentos na Rússia, e nos anos seguintes, embora o nível de investimentos tenha diminuído, ainda mantiveram-se maiores do que antes da Crise da Ucrânia (com exceção apenas de 2010). Logo, o gráfico 18 é uma demonstração clara do apoio de Pequim à Moscou e boicote às sanções impostas pelo EUA e União Europeia.

Gabuev (2015, p. 03-04) ressalta que as sanções ocidentais evidenciaram para o Kremlin três pontos fracos da Rússia: dependência do mercado energético europeu, do mercado de capitais Ocidental e de tecnologias fundamentais (como perfuração no mar e telecomunicações); em todas essas áreas – energia, finanças, infraestrutura e tecnologia – Pequim passou a estabelecer cooperação com Moscou.

A China mostrou-se de grande valia para o setor financeiro russo no pós 2014. As sanções ocidentais impostas à Moscou, a partir de julho de 2014, limitaram o acesso de algumas instituições financeiras estatais russas ao mercado de capitais ocidental, isolando-as dos centros financeiros de Londres e Nova York. Em contrapartida, autoridades russas buscaram substituir o crédito ocidental pelas instituições financeiras chinesas e efetuaram vários acordos, dentre eles: 1) a concessão de um empréstimo de 25 bilhões de dólares pelo Banco de Desenvolvimento da China (CDB) para a *Rosneft* e *Transneft*, em 2009; 2) a concessão de empréstimos a *Vnesheconombank* (VEB) e a VTB, instituições financeiras estatais russas; 3) a criação de um investimento conjunto entre a Corporação de Investimento da China e o Fundo de Investimento Direto Russo; e, por fim, 4) o estabelecimento de um programa de cooperação regional, em 2009, entre o Extremo Oriente (*Far East*) e o Nordeste chinês (GABUEV, 2015, p. 03-05).

Mesmo com a intensificação da cooperação russo-chinesa pós 2014, o fato é que a China não tem condições de substituir completamente o Ocidente como mercado energético⁴², fonte de capital e tecnologias (GABUEV, 2015, p. 01-08), porém as relações sino-russas tem aliviado os efeitos das sanções por meio do aumento de importações energéticas e dos investimentos chineses no setor energético russo (YILMAZ, DAKSUEVA, 2017, p. 03). A Crise na Ucrânia mostrou que a China utilizou a cooperação energética para apoiar a Rússia na defesa de seus

⁴² Gabuev afirma que em 2015, a Gazprom vendia aproximadamente 150 bcm (bilhões de metro cúbicos) para a Europa por ano, e apenas 1 bcm para China. Se todos os projetos forem concretizados, Gazprom pode vender até 76 bcm para a China anualmente, porém a preço baixo. Por outro lado, a Rússia não tem outra opção (GABUEV, 2015, p. 05).

interesses comuns – conter o expansionismo ocidental, mesmo que não concordasse, a princípio, com a abordagem de Moscou (LUKIN, Alexander; 2018, p. 82).

Em contrapartida, a Rússia tende a apoiar a China ou demonstrar uma “neutralidade amigável” nas principais questões geopolíticas do leste asiático, até mesmo nos Conflitos no Mar do Sul da China (LUKIN, Artyom; 2019, p. 02). As divergências nessa região envolvem a disputa pela posse dos recursos marítimos espalhados em quatro grupos de ilhas (dentre elas as Ilhas Spratly e Paracel) e a delimitação de águas territoriais reivindicadas pela China, Taiwan, Vietnã, Filipinas, Indonésia, Malásia e Brunei; a situação ainda é agravada com a participação de atores externos como EUA, Japão, Índia e Austrália atraídos pela importância estratégica dessas águas (YILMAZ, DAKSUEVA, 2017, p. 20).

Artyom Lukin (2019, p. 02) afirma que Moscou reconhece o leste asiático como esfera de influência chinesa, e em contrapartida, Pequim aceita a liderança russa no espaço pós soviético e no Oriente Médio. O expansionismo chinês no leste asiático e no Pacífico até beneficia a Rússia, segundo Artyom Lukin (2019, p. 02), visto que desvia recursos e atenção estadunidenses de uma confrontação com Moscou. Ademais, de acordo com Artyom Lukin (2019, p. 02) a prioridade russa nessa região é apenas defensiva: manter soberania sob seu território vulnerável do Extremo Oriente.

Os Conflitos no Mar do Sul da China representam uma ameaça para Pequim devido a presença de atores externos, principalmente o EUA que possui supremacia naval bem posicionada na região, realiza investidas/invasões/ataques navais nas áreas reivindicadas pela China como suas águas territoriais e ainda tenta fortalecer laços militares com outros Estados envolvidos nas disputas (YILMAZ, DAKSUEVA, 2017, p. 20-21).

Embora a Rússia alegue uma certa neutralidade nesse confronto em conformidade com a política de não interferência, algumas atitudes russas denunciam/demonstram seu posicionamento, como a declaração de oposição à “internacionalização do conflito” – uma postura que coincide com a política usada por Pequim na região (YILMAZ, DAKSUEVA, 2017, p. 21-22), o apoio à China nas críticas ao “papel desestabilizador dos Estados Unidos nessa área” e os exercícios navais conjuntos no Mar do Sul da China (em 2016) interpretado como apoio à Pequim (FACON, 2018; SPUTNIK, 2016). Ademais, a própria cooperação energética sino-russa já auxilia a China nesse conflito, pois representa uma fonte de recursos energéticos alternativa ao Oriente Médio – que transporta as importações chinesas por rotas marítimas que atravessam o Estreito do Malaca, local que pode ser bloqueado caso o conflito se intensifique/agrave, isso tranquiliza a China quanto a seu suprimento energético e proporciona liberdade para agir com mais assertividade na região sem se preocupar com um

potencial estrangulamento energético em razão de um bloqueio naval estadunidense (YILMAZ, DAKSUEVA, 2017, p. 08-23). As atitudes recentes da China – como desenvolvimento de ilhas, implementação de sistema de defesas em ilhas recém construídas e o aumento da atividade da Marinha e da Guarda Costeira chinesa na região – exemplificam a maior liberdade de manobra chinesa na região devido a cooperação energética com a Rússia (YILMAZ, DAKSUEVA, 2017, p. 23).

Os Conflitos no Mar do Sul da China evidenciam a importância da cooperação energética sino-russa para Pequim não só em termos econômicos mas também em questões políticas e de segurança. O fornecimento energético da Rússia para China e os investimentos chineses no setor energético russo proporcionam segurança energética para Pequim e, conseqüentemente, a liberdade de ação que o país precisa para defender seus interesses na região (YILMAZ, DAKSUEVA, 2017, p. 23). O suporte russo à China nesse conflito deve-se a intensificação das relações sino-russas promovida pela cooperação energética, e a convergência de interesses entre os dois países, a saber: contrabalancear o EUA, findar a hegemonia estadunidense, e instaurar uma ordem multipolar (BOLT, 2014, p. 50-52; LUKIN, Alexander; 2018, p. 78-79).

Tanto nos caso da Crise da Ucrânia quanto nos Conflitos no Mar do Sul da China, a energia tem sido utilizada como instrumento político efetivo representando uma resposta política e econômica aos desafios de segurança (YILMAZ, DAKSUEVA, 2017, p. 02, 24). Logo, energia fornece uma ferramenta política flexível para reforçar a cooperação estratégica (YILMAZ, DAKSUEVA, 2017, p. 15). É importante ressaltar que essa “cooperação estratégica” só foi possível devido a cooperação energética que fortaleceu o relacionamento sino-russo e promoveu seu transbordamento para questões políticas e securitárias. Ademais, o suporte fornecido pela Rússia e China através da cooperação energética não foi um alinhamento automático, o apoio foi dado porque em ambas as situações Rússia e China também buscavam conter o expansionismo estadunidense, um interesse comum dos dois Estados. Assim, conclui-se que a cooperação sino-russa é uma “parceria estratégica” (XU, REISINGER, 2018, p. 03, 14; YILMAZ, DAKSUEVA, 2017, p. 20-26; LUKIN, 2017, p. 77, 87; ØSTEVIK, KUHRT, 2018, p. 77-79, 85-88).

Por fim, a importância de Pequim na política energética russa reside na contribuição chinesa em duas questões: 1) diversificação da demanda energética, ainda muito concentrada na União Europeia (ver gráficos 7 e 8); e 2) fornecimento de capital para investimentos na infraestrutura energética – que apresenta um alto grau de depreciação e atraso tecnológico (KUZNETSOVA, N., KUZNETSOVA, E., 2015, p. 164-165). Essas duas contribuições

chinesas oferecem à Moscou uma alternativa às instituições financeiras do Ocidente e à demanda energética europeia, o que proporciona maior liberdade de ação para a Rússia nas questões que o país diverge do Ocidente, como expansão da OTAN, da União Europeia, as Revoluções Coloridas⁴³ e a Crise da Ucrânia (2014). Ademais, as importações energéticas e os investimentos chineses representam uma “injeção na veia” da economia russa, dado que o setor energético é o carro-chefe, com isso a China contribui com o desenvolvimento e modernização econômica, com a adoção de uma política externa independente – devido a maior margem de manobra de ação – e conseqüentemente auxilia a reinserção internacional da Rússia como potência, todos objetivos de política externa do país (MID, 200, 2008, 2013, 2016).

⁴³ Segundo Tsygankov (2009, p.07), as Revoluções Coloridas foram uma série de manifestações políticas de oposição, supostamente financiadas pelo Estados Unidos, que envolveram a derrubada de governos anti-EUA, e sua substituição por governos pró-Ocidentais, ficaram conhecidas como Revolução Rosa na Geórgia (2003), Revolução Laranja na Ucrânia (2004), e Revolução das Tulipas no Quirguistão (2005). Conforme Rukavishnikov (2006, p.61), essas revoluções diminuíram o espaço de manobra da política externa russa para seus Estados vizinhos, e limitaram os planos russos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Putin enxergou na matriz energética a melhor fórmula para a Rússia reconquistar sua posição de preponderância no cenário internacional. Para recuperar a economia da crise em que a nação mergulhou na década de 1990 e reestabelecer a influência do país, o seu plano envolveu o resgate do controle estatal sobre o setor energético e a instrumentalização das companhias energéticas para promoção dos interesses nacionais, associando-as com seu conceito de “*national champions*”. Para isso, ao menos 50% das ações deveriam ser estatais. Contudo, empresas de capital majoritariamente privado também poderiam servir ao mesmo propósito desde que o Estado exercesse pressão suficiente. E foi isso que Putin fez.

As estratégias do Governo Putin-Medvedev para a política energética russa englobaram: 1) a renacionalização do setor energético das companhias energéticas que haviam sido, em sua maioria, privatizadas no governo de Boris Yeltsin; 2) o desenvolvimento do setor energético a fim de aumentar sua eficiência – por meio da superação de seus principais problemas como insuficiência de investimentos e isolamento do sistema produtivo e distributivo; e por fim 3) a utilização dos recursos energéticos como instrumento de política externa, com o propósito não apenas de manter as ex repúblicas soviéticas sob sua esfera de influência e longe da OTAN e da União Europeia, e de obter apoio nos conflitos internacionais de modo geral, como também de aproximar-se de países importantes para suas estratégias econômicas/comerciais e políticas, como a China.

No processo de renacionalização das empresas energéticas, a Rússia conseguiu tornar-se acionista majoritário da Gazprom, Rosneft, Transneft, Yugansneftegaz (comprada pela Rosneft) e Sibneft Oil (comprada pela Gazprom). Tal resultado foi alcançado através da estatização das propriedades, ameaças de processo judicial e assédio de autoridades fiscais. Por fim, Putin ainda colocou amigos e pessoas de sua confiança na liderança das grandes companhias energéticas, como Gazprom e Rosneft. Ao final de 2008, Putin já havia revertido boa parte das privatizações realizadas por Yeltsin.

Mesmo naquelas companhias que o governo russo não adquiriu a maioria das ações, como LUKoil e *Surgutneftegaz*, o objetivo foi alcançado, dado que elas agem como “*National Champions*” e ajudam na consecução dos interesses nacionais. O instrumento utilizado aqui é o assédio realizado por funcionários do Estado.

Com o fim de atrair investimento, o Kremlin empenhou-se em criar um ambiente favorável à recepção de capital estrangeiro por meio do: 1) estabelecimento, em 1999, da “*Federal Law on Foreign Investments*” – lei federal N° N 160-FZ, emendada oito vezes na

administração Putin-Medvedev (UNCTAD), a lei garante os direitos básicos, os termos e as condições dos empreendimentos de investidores estrangeiros; 2) realização de emendas no Código Tributário (*Tax Code*), que isentavam os investidores externos de impostos federais, regionais e locais; 3) implementação de reforma tributária, em 2002, que modificava as declarações de imposto sobre valor agregado conferindo incentivos ao investimento; 4) aprovação, em 2005, da “*Federal Law N116-FZ On Special Economic Zones in the Russian Federation*” que estabeleceu regimes administrativos e impostos específicos para captar IED para regiões de menor desenvolvimento econômico; 5) criação, em 2011, do *Russian Direct Investment Fund* (RDIF) que possibilitava investimentos conjuntos, o que diminui os riscos para investidores; e 6) entrada na OMC, em 2011, o que também contribuiu para captar IED.

Tais medidas lograram significativo êxito, dado que os investimentos estrangeiros na Rússia encontravam-se praticamente estagnados na década de 1990 e cresceram consideravelmente a partir de 2002. Ademais, 11% do IED realizado entre 2010-2017 foi direcionado ao ramo energético, uma conquista considerável visto que as atividades de “Mineração e Extração de Combustíveis e Materiais Energéticos” foram ultrapassadas apenas por Atividades Financeiras, Comércio e Fabricação.

Os esforços do governo Putin-Medvedev para superar o isolamento da infraestrutura distributiva do setor energético também foram bem sucedidos, posto que dentre os 22 principais oleodutos e gasodutos da Rússia, 17 deles foram construídos ou concluídos a partir dos anos 2000.

Apesar dos progressos, o setor energético ainda enfrenta alguns sérios problemas, como atraso tecnológico, depreciação dos bens de capital, baixo desenvolvimento da infraestrutura energética nas regiões do Extremo Oriente e da Sibéria Oriental, e investimentos ainda aquém do necessário para desenvolver o Complexo de Energia e Combustível.

A política energética de Putin, além de buscar recuperar o controle estatal do setor energético e desenvolvê-lo, também utiliza os recursos energéticos como instrumento de política externa. Assim, no governo Putin-Medvedev, o emprego dessa ferramenta é realizado de duas formas: 1) aplica-se a “coerção energética” ou a “*tap weapon*” em Estados mais fracos (econômico, político e militarmente) e que Moscou possui uma relação assimétrica favorável em questões energéticas e comerciais – como Bielorrússia, Armênia, Estônia, Letônia e Lituânia – ou seja, países que dependem muito mais dos recursos energéticos e do intercâmbio comercial com a Rússia, do que o contrário – nesse grupo encontram-se principalmente ex repúblicas soviéticas e antigos satélites europeus da URSS; 2) utiliza-se os recursos energéticos para estabelecer maior aproximação e cooperação com Estados de maior peso econômico,

político e militar, que Moscou tem uma relação de interdependência energética e que são importante parceiros comerciais da Rússia, dado que bloqueios ou interrupções de fornecimento energético (“coerção energética”) para esses países provocariam prejuízos na economia russa que também depende da demanda energética desses Estados e ainda poderia sofrer retaliações comerciais – fazem parte dessa categoria países da Europa Ocidental (como Alemanha e Holanda) e a China.

Portanto, com países do primeiro grupo o método aplicado, pela Rússia, abrangeu casos como a interrupção de fornecimento de petróleo à Bielorrússia, em 2007, para adquirir ações da *Beltransgaz*. Enquanto, com Estados do segundo agrupamento, o governo Putin-Medvedev aproveita a interdependência energética e o poder econômico desses países para realizar importantes cooperações energéticas, como a construção do gasoduto *Nord Stream* com a Alemanha, e os diversos acordos com a China, que envolvem desde empréstimos chineses em troca do fornecimento, a longo prazo (entre 5 e 30 anos), de petróleo e gás natural russo, até o financiamento da construção do oleoduto ESPO e do Projeto Yamal LNG.

Apesar da Europa como um todo destacar-se como importador dos recursos energéticos russos (posto que é responsável pelo consumo de 75% do gás natural, quase 60% do petróleo e 46% do carvão exportados pela Rússia), ao analisar os Estados separadamente a China se sobressai e supera os Estados europeus no destino das exportações russas de petróleo – na qual ocupa o primeiro lugar com 18% - e carvão – em que ocupa o segundo lugar com 10%, não se destacando apenas no gás natural. Moscou, por sua vez, também é a principal fonte de petróleo (bruto) para Pequim (14%), desde 2016, quando ultrapassou a Arábia Saudita.

A cooperação energética é o principal elo no relacionamento sino-russo. A essência da interação entre os dois países pode ser resumida na busca de Pequim pelo acesso aos recursos energéticos russos a fim de garantir o crescimento e manutenção de sua economia, enquanto Moscou busca assegurar a demanda energética e o capital chinês para investimento na sua infraestrutura energética. A cooperação entre Rússia e China tem evoluído, principalmente, devido a necessidade de diversificação das relações energéticas dos dois países, dado que: 1) as exportações russas são destinadas principalmente à Europa, o que além de não ser o ideal para economia ter um mercado tão concentrado, as sanções impostas por União Europeia e EUA após a Crise da Ucrânia, em 2014, intensificaram a necessidade de expandir novos mercados; e 2) mais da metade das importações chinesas de petróleo advém da África Ocidental e do Oriente Médio, regiões cujo transporte de produtos é realizado por rotas marítimas que cruzam o Estreito do Malaca, espaço vulnerável a bloqueios caso os Conflitos no Mar do Sul

da China se agravem, o que põe em risco a segurança energética chinesa. A instabilidade política do Oriente Médio é outro elemento preocupante para Pequim.

Isto posto, os dois países realizaram vários acordos para fortalecer as relações energéticas. Moscou e Pequim buscaram intensificar o comércio de petróleo, por meio da realização de contratos em que companhias chinesas como CNPC, CDB e Sinopec concederam empréstimos a: 1) Rosneft em troca do fornecimento de petróleo a longo prazo, e a 2) Transneft para conclusão do oleoduto ESPO e construção de uma via até a China.

Os dois Estados também buscaram incluir o gás natural russo na economia chinesa, cuja presença, atualmente, é mínima: equivale a somente 1% das importações chinesas de gás natural liquefeito. Para isso, efetuaram-se acordos de longo prazo para fornecimento de gás natural russo para China, construiu-se o gasoduto *Power of Siberia* que liga os dois países, e implementou-se investimento conjunto para execução do Projeto Yamal LNG.

Todos esses acordos representam a intensidade da cooperação energética sino-russa e sua tendência de continuidade e elevação, visto que Pequim e Moscou vincularam o fornecimento e a demanda energética de suas economias por anos (até décadas), e estabeleceram uma inclinação para aumentar suas relações energéticas quando construíram o oleoduto ESPO e o gasoduto *Power of Siberia*, dado que esses dutos facilitam e barateiam o transporte das *commodities*.

A cooperação energética promoveu o aprofundamento das relações sino-russas e seu transbordamento de questões econômicas e comerciais para esfera política e de segurança, através da identificação e exploração de outros interesses comuns. O apoio mútuo entre Pequim e Moscou na Crise da Ucrânia e nos Conflitos no Mar do Sul da China refletem esse transbordamento.

Tanto a China quanto a Rússia demonstraram certa neutralidade no início dos dois conflitos, contudo, por compartilharem os objetivos de contrabalancear o EUA, findar a hegemonia estadunidense e estabelecer uma ordem multipolar, os dois países motivaram-se a ajudar. Pequim colaborou com Moscou por compreender que a intervenção russa na Ucrânia foi uma tentativa de conter o expansionismo ocidental, dado que EUA e União Europeia haviam incentivado as manifestações ucranianas e prejudicado a estabilidade da região. E a Rússia, por sua vez, apoiou a China por acreditar que os Conflitos no Mar do Sul da China não diz respeito ao EUA e portanto, sua intervenção é mais uma de suas interferências em assuntos alheios com função desestabilizadora.

Assim, a partir de 2014, a China aumentou as importações de recursos energéticos e os investimentos na Rússia com o fim de amenizar os efeitos das sanções ocidentais impostas

àquele país. E a Rússia, ao elevar e assegurar fornecimento energético estável para China, contribuiu com a redução da dependência chinesa dos hidrocarbonetos do Oriente Médio e da África Ocidental – cujos produtos são transportados por rotas marítimas suscetíveis a bloqueios – e portanto, proporcionou segurança energética e liberdade de ação à Pequim nas disputas no Mar do Sul da China. Moscou também forneceu apoio político à Pequim ao condenar a participação do EUA – maior ameaça à Pequim – nos Conflitos no Mar do Sul da China e ao realizar exercícios navais com a China na região.

Ademais, Rússia e China supostamente repartiram as esferas de influência na Ásia, onde o leste asiático caberia à China, e o espaço pós soviético e Oriente Médio seria de influência russa. Enquanto na Ásia Central, Pequim e Moscou optaram por estabelecer um espaço de influência conjunta.

Portanto, conclui-se que a relação sino-russa é uma “parceria estratégica”, pois a cooperação energética promoveu a evolução desse relacionamento para além da simples conveniência e complementariedade econômica, fazendo-os convergir nos princípios que a ordem internacional deve ser instituída.

Em suma, no decorrer da pesquisa buscou-se responder esses dois questionamentos: “A política energética russa, implementada a partir dos anos 2000 por Vladimir Putin, foi um dos elementos que fortaleceu (contribuiu para reinserção da) a Rússia no cenário internacional? A China é relevante na política energética russa?”

A política energética russa do presidente Putin foi essencial para recuperar o país da crise econômica, social e política que assolou o país nos anos 1990 e reinseri-lo no cenário internacional. A elevação nos preços do petróleo e gás natural a partir de 1999 contribuíram significativamente, entretanto os benefícios dessa alta perduraram devido ao esforço de renacionalização das empresas energéticas, que possibilitou ao Estado ter acesso aos ganhos das exportações energéticas e reinvesti-lo no desenvolvimento do país. Ademais, Putin reconheceu desde cedo os principais problemas que deveriam ser superados para elevar a eficiência do setor energético: insuficiência de investimento e isolamento da infraestrutura. Após realizar várias reformas tributárias para atrair investimento estrangeiro, os números comprovam a entrada do capital na economia russa, e a construção e conclusão dos vários dutos representando a expansão da infraestrutura distributiva no século XXI. Ademais, a política energética do governo Putin adaptou a utilização dos recursos energéticos como instrumento de política externa de acordo com o país que lidava, o que resultou na aquisição de empresas estratégicas e manutenção de política externa pró russa em vários Estados que Moscou aplicou a coerção energética, e o estabelecimento de importantes cooperações (como construção do

Nord Stream com Alemanha, ESPO com China) com os países que a Rússia usou os recursos energéticos como ferramenta de aproximação e cooperação.

Portanto, a política energética auxiliou: 1) na recuperação econômica (e fortalecimento) do país através do desenvolvimento do “setor mais importante da economia” por meio da atração de capital estrangeiro e expansão de infraestrutura, e 2) na reinserção internacional da Rússia, dado a utilização de recursos energéticos como instrumento de política externa para recuperação/manutenção da esfera de influência no espaço pós soviético e para estabelecimento de cooperação com países relevantes para as estratégias russas.

Por fim, a importância de Pequim na política energética russa reside na contribuição chinesa em duas questões: 1) diversificação da demanda energética, ainda muito concentrada na União Europeia; e 2) fornecimento de capital para investimentos na infraestrutura energética – que apresenta um alto grau de depreciação e atraso tecnológico. Essas duas contribuições chinesas oferecem à Moscou uma alternativa às instituições financeiras do Ocidente e ao mercado energético europeu, o que proporciona maior liberdade de ação para a Rússia nas questões que o país diverge do Ocidente, como expansão da OTAN, da União Europeia, as Revoluções Coloridas e a Crise da Ucrânia (2014). Ademais, as importações energéticas e os investimentos chineses representam uma “injeção na veia” da economia russa, dado que o setor energético é o carro-chefe, com isso a China contribui com o desenvolvimento e modernização econômica, com a adoção de uma política externa independente – devido a maior margem de manobra de ação – e conseqüentemente auxilia a reinserção internacional da Rússia como potência – visto que colabora na obtenção de poder econômico, todos objetivos de política externa russa.

Dessa maneira, a pesquisa demonstrou que a política energética foi fundamental para reinserção da Rússia no ambiente internacional, visto que possibilitou sua recuperação econômica e permitiu a conversão de poder energético em instrumento de barganha na política externa. Essa aplicação dos recursos energéticos como ferramenta de política externa garantiu tanto a manutenção da esfera de influência russa na maior parte do espaço pós soviético quanto o estabelecimento de importantes parcerias com grandes potências, como Alemanha e China. Por fim, é necessário destacar a relevância do presidente Putin para o alcance desses resultados, posto que ao enxergar na indústria energética o setor estratégico do país, Putin apontou o caminho que a Rússia deveria trilhar para voltar a ser uma potência no sistema internacional. Isto posto, seria interessante analisar quais outros setores Putin também considera estratégico e confere a mesma relevância que o energético e quais também contribuíram para recuperação econômica e reintrodução russa no cenário internacional.

REFERÊNCIAS

- AALTO, Pami. *Introduction*. In.: AALTO, Pami (ed.). **Russia's Energy Policies: National, Interregional and Global Levels**. Elgar Publishing Limited, 2012, p. 03-19.
- AFRICA REUTERS. **Fitch: Yamal Lng Deal With Chinese Banks Benefits Novatek And Total**. May 3, 2016. Disponível em: <<https://af.reuters.com/article/commoditiesNews/idAFFit957700>>. Acesso em: 05 junho 2019.
- AHMED, Nafeez. **Ukraine crisis is about Great Power oil, gas pipeline rivalry**. 2014. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/environment/earth-insight/2014/mar/06/ukraine-crisis-great-power-oil-gas-rivals-pipelines>>. Acesso em: 01 out. 2018.
- ALVAREZ, Paula Redondo. *Ahead of a Fake Election, Russia Remembers the Murder of a Real Opposition Leader*. Freedom House. February 27, 2018. Disponível em: <<https://freedomhouse.org/blog/ahead-fake-election-russia-remembers-murder-real-opposition-leader>>. Acesso em: 09 outubro 2018.
- AMELANG, Sören; WETTENGEL, Julian. **Germany's dependence on imported fossil fuels**. 29 Apr 2019. Disponível em: <<https://www.cleanenergywire.org/factsheets/germanys-dependence-imported-fossil-fuels>>. Acesso em: 18 abril 2019.
- ANALYTICAL CENTER FOR THE GOVERNMENT OF THE RUSSIAN FEDERATION. **Russian Energy – 2015**. 2016, p. 01-64. Disponível em: <<http://ac.gov.ru/files/publication/a/10205.pdf>>. Acesso em: 20 abril 2018.
- ARCTIC BULK. **Northern Sea Route - the shortcut between Asia and Europe**. Disponível em: <http://www.arcticbulk.com/article/186/NORTHERN_SEA_ROUTE>. Acesso em: 28 abril 2019.
- Artyom Lukin. 2019. **China in Russia's Turn to the East**. East-West Center, Number 477. May 6, 2019. Disponível em: <https://www.eastwestcenter.org/system/tdf/private/apb477_0.pdf?file=1&type=node&id=37135>. Acesso em: 30 maio 2019.
- BAJPAI, Prableen. **Emerging Markets: The Parts of Russia's GDP**. December 17, 2017. Disponível em: <<https://www.investopedia.com/articles/investing/120615/emerging-markets-analyzing-russias-gdp.asp>>. Acesso em: 20 set. 2018.
- BAUMANN, Florian. **Energy Security as Multidimensional Concept**. C·A·P: Center for Applied Policy Research, N° 01, March 2008, p. 01-14.
- BBC. **Rosneft in \$270bn China oil supply deal**. 21 June 2013. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/business-23000827>>. Acesso em: 01 abril 2018.
- BBC. **Rússia e EUA adotam sanções; Moscou adverte contra 'impulso hostil'**. 20 de março de 2014. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/03/140320_sancoes_russia_rb>. Acesso em: 07 maio 2019.
- BERMINGHAM, Finbarr. **China Funds Mega Yamal Lng Project**. 04 May 2016. Disponível em: <<https://www.gtreview.com/news/europe/china-funds-mega-russian-lng-project/>>. Acesso em: 05 junho 2019.

BIANCO, Matheus. **O Projeto Yamal LNG e sua Relevância para a Rússia**. NEBRICS. 18 de dezembro de 2018. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/nebrics/o-projeto-yamal-lng-e-sua-relevancia-para-a-russia/>>. Acesso em: 05 junho 2019.

BLANK, Stephen. Russo-Chinese Relations at a Crossroads: An American View. In.: MOSHES, Arkady; NOJONEN, Matti (eds.). *Russia-China relations: Current state, alternative futures, and implications for the West*. The Finnish Institute of International Affairs (FIIA report 30), 2011, p. 76-94.

BOBO LO. *Cooperation, Ambiguity and Tension*. In.: BOBO LO. *Axis of Convenience: Moscow, Beijing, and the New Geopolitics*. Washington, D.C.: Brookings Institution Press, 2008, p. 01-16.

BOLT, Paul J.. *Sino-Russian Relations in a Changing World Order*. Strategic Studies Quarterly: Winter 2014, p. 48-70.

BP STATISTICAL REVIEW OF WORLD ENERGY. *BP Statistical Review of World Energy June* 2018. 2018. Disponível em: <<https://www.bp.com/en/global/corporate/energy-economics/statistical-review-of-world-energy.html>>. Acesso em: 15 maio 2019.

BP STATISTICAL REVIEW OF WORLD ENERGY. *BP Statistical Review of World Energy June 2017*. 2017. Disponível em: <<https://www.bp.com/content/dam/bp/en/corporate/pdf/energy-economics/statistical-review-2017/bp-statistical-review-of-world-energy-2017-full-report.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2018.

BRITISH BROADCASTING CORPORATION (BBC). *Entenda a quebra do banco Lehman Brothers*. 2008. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2008/09/080915_lehman_qa_pu.shtml>. Acesso em: 27 set. 2018.

BRITISH BROADCASTING CORPORATION (BBC). *Rosneft in \$270bn China oil supply deal*. Junho 2013. Disponível: <<http://www.bbc.com/news/business-23000827>>. Acesso em: 01 abril 2018.

BUZAN, Barry; WAEVER, Ole; WILDE, Jaap de. *Security Analysis: Conceptual Apparatus*. In: *Security: a new framework for analysis*. Boulder, CO: Lynne Rienner Publishers, 1998.

CESNAKAS, Giedrius. *Energy resources as the tools of foreign policy: the case of Russia*. *Lithuanian Foreign Policy Review* vol. 35, 2016, p. 09-40.

CHENOY, Anuradha M.; KUMAR, Rajan. *Re-emerging Russia: Structures, Institutions and Processes*. Published by Palgrave Macmillan, 2017, p. 153-184.

CIUTĂ, Felix. “*Conceptual Notes on Energy Security: Total or Banal Security?*”, *Security Dialogue*, vol. 41, no. 2, April 2010, p. 123-144.

CLOVER, Charles. *Russia and China agree \$270bn oil deal*. Financial Times. June 21, 2013 Disponível em: <<https://www.ft.com/content/ebc10e76-da55-11e2-a237-00144feab7de>>. Acesso em 15 maio 2019.

CLOVER, Charles. *Russian puzzle proves hard to crack*. Financial Times. October 23, 2013. Disponível em: <<https://www.ft.com/content/d1d20a5a-358c-11e3-b539-00144feab7de>>. Acesso em 10 junho 2019.

COLLINS, Gabriel. *Russia's Use of the “Energy Weapon” in Europe*. Rice University's Baker Institute for Public Policy, 2017, p. 01-08. Disponível em: <https://www.bakerinstitute.org/media/files/files/ac785a2b/BI-Brief-071817-CES_Russia1.pdf>. Acesso em 15 junho 2018.

DEPERSIO, Greg. *Why did oil prices drop so much in 2014?* May 6, 2019. Disponível em: <<https://www.investopedia.com/ask/answers/030315/why-did-oil-prices-drop-so-much-2014.asp>>. Acesso em: 20 setembro 2018.

DOWNS, Erica. *Russia not Saudi Arabia is China's main source of oil*. Março 2018. Disponível em: <<https://cpianalysis.org/2018/03/28/the-new-king-of-chinas-crude-oil-imports-russia-and-the-competition-for-market-share-in-china/>>. Acesso em: 08 abril 2018.

DOWNS, Erica. *Sino-Russian Energy Relations: An Uncertain Courtship*. In.: BELLACQUA, James A. *The Future of China-Russia Relations*. The University Press of Kentucky, 2010, p. 146-175.

EFE. **Putin inaugura gigantesca usina de gás liquefeito no Ártico**. 08 de dezembro de 2017. Disponível em: <<https://www.efe.com/efe/brasil/mundo/putin-inaugura-gigantesca-usina-de-gas-liquefeito-no-artico/50000243-3461837#>>. Acesso em: 28 abril 2019.

EIA (U.S. ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION). **China**. Maio 2015. Disponível em:

<https://www.eia.gov/beta/international/analysis_includes/countries_long/China/china.pdf>. Acesso em: 16 abril 2018.

EIA (U.S. ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION). *Country Analysis Brief: Russia*. Out. 2017. Disponível em:

<https://www.eia.gov/beta/international/analysis_includes/countries_long/Russia/russia.pdf>. Acesso em: 15 abril 2018.

EL MUNDO. *Cronología de la crisis ucraniana*. 05 de maio de 2014 Disponível em: <<http://www.elmundo.es/internacional/2014/02/18/53038275ca4741015a8b457e.html>>. Acesso em: 01 out. 2018.

ESCARDA, Arturo. **Rússia dá grande passo para conquistar o Ártico**. EXAME. 13 de dezembro de 2017. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/economia/russia-da-grande-passo-para-conquistar-o-artico/>>. Acesso em: 26 abril 2019.

ESTADÃO. **EUA impõem sanções a oligarcas russos por "atividades maliciosas"**. 2018. Disponível em: <<https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,estados-unidos-impoem-sancoes-a-oligarcas-russos-devido-a-atividades-maliciosas,70002257879>>. Acesso em: 02 out. 2018.

ESTADÃO. **Gasoduto Turcomenistão/China será inaugurado amanhã**. 2009. Disponível em: <<https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,gasoduto-turcomenistaochina-sera-inaugurado-amanha,481358>>. Acesso em: 25 maio 2018.

ESTADÃO. **Gasoduto Turcomenistão/China será inaugurado amanhã**. Dezembro de 2009. Disponível em: <<https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,gasoduto-turcomenistaochina-sera-inaugurado-amanha,481358>>. Acesso em: 25 maio 2018.

ESTADÃO. **Rússia e China fazem acordo de oferta de petróleo e gás**. 22 de outubro de 2013. Disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/negocios,russia-e-china-fazem-acordo-de-oferta-de-petroleo-e-gas,168152e>>. Acesso em: 15 maio 2019.

EURONEWS. **Relembrar o massacre na escola de Beslan dez anos depois**. 2014. Disponível em: <<http://pt.euronews.com/2014/09/01/relembrar-o-massacre-na-escola-de-beslan-dez-anos-depois>>. Acesso em 18 out. 2018.

EUROSTAT. *Main origin of primary energy imports, EU-28, 2006-2016*. 9 August 2018. Disponível em: <<https://ec.europa.eu/eurostat/statistics->

explained/index.php?title=File:Main_origin_of_primary_energy_imports,_EU-28,_2006-2016_(%25_of_extra_EU-28_imports).png&oldid=398029>. Acesso em: 18 abril 2019.

EXAME. **Oposição e ONG denunciam irregularidades em eleição na Rússia.** 2018.

Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/mundo/oposicao-e-ong-denunciam-irregularidades-em-eleicao-na-russia/>>. Acesso em 11 out. 2018.

EXAME. **Rússia e China assinam mega-acordo petrolífero.** 21 de junho de 2013.

Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/economia/russia-e-china-assinam-mega-acordo-petrolifero/>>. Acesso em: 20 maio 2019.

EXAME. **Rússia inaugura usina gigantesca de gás natural no Ártico.** 08 de dezembro de 2017.

Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/economia/russia-inaugura-usina-gigantesca-de-gas-natural-no-artico/>>. Acesso em: 26 abril 2019.

FACON, Isabelle. **China e Rússia, cúmplices, mas não aliadas.** Le Monde Diplomatique Brasil.

01 de agosto de 2018. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/china-e-russia-cumplices-mas-nao-aliadas/>>. Acesso em: 30 maio 2019.

FERNÁNDEZ, Rodrigo. **Protestos marcam o dia eleitoral na Rússia.** 2018. Disponível em:

<https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/08/internacional/1536427569_230603.html>. Acesso em 15 out. 2018.

FERREIRA, Marcos Farias; HANNES, Miguel. **Como treinar o teu dragão: Vladimir Putin e o modelo checheno de contra-insurgência.** Fortaleza: Tensões Mundiais, vol. 11, nº 21, 2015, pp. 169-198.

FILIPOV, David. *Here are 10 critics of Vladimir Putin who died violently or in suspicious ways.* March 23, 2017 Disponível em:

<https://www.washingtonpost.com/news/worldviews/wp/2017/03/23/here-are-ten-critics-of-vladimir-putin-who-died-violently-or-in-suspicious-ways/?noredirect=on&utm_term=.1ce2a57c7919>. Acesso em: 18 novembro 2018.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Putin sanciona reforma da previdência que levou a protestos na Rússia.** 2018. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/10/putin-sanciona-reforma-da-previdencia-que-levou-a-protestos-na-russia.shtml?loggedpaywall#_=_>. Acesso em 15 out. 2018.

FORBES. *Russia's Top 10 Largest Companies 2018.* 2018. Disponível em:

<<https://www.forbes.com/pictures/5b18024d4bbe6f74868bc4c2/8-tatneft/#7766301276a1>>. Acesso em 10 abril 2018.

FORTESCUE, Stephen. *Russia's "Turn to the East": A study in policy making.* *Post-Soviet Affairs*, 2015, p. 01-32.

FRANCIS, Diane. *Why Nord Stream 2 Isn't Just an Ordinary Pipeline.* March 20, 2018.

Disponível em: <<https://www.atlanticcouncil.org/blogs/ukrainealert/why-nord-stream-2-isnt-just-an-ordinary-pipeline>>. Acesso em: 18 abril 2019.

FREIRE, Maria Raquel; VINHA, Luís da. Política externa: modelos, atores e dinâmicas. In.: FREIRE, Maria Raquel (coord.). **Política Externa: As Relações Internacionais em mudança.** Imprensa da Universidade de Coimbra. Disponível em: <<https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/38486/3/Politica%20externa%20modelos.pdf>>. Acesso em: 03 junho 2018.

FUNAG (FUNDAÇÃO ALEXANDRE GUSMÃO). **Maiores Economias do Mundo (PIB em trilhões de US\$ - 2012-2019 – ordem decrescente de 2013).** Disponível em:

<http://www.funag.gov.br/ipri/images/analise-e-informacao/01-Maiores_Economias_do_Mundo.pdf>. Acesso em: 30 maio 2019.

G1. **EUA inauguram sistema antimíssil na Romênia, para desgosto de Moscou.** 12 de maior de 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/05/eua-inauguram-sistema-antimissil-na-romenia-para-desgosto-de-moscou-20160512134003412620.html>>. Acesso em 16 out. 2018.

G1. **Navalny, líder opositor russo, e mais de mil pessoas são presos em protesto contra Putin.** 05 de maio de 2018. Globo.com. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/navalny-lider-opositor-russo-e-presos-em-protesto-contra-putin.ghtml>>. Acesso em: 18 novembro 2018.

GABUEV, Alexander. *A “Soft Alliance”? Russia-China Relations After The Ukraine Crisis.* *European Council on Foreign Relations (ECFR), February 2015*, p. 01-11.

GAZPROM. **Beltransgaz returns to Gazprom Family.** April 4, 2012. Disponível em: <<http://www.gazprom.com/press/news/reports/2012/beltransgaz-photo-reportage/>>. Acesso em 20 junho 2018.

GAZPROM. **Beltransgaz returns to Gazprom Family.** 2012. Disponível em: <<http://www.gazprom.com/press/news/reports/2012/beltransgaz-photo-reportage/>>. Acesso em: 20 junho 2018.

GAZPROM. **Blue Stream: Russian natural gas supplies to Turkey.** Disponível em: <<http://www.gazprom.com/projects/blue-stream/>>. Acesso em: 18 maio 2019.

GAZPROM. **Gazprom and CNPC sign Agreement on Power of Siberia cross-border section and other documents for further cooperation.** December 17, 2015. Disponível em: <<http://www.gazprom.com/press/news/2015/december/article256006/>>. Acesso em: 10 outubro 2018.

GAZPROM. **Power of Siberia.** Disponível em: <<http://www.gazprom.com/about/production/projects/pipelines/built/ykv/>>. Acesso em: 20 março 2018.

GAZPROM. **Shares.** December 31, 2018. Disponível em: <<http://www.gazprom.com/investors/stock/>>. Acesso em: 05 abril de 2019.

GAZPROMa. **Sakhalin – Khabarovsk – Vladivostok: The first interregional gas transmission system in eastern Russia.** Disponível em: <<http://www.gazprom.com/projects/skhv/>>. Acesso em 15 abril 2019.

GAZPROMb. **Nord Stream: The gas pipeline directly connecting Russia and Europe.** Disponível em: <<http://www.gazprom.com/projects/nord-stream/>>. Acesso em 15 abril 2019.

GAZPROMc. **Power of Siberia: The largest gas transmission system in Russia’s East.** Disponível em: <<http://www.gazprom.com/projects/turk-stream/>>. Acesso em 15 abril 2019.

GAZPROMd. **TurkStream: Gas exports to Turkey and southern and southeastern Europe.** Disponível em: <<http://www.gazprom.com/projects/power-of-siberia/>>. Acesso em 15 abril 2019.

GAZPROMe. **Nord Stream 2: A new export gas pipeline running from Russia to Europe across the Baltic Sea.** Disponível em: <<http://www.gazprom.com/projects/nord-stream2/>>. Acesso em 15 abril 2019.

GAZPROMf. **Gas Pipelines.** Disponível em: <<http://www.gazprom.com/projects/#pipeline>>. Acesso em 08 junho 2019.

GEL'MAN, Vladimir. *The rise and decline of electoral authoritarianism in Russia*. Demokratizatsiya. 2014.

GERHARDT, Tatiana Engel; SOUZA, Aline Corrêa de. Aspectos Teóricos e Conceituais. In GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2009.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. A Pesquisa Científica. In GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2009.

GOES, Sander. *Foreigners in the Russian petroleum sector: the cases of Sakhalin-II and TNKBP*. Tese (Doutorado em Filosofia) - Faculty of Humanities, Social Sciences and Education, University of Tromsø. February 2013 Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/19641042.pdf>>. Acesso em 10 junho 2019.

GOLDMAN, Marshall I. **Petrostate: Putin, Power, and The New Russia**. New York: Oxford University Press. 2008.

HAINES, Andres Ferrari; BRANDALISE, Angela Gallina. **Política energética da Rússia: efeitos na inserção internacional do país**. Porto Alegre: UFRGS/FCE/ DERI, 2018, p. 01-18. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/fce/wp-content/uploads/2018/01/TD01_brandalise_haines.pdf>. Acesso em 18 junho 2018.

HILL, Fiona. *Energy Empire: Oil, Gas and Russia's Revival*. *The Foreign Policy Centre, september 2004*, p. 01-64.

HORNBY, Lucy; ANDERLINI, Jamil; CHAZAN, Guy. *China and Russia sign \$400bn gas deal*. Financial Times. *May 21, 2014* Disponível em: <<https://www.ft.com/content/d9a8b800-e09a-11e3-9534-00144feabdc0>>. Acesso em: 05 junho 2019.

HYDROCARBONS TECHNOLOGY. *Baltic Pipeline System–2*. Disponível em: <<https://www.hydrocarbons-technology.com/projects/baltic-pipeline-system2/>>. Acesso em 15 abril 2019.

HYDROCARBONS TECHNOLOGYa. *Zapolyarye-Purpe Oil Pipeline*. Disponível em: <<https://www.hydrocarbons-technology.com/projects/zapolyarye-purpe-oil-pipeline/>>. Acesso em 15 abril 2019.

IBRAHIM, Youssef M.. *Oil Countries Approve World Cutback of 3%*. The New York Times. *MARCH 24, 1999*. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/1999/03/24/business/oil-countries-approve-world-cutback-of-3.html>>. Acesso em: 20 setembro 2018.

LANKINA, Tomila; NIEMCZYK, Kinga. Russia's Foreign Policy and Soft Power. In CADIER, David; LIGHT, Margot (org.). **Russia's foreign policy: Ideas, Domestic Politics and External Relations**. London: Palgrave Macmillan. 2015.

KACZMARSKI, Marcin. *Russia–China Relations in the Post-Crisis International Order*. Oxford: Routledge, 2015, p. 08-34.

KONOŃCZUK, Wojciech. *The East Siberia/Pacific Ocean (ESPO) oil pipeline: a strategic project – an organisational failure?* CES Commentary: Centre for Eastern Studies. 22 outubro 2018. Disponível em: <https://www.files.ethz.ch/isn/93805/commentary_12.pdf>. Acesso em 15 abril 2019.

- KRAMER, Andrew E.. *Kremlin Aim of Monopoly Threatens BP Gas Venture*. The New York Times. *May 29, 2007*. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2007/05/29/business/worldbusiness/29rusoil.html>>. Acesso em: 08 fevereiro 2019.
- KUDRIN, Alexei; MAU, Vladimir. *The Principles and Goals of the Russian State in the Twenty-First Century*. In.: STUDIN, Irvin (Ed.). *Russia: Strategy, Policy and Administration*. Palgrave Macmillan, 2018, p. 17-29.
- KUNDNANI, Hans. *Russia investigates Shell's Sakhalin-2 project*. The Guardian. *October 25, 2006*. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/environment/2006/oct/25/energy.oilandpetrol>>. Acesso em 10 junho 2019.
- LEFT, Sarah. *Opec announces oil output cut*. The Guardian. *28 December 2001*. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/business/2001/dec/28/oil.sarahleft>>. Acesso em: 20 setembro 2018.
- LEICHTOVA, Magda. *Misunderstanding Russia: Russian foreign policy and the West*. Published by Ashgate Publishing Company, 2014, p. 17-37.
- LI, Xi; LIU, Xuewen; WANG, Yong. *A Model of China's State Capitalism*. HKUST IEMS: Working Paper No. 2015-12. *February 2015*. Disponível em: <<https://iems.ust.hk/assets/publications/working-papers-2015/iemswp2015-12.pdf>>. Acesso em: 24 abril 2019.
- LIODIS, Nick K.. *What causes oil prices to fluctuate?* *April 20, 2018*. Disponível em: <<https://www.investopedia.com/ask/answers/012715/what-causes-oil-prices-fluctuate.asp>>. Acesso em: 20 setembro 2018.
- LNG WORLD NEWS. *Russia's Novatek delivers two Yamal LNG cargoes via NSR to China*. *July 19, 2018* Disponível em: <<https://www.lngworldnews.com/russias-novatek-delivers-two-yamal-lng-cargoes-via-nsr-to-china/>>. Acesso em: 24 abril 2019.
- LOSSAN, Alexei. *Birth rate in Russia creeps up despite economic crisis*. 2016. Disponível em: <https://www.rbth.com/politics_and_society/2016/09/23/birth-rate-in-russia-creeps-up-despite-economic-crisis_632671>. Acesso em 10 out. 2018.
- MARKET SCREENER. **NOVATEK PAO (NVTK)**. Disponível em: <<https://www.marketscreener.com/NOVATEK-PAO-9059308/company/>>. Acesso em 10 junho 2019.
- MASCOTTO, Guillaume. *Demystifying Russia's Energy Strategy toward China: Strategic Manipulation or Unwitting Vulnerability?* Montreal: CEIM (*Centre d'études sur l'intégration et la mondialisation*). 2010. P. 01-26. Disponível em: <http://www.ieim.uqam.ca/IMG/pdf/MascottoG_Russia2010.pdf>. Acesso em 10 junho 2018.
- MCDONALD, Matt. *Securitisation and the Construction of Security*. University of Warwick. 2008. 37p.
- MCFAUL, Michael. *Russia's 2000 Presidential Elections: Implications for Russian Democracy and U.S.-Russian Relations*. Carnegie Endowment for International Peace. April 01, 2000. Disponível em: <<https://carnegieendowment.org/2000/04/01/russia-s-2000-presidential-elections-implications-for-russian-democracy-and-u.s.-russian-relations-pub-421>>. Acesso em: 10 outubro 2018.
- MCNABB, David E.. *Vladimir Putin and Russia's Imperial Revival*. CRC Press: Taylor & Francis Group. 2016, p. 57-72.

- MEIDAN, Michal. *China's loans for oil: asset or liability?* The Oxford Institute of Energy Studies. December 2016. Disponível em: <<https://www.oxfordenergy.org/wpcms/wp-content/uploads/2016/12/Chinas-loans-for-oil-WPM-70.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2019.
- MELLO, João. **Moniz Bandeira fala sobre a questão da Crimeia.** 2014. Disponível em: <<https://jornalggn.com.br/noticia/moniz-bandeira-fala-sobre-a-questao-da-crimea>>. Acesso em: 01 out. 2018.
- MELLO, João. **Putin limita importações de países que impuseram sanções contra a Rússia.** 04 de abril de 2014. Disponível em: <<https://jornalggn.com.br/noticia/putin-limita-importacoes-de-paises-que-impuseram-sancoes-contr-a-russia>>. Acesso em: 02 out. 2018.
- MFA (MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS). *Concept of the Foreign Policy of the Russian Federation.* 2013. Disponível em:<
- MFA (MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS). *Foreign Policy Concept Of The Russian Federation.* 2016. Disponível em:<
http://www.mid.ru/ru/foreign_policy/official_documents/-/asset_publisher/CptICk6BZ29/content/id/2542248?p_p_id=101_INSTANCE_CptICk6BZ29&_101_INSTANCE_CptICk6BZ29_languageId=en_GB>. Acesso em 20 junho 2018.
- MFA (MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS). *The Foreign Policy Concept Of The Russian Federation.* 2000. Disponível em:< <https://fas.org/nuke/guide/russia/doctrine/econcept.htm>>. Acesso em 20 junho 2018.
- MFA (MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS). *The Foreign Policy Concept Of The Russian Federation.* 2008.
- MITROVA, Tatiana. *Western Sanctions on Russia's Oil and Gas Sector: a Damage Assessment.* 2018. Disponível em: <<https://carnegie.ru/commentary/76909>>. Acesso em: 02 out. 2018.
- MOHAPTRA, Nalin Kumar. *Energy Security and Russia's Foreign Policy.* Centre for Rising Powers: Department of Politics and International Studies - University of Cambridge. May 2013, p. 01-36.
- MORDYUSHENKO, Olga. *LUKOIL will pay tribute to the shareholders.* Russian Business Weekly. 15 de Janeiro de 2018. Disponível em: <<http://www.rbweekly.com/2018/01/15/lukoil-will-pay-tribute-shareholders/>>. Acesso em 10 junho 2019.
- MYERS, Steven Lee. *Russia Closes File on Three 1999 Bombings.* The New York Times. May 1, 2003. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2003/05/01/world/russia-closes-file-on-three-1999-bombings.html>>. Acesso em: 10 outubro 2018.
- NALBANDOV, Robert. *Not by bread alone: Russian foreign policy under Putin.* Lincoln, Nebraska: Potomac Books, University of Nebraska Press, 2016, p. 01-17.
- NATIONAL BUREAU OF STATISTICS OF CHINA. *China Statistical Yearbook 2017.* Disponível em: <<http://www.stats.gov.cn/tjsj/ndsj/2017/indexeh.htm>>. Acesso em 15 jun. 2017.
- NEW EUROPE. *Omsk-Pavlodar-Atasu-Alashankou oil starts flowing.* JANUARY 26, 2008. Disponível em: <<https://www.neweurope.eu/article/omsk-pavlodar-atasu-alashankou-oil-starts-flowing/>>. Acesso em 08 junho 2019.
- NOLAN, Peter. *China's Rise, Russia's Fall: Politics, Economics and Planning in the Transition from Stalinism.* Basingstoke: Macmillan, 1995.

NORDEA TRADE. *The economic context of Russia*. Disponível em:

<<https://www.nordeatrade.com/pt/explore-new-market/russia/economical-context>>. Acesso em: 20 setembro 2018.

NOVATEK. *NOVATEK Shipped First LNG Cargos to China*. 19 July 2018 Disponível em:

<http://www.novatek.ru/en/index.php?id_4=2528>. Acesso em: 24 abril 2019.

OECD (THE OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY). **Armênia**. 2017d.

Disponível em: <<https://atlas.media.mit.edu/pt/profile/country/arm/>>. Acesso em: 24 maio 2019.

OECD (THE OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY). **Bielorrússia**. 2017a.

Disponível em: <<https://atlas.media.mit.edu/pt/profile/country/blr/>>. Acesso em: 24 maio 2019.

OECD (THE OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY). **China**. 2017g. Disponível em:

<<https://atlas.media.mit.edu/pt/profile/country/chn/>>. Acesso em: 24 maio 2019.

OECD (THE OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY). **Estônia**. 2017f. Disponível em:

<<https://atlas.media.mit.edu/pt/profile/country/est/>>. Acesso em: 24 maio 2019.

OECD (THE OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY). **Letônia**. 2017e.

Disponível em: <<https://atlas.media.mit.edu/pt/profile/country/lva/>>. Acesso em: 24 maio 2019.

OECD (THE OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY). **Lituânia**. 2017c.

Disponível em: <<https://atlas.media.mit.edu/pt/profile/country/ltu/>>. Acesso em: 24 maio 2019.

OECD (THE OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY). **Rússia**. 2017. Disponível em:

<<https://atlas.media.mit.edu/pt/profile/country/rus/>>. Acesso em: 22 abril 2019.

OECD (THE OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY). **Ucrânia**. 2017b.

Disponível em: <<https://atlas.media.mit.edu/pt/profile/country/ukr/>>. Acesso em: 24 maio 2019.

OECD (THE OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY). *What Does China export to Russia? (2017)*. 2017i. Disponível em:

<https://atlas.media.mit.edu/pt/visualize/tree_map/hs92/export/chn/rus/show/2017/>. Acesso em: 24 maio 2019.

OECD (THE OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY). *What Does Russia export to China? (2017)*. 2017h. Disponível em:

<https://atlas.media.mit.edu/pt/visualize/tree_map/hs92/export/rus/chn/show/2017/>. Acesso em: 24 maio 2019.

OFFICIAL JOURNAL OF THE EUROPEAN UNION. *Regulations: Council Regulation (EU) No 269/2014 of 17 March 2014 concerning restrictive measures in respect of actions undermining or threatening the territorial integrity, sovereignty and independence of Ukraine*. 2014. Disponível em: <<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=CELEX:32014R0269&from=GA>>. Acesso em: 02 out. 2018.

OLIVEIRA, Henrique Altemani. **Política Externa Brasileira**. Editora Saraiva. 2005.

OLIVEIRA, Nicole. **Você ainda não sabe, mas é contra o fracking**. 2015.

<https://epoca.globo.com/colunas-e-blogs/blog-do-planeta/noticia/2015/09/voce-ainda-nao-sabe-mas-e-contra-o-fracking.html>>. Acesso em 03 junho 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *International Migration 2017*.

Disponível em:

<<http://www.un.org/en/development/desa/population/migration/publications/wallchart/docs/MigrationWallChart2017.pdf>>. Acesso em 10 out. 2018.

ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DO ATLÂNTICO NORTE (OTAN). *NATO*

Enlargement & Open Door. 2016. Disponível em:

<https://www.nato.int/nato_static_fl2014/assets/pdf/pdf_2016_07/20160627_1607-factsheet-enlargement-eng.pdf>. Acesso em 15 out. 2018.

ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DO ATLÂNTICO NORTE (OTAN). *What Was The Warsaw Pact?* Disponível em:

<https://www.nato.int/cps/us/natohq/declassified_138294.htm>. Acesso em 16 out. 2018.

ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DO ATLÂNTICO NORTE (OTANa). *Member*

Countries. Disponível em: <<https://www.nato.int/nato-welcome/index.html#basic>>. Acesso em 16 out. 2018.

PAXTON, Robin; SOLDATKIN, Vladimir. *China lends Russia \$25 billion to get 20 years of oil*. February 17, 2009. Disponível em: <<https://uk.reuters.com/article/uk-russia-china-oil-sb/china-lends-russia-25-billion-to-get-20-years-of-oil-idUKTRE51G3S620090217>>. Acesso em: 06 abril 2018.

PELLEGRINI, Marcelo. **Regulação financeira falha criou mecanismos da crise de 2008**.

2011. Disponível em: <<http://www5.usp.br/1999/regulacao-financeira-falha-criou-mecanismos-da-crise-de-2008/>>. Acesso em: 27 set. 2018.

PEQUENO, João. **Ele tem a força**. 2008. Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs0203200813.htm>>. Acesso em 03 junho 2019.

PEQUENO, João. **Ele tem a força**. 2008. Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs0203200813.htm>>. Acesso em 03 junho 2019.

PETRONOTÍCIAS. **Rússia Fecha Acordo para Fornecer Petróleo e Gás à China**. 22 de outubro de 2013. Disponível em: <<https://petronoticias.com.br/archives/39669>>. Acesso em: 20 maio 2019.

PORTILLO, Juande. **Quais São As Maiores Economias Do Mundo?** El País. 10 de outubro de 2018. Disponível em:

<https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/10/economia/1539180659_703785.html>. Acesso em: 30 maio 2019.

POZZI, Sandro. **Bolha imobiliária: dez anos do gatilho da crise que parou o mundo**. 2017. Disponível em:

<https://brasil.elpais.com/brasil/2017/08/05/economia/1501927439_342599.html>. Acesso em: 27 set. 2018.

PRONINSKA, Kamila. *Energy and Security: Regional and Global Dimensions*. SIPRI Yearbook 2007: Armaments, Disarmament and International Security, p. 215-240.

REPUBLIC OF TURKEY MINISTRY OF ENERGY AND NATURAL RESOURCES.

Natural Gas Pipelines and Projects. Disponível em: <<https://www.enerji.gov.tr/en-US/Pages/Natural-Gas-Pipelines-and-Projects>>. Acesso em 14 abril 2019.

REUTERS. *Russia's Novatek ships first LNG cargo to China via Arctic*. July 19, 2018

Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/us-novatek-cnpc-lng/russias-novatek-ships-first-lng-cargo-to-china-via-arctic-idUSKBN1K90YN>>. Acesso em: 24 abril 2019.

- RICHARD, Hélène. *Russia's no 2 export changes its strategy: Why Russia cancelled South Stream?* Le Monde Diplomatique, June 2015. Disponível em: <<https://mondediplo.com/2015/06/07South-Stream>>. Acesso em 14 abril 2019.
- ROBINSON, Matt; SHCHEDROV, Oleg. *Georgia quits ex-Soviet group as Moscow allies rebel*. Reuters. August 18, 2009. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/us-georgia-cis/georgia-quits-ex-soviet-group-as-moscow-allies-rebel-idUSTRE57H34T20090818>>. Acesso em: 11 junho 2019.
- ROSNEFT. *Rosneft and Sinopec Agree Memorandum on Prepaid Export Contract*. 22 October 2013. Disponível em: <<https://www.rosneft.com/press/releases/item/24362/>>. Acesso em: 05 abril de 2019.
- ROSNEFT. *Shareholder structure*. June 01, 2019. Disponível em: <https://www.rosneft.com/Investors/Equity/Shareholder_structure/>. Acesso em: 05 abril de 2019.
- ROSSTAT. *Russia in Figures: Statistical Handbook*. 2017. Disponível em: <http://www.gks.ru/free_doc/doc_2017/rusfig/rus17e.pdf>. Acesso em 10 out. 2018.
- RT. *Russia and China strengthen trade ties with \$85 billion oil deal*. 22 October, 2013. Disponível em: <<https://www.rt.com/business/rosneft-china-sinopec-oil-537/>>. Acesso em: 20 maio 2019.
- RUKAVISHNIKOV, Vladimir. *Understanding Putin's Foreign and Security Policy: Lessons from the Russian Transition*. In.: KANET, Roger E.; PIET, Rémi (eds.). *Shifting Priorities in Russia's Foreign and Security Policy*. Ashgate Publishing Company, 2014, p. 35-50.
- RUSLETTER. *Alekperov and Fedun will get more than a billion dollars from Lukoil*. 22 de Junho de 2018. Disponível em: <http://rusletter.com/articles/alekperov_and_fedun_will_get_more_than_a_billion_dollars_from_lukoil>. Acesso em 10 junho 2019.
- RUSSIA BEYOND. *Rosneft é nova líder em produção mundial de petróleo*. 29 de março de 2013. Disponível em: <https://br.rbth.com/economia/2013/03/29/rosneft_e_nova_lider_em_producao_mundial_de_petroleo_18279>. Acesso em 10 junho 2019.
- SAHUQUILLO, María R.. *Sanções ocidentais levam Rússia a se voltar para a China*. El País. 27 de dezembro de 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/12/23/internacional/1545585795_552031.html>. Acesso em: 28 abril 2019.
- SAKWA, Richard. *Putin: Russia's Choice*. 2nd ed. Oxford: Routledge, 2008, p. 267-279.
- SALIN, Pavel. *How Russians perceive China*. In.: MOSHES, Arkady; NOJONEN, Matti (eds.). *Russia-China relations: Current state, alternative futures, and implications for the West*. The Finnish Institute of International Affairs (FIIA report 30), 2011, p. 60-75.
- SAMUELSON, Robert J.. *Why China clings to state capitalism*. The Washington Post. January 9, 2019. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/opinions/why-china-clings-to-state-capitalism/2019/01/09/5137c6d4-141e-11e9-b6ad-9cfd62dbb0a8_story.html?utm_term=.94e49c99dfde>. Acesso em: 24 abril 2019.
- SANT'ANNA, Lourival. *Eleito com 76% dos votos, Putin testará seu apoio com reforma previdenciária*. 2018. Disponível em: <<https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,eleito-com-76-dos-votos-putin-testara-seu-apoio-com-reforma-previdenciaria,70002232891>>. Acesso em 11 out. 2018.

- SHAMBAUGH, David. *China Goes Global: The Partial Power*. Oxford University Press, 2013, p. 63-70. Disponível em: <file:///C:/Users/Admin/Downloads/David%20Shambaugh%20-%20China%20Goes%20Global_%20The%20Partial%20Power%20(2013,%20Oxford%20University%20Press,%20USA).pdf>. Acesso em: 15 junho 2018.
- SIDDI, Marco. *Identities and Vulnerabilities: The Ukraine Crisis and The Securitisation of the EU-Russia Gas Trade*. In.: SZULECKI, Kacper (ED.). *Energy Security in Europe: Divergent Perceptions and Policy Challenges*. Palgrave Macmillan. 2018, p. 251-273.
- SINELSCHIKOVA, Ekaterina. **Atitude russa quanto a imigrantes é uma das piores da história**. 2017. Disponível em: <https://br.rbth.com/sociedade/2017/05/18/atitude-russa-quanto-a-imigrantes-e-uma-das-piores-da-historia_765574>. Acesso em 10 out. 2018.
- SINELSCHIKOVA, Ekaterina; EGOROV, Oleg. **Parlamento russo mantém os mesmos partidos após eleições**. Disponível em: <https://br.rbth.com/politica/2016/09/19/parlamento-russo-mantem-os-mesmos-partidos-apos-eleicoes_631243>. Acesso em 03 junho 2019.
- SMITH, Steve; RIPPLINGER, Steve. *Lower For Shorter? Looking Back At The 1997-1999 Oil Price Downturn Wednesday*, Daily Oil Bulletin. *January* 13, 2016. Disponível em: <http://www.dailyoilbulletin.com/article/2016/1/13/lower-shorter-looking-back-1997-1999-oil-price-dow/>. Acesso em: 20 novembro 2018.
- SOLER, Rafael da. **Expansão e reforma da OTAN: as dificuldades da consolidação da aliança euro-atlântica no pós-Guerra Fria**. 2008. Disponível em: <http://www.ibri-rbpi.org/?p=12197>. Acesso em 16 out. 2018.
- SPIVAK, Vita; FOY, Henry. *Russia struggles to attract Chinese capital to its Far East*. Financial Times. *May* 5, 2019. Disponível em: <https://www.ft.com/content/d4cf3486-681b-11e9-a79d-04f350474d62>. Acesso em: 30 maio 2019.
- SPUTNIK. **Putin prolonga sanções contra Ocidente até 2020**. 12 de julho de 2018. Disponível em: <https://br.sputniknews.com/russia/2018071211701300-russia-putin-sancoes-ocidente-contramedidas-2020/>. Acesso em: 02 out. 2018.
- SPUTNIK. *LNG Suppliers Try to Force EU to Purchase More Expensive Gas – Kremlin*. *July* 12, 2018c. Disponível em: <https://sputniknews.com/business/201807121066283803-lng-expensive-gas/>. Acesso em: 18 abril 2019.
- SPUTNIK. *Natural population decline in Russia down by 31% in 2009 — Putin*. 2010. Disponível em: <https://sputniknews.com/russia/20100216157906438/>. Acesso em 10 out. 2018.
- SPUTNIK. **Opinião: paliçada de mísseis perto da Rússia vai custar muito caro para Europa**. 17 de julho de 2017. Disponível em: <https://br.sputniknews.com/europa/201707178890094-eua-misseis-exercicios-europa-russia/>. Acesso em 16 out. 2018.
- SPUTNIK. **Possível fraude em zona eleitoral na região de Moscou acende alerta de autoridades russas**. 2018a. Disponível em: <https://br.sputniknews.com/russia/2018031810767582-fraude-zona-eleitoral-moscou/>. Acesso em 11 out. 2018.
- SPUTNIK. **Rússia e China: saindo da neutralidade ao suporte em importantes conflitos**. 29 de agosto de 2016. Disponível em: <https://br.sputniknews.com/asia_oceania/201608296168530-russia-china-neutralidade/>. Acesso em: 30 maio 2019.

SPUTNIK. *Russia's foreign policy under Vladimir Putin: achievements and failures*. 28 de fevereiro de 2008. Disponível em: <<https://sputniknews.com/analysis/20080228100269538/>>. Acesso em: 22 ago. 2018.

SPUTNIK. **UE publica nova lista de sanções contra a Rússia**. 2015. Disponível em: <<https://br.sputniknews.com/mundo/20150216177531/>>. Acesso em: 02 out. 2018.

SPUTNIK. **Veja por que a Coreia do Sul quer aumentar laços econômicos com a Rússia**. 04 de janeiro de 2018b. Disponível em: <https://br.sputniknews.com/asia_oceania/2018010410214458-Coreia-do-Sul-quer-aumento-lacos-economicos-com-a-Russia/>. Acesso em: 28 abril 2019.

STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESERACH INSTITUTE (SIPRI).

Importer/Exporter TIV Tables. Disponível em:

<<http://armstrade.sipri.org/armstrade/page/values.php>>. Acesso em> 15 abril 2018.

SUN, Hsin Hsuan. *China just received its first LNG shipment to arrive directly from the Russian Arctic by ship*. ARCTIC TODAY. July 20, 2018 Disponível em: <<https://www.arctictoday.com/china-just-received-first-lng-shipment-arrive-directly-russian-arctic-ship/>>. Acesso em: 07 maio 2019.

SUSSEX, Matthew. *Russian Foreign Policy and the Asia-Pacific Power Shift*. In.: KANET, Roger E.; PIET, Rémi (eds.). *Shifting Priorities in Russia's Foreign and Security Policy*. Ashgate Publishing Company, 2014, p. 205- 223.

TAGLIAPIETRA, Simone. *Beyond Nord Stream 2: a look at Russia's Turk Stream Project*. July 4, 2018. Disponível em: <<http://bruegel.org/2018/07/beyond-nord-stream-2-a-look-at-russias-turk-stream-project/>>. Acesso em: 18 abril 2019.

TASS. *Gazprom, CNPC sign agreement on basic conditions of gas supply from Far East to China*. December 21, 2017. Disponível em: <<http://tass.com/economy/982188>>. Acesso em: 05 junho 2019.

TAURECK, Rita. *Securitization Theory and Securitization Studies*. University of Warwick. 2006.

THE CENTRAL BANK OF THE RUSSIAN FEDERATION. *Direct Investment in the Russian Federation: Flows by Industry*. 2018. Disponível em:

<http://www.cbr.ru/eng/statistics/?Prtid=svs&ch=ITM_32347#CheckedItem>. Acesso em: 15 abril 2019.

THE CENTRAL BANK OF THE RUSSIAN FEDERATION. *Direct Investment in the Russian Federation: Flows by Instrument and Partner Country*. 2018a. Disponível em:

<http://www.cbr.ru/eng/statistics/?Prtid=svs&ch=ITM_32347#CheckedItem>. Acesso em: 15 abril 2019.

THE CENTRAL BANK OF THE RUSSIAN FEDERATIONb. *Direct Investment of the Russian Federation Abroad: flows by Instrument and Partner Country*. 2018b. Disponível em: <http://www.cbr.ru/eng/statistics/?Prtid=svs&ch=ITM_32347#CheckedItem>. Acesso em: 15 abril 2019.

THE ECONOMIST. *The origins of the financial crisis: Crash course*. 2013. Disponível em: <<https://www.economist.com/schools-brief/2013/09/07/crash-course>>. Acesso em: 27 set. 2018.

THE MOSCOW TIMES. *Support for Russia's Ruling Party Slips in Regional Elections Amid Pension Protests*. 2018. Disponível em: <<https://themoscowtimes.com/news/support->

russias-ruling-party-slips-regional-elections-amid-pension-protests-62830>. Acesso em 15 out. 2018.

TRANSNEFT. **History**. Disponível em: <<https://en.transneft.ru/about/story/>>. Acesso em: 15 abril 2019.

TRENIN, Dmitri. *Russian Foreign Policy as Exercise in Nation Building*. In.: CADIER, David; LIGHT, Margot (org.). **Russia's foreign policy: Ideas, Domestic Politics and External Relations**. Palgrave Macmillan, 2015, p. 30-41.

TREVISAN, Cláudia. **China ajuda Rússia em reestatização da Yukos**. Folha de São Paulo. 03 de fevereiro de 2005. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0302200533.htm>>. Acesso em: 20 maio 2019.

TSYGANKOV, Andrei P. **Russophobia: Anti-Russian Lobby and American Foreign Policy**. Palgrave McMillan. 2009.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT (UNCTAD). **Russian Federation – Federal Law on Foreign Investments**. UNCTAD Division on Investment and Enterprise. Disponível em: <<https://investmentpolicyhubold.unctad.org/InvestmentLaws/laws/87>>. Acesso em 17 abril 2019.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT STATISTICS (UNCTAD STAT). **Foreign direct investment: Inward and outward flows and stock, annual**. Disponível em: <<https://unctadstat.unctad.org/wds/TableView/tableView.aspx?ReportId=96740>>. Acesso em 17 abril 2019.

WAN, William; HAUSLOHNER, Abigail. **China Russia sign \$400 billion gas deal**. Maio 2014. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/world/europe/china-russia-sign-400-billion-gas-deal/2014/05/21/364e9e74-e0de-11e3-8dcc-d6b7fede081a_story.html?noredirect=on&utm_term=.28fc2b4edf76>. Acesso em: 20 maio 2018.

WENGER, Andreas. *Russian business power as a source of transnational conflict and cooperation*. In.: WENGER, Andreas; PEROVIC, Jeronim; ORTTUNG, Robert W. (eds.). **Russian Business Power: The Role of Russian Business in Foreign and Security Relations**. London: Routledge, 2006, p. 3–21.

WORLD BANK GROUP. **Russia Economic Report May 2018**. Disponível em: <<http://pubdocs.worldbank.org/en/162681527086868170/RER-39-Eng.pdf>>. Acesso em 21 junho 2018.

WORLD BANK. **GDP growth (annual %)**. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.KD.ZG?view=map>>. Acesso em: 30 maio 2018.

WORLD BANK. **Gross domestic product 2017**. 2018. Disponível em: <<http://databank.worldbank.org/data/download/GDP.pdf>>. Acesso em: 20 setembro 2018.

WORLD BANK. **Russia Economic Report May 2018**. Disponível em: <<http://pubdocs.worldbank.org/en/162681527086868170/RER-39-Eng.pdf>>. Acesso em 21 junho 2018.

WORLD BANKa. **Exports of goods and services (% of GDP)**. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicator/NE.EXP.GNFS.ZS?end=2017&locations=RU&start=1990>>. Acesso em: 20 set. 2018.

WORLD BANKb. **GDP** (current US\$). Disponível em:
<<https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD?view=map>>. Acesso em 17 nov. 2018.

WORLD POPULATION REVIEW. **Russian Population**. Disponível em:
<<http://worldpopulationreview.com/countries/russia-population/>>. Acesso em 10 out. 2018.

XU, Bo; REISINGER, William M. **Russia's energy diplomacy with China: personalism and institutionalism in its policy-making process**. Routledge Taylor e Francis Group. The Pacific Review, 2018, p. 01-19.

YIANGOU, Georgia. **Toward a New Cold War: NATO Enlargement, Russia, and the Baltic States**. Switzerland: Springer International Publishing, 2016.

YILMAZ, Serafettin; DAKSUEVA, Olga. **The energy nexus in the China–Russia strategic partnership**. *International Relations of the Asia-Pacific*, March 2017, p. 01-26.

YUAN, Jing-dong. *Sino-Russian Defense Ties: The View from Beijing*. BELLACQUA, James (ed.). **The Future of China-Russia Relations**. The University Press of Kentucky, 2010, p. 203-229.

ZIEGLER, Charles E.. *Russia and China in Central Asia*. In.: BELLACQUA, James (ed.). **The Future of China-Russia Relations**. The University Press of Kentucky, 2010, p. 233-265.